

NOVA SÉRIE

REVISTA DA MAIA

2023

Revista Cultural da Câmara Municipal da Maia

Índice

5	
Textos Introdutórios	
10	
“...de perfeito juízo, mas temendo a morte...”	
- Um olhar sobre alguns testamentos na Terra da Maia	
José Augusto Maia Marques	
32	
O Futebol na Maia	
- subsídios para o aparecimento, organização e generalização do fenómeno	
Rui Teles de Menezes	
68	
Joaquim Moutinho dos Santos (1811-1902)	
Mário Fonseca	
86	
Mais quatro momentos para a Maia	
Fernando Teixeira	
96	
A ocupação medieval do Castro de Avioso, Castelo da Maia, Maia.	
- Primeira abordagem à intervenção arqueológica realizada em 2020.	
André Tomé Ribeiro	
110	
Gueimaia	
- 7 de abril de 1970	
Manuel Tonel Marques	
116	
Portugal-Brasil, laços que não se quebram	
- a ligação de uma brasileira a Folgosa	
Regina Paiva Ramos	
132	
Notas de Leitura	
151	
Ficha Técnica	

Eis, mais um número da Revista da Maia, consistente com o seu principal objetivo editorial: divulgar o imenso e variado património histórico, antropológico e cultural através de artigos de natureza científica, cuja simplicidade da sua redação em nada belisca o rigor dos conteúdos, já que se destina não só a um público especializado, habituado às temáticas tratadas, mas também ao público em geral.

A Revista da Maia é – e tem sabido ser – uma revista de divulgação científica abrangente, capaz de cativar os maiatos e maiatas, por nascimento ou opção de vida, tratando de temas e assuntos não só ligados às grandes problemáticas do fluir histórico, mas também de temas e de assuntos, aparentemente menos importantes, mas que fazem parte da nossa História, do nosso património coletivo, da nossa matriz identitária

*O Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Diretor da Revista da Maia,
Mário Nuno Neves*

PRESERVANDO AS RAÍZES, REVELANDO O PASSADO MAIATO

Bem-vindos a mais uma emocionante viagem pelas páginas do Território da Maia. É com grande entusiasmo que apresentamos mais uma edição de nossa revista, repleta de narrativas envolventes, com pesquisa meticulosa e testemunhos preciosos.

Aos leitores, agradecemos a vossa leitura dedicada e interesse na preservação e celebração da nossa história coletiva. Que esta revista vos proporcione, não apenas uma leitura agradável, mas também uma oportunidade para explorar as ricas camadas do passado que moldam o presente.

Que cada página seja uma porta aberta para "boas incursões" pela história da Maia.

Aos editores e autores, quero expressar, também, a minha profunda gratidão a cada um de vós pela notável contribuição para esta edição. Os vossos textos fascinantes e as pesquisas meticulosas transformaram esta publicação em páginas de rica e envolvente viagem pela história da Maia.

Agradeço ao José Maia Marques, Rui Teles de Menezes, Mário Fonseca, Fernando Teixeira, André Tomé Ribeiro, Manuel Tonel Marques e Regina Paiva Ramos por partilharem as vossas perspetivas únicas e conhecimentos especializados. Cada artigo adicionou camadas valiosas ao panorama histórico, antropológico e cultural da nossa Maia.

Cada um de vós desempenhou um papel vital na criação desta publicação, e somos realmente agradecidos pela paixão, esforço e perícia que investiram. Juntos, construímos uma obra que não é apenas preservadora das raízes da Maia, mas também de enriquecimento de experiência cultural da nossa comunidade.

Espero ansiosamente futuras edições para continuarmos a valorizar, preservar e celebrar a história e a identidade da Maia.

Até breve.

*A Chefe da Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Sofia Barreiros*

TEXTO DOS EDITORES

Está de volta a Revista da Maia para mais um número. Prosseguimos com a nossa missão: o resgatar das memórias e divulgação do património histórico, antropológico, sob a forma de estudos de investigação para temas relacionados com a nossa Maia. Este propósito envolve muito tempo despendido em aturadas pesquisas, visitas aos arquivos, «lamber muito papel» já esquecido, recolher testemunhos dos mais velhos e talvez mais sábios, numa constante busca de preciosa informação. Que se mantenha essa produção de conhecimento.

Desta publicação constam diferentes abordagens ao território e aos usos e costumes da Maia. José Maia Marques aborda a temática da morte na perspetiva de alguns testamentos maiatos. Apontando ao desporto, Rui Teles de Menezes recua aos primórdios do aparecimento do futebol na Maia e de como ele se disseminou pelo concelho. Mário Fonseca, num aturado trabalho de pesquisa debruça-se sobre uma figura que lhe é muito querida, o seu tetravô Joaquim Moutinho dos Santos, de Águas Santas, que foi uma personalidade de relevo na Maia da segunda metade do séc. XIX, chegando a desempenhar as funções de Presidente da Câmara Municipal da Maia entre 1870-1872.

No seguimento da revista anterior, Fernando Teixeira traz-nos mais quatro pequenas grandes histórias, sob a forma de biografias de ilustres: o pedreiro maiato José Moreira da Silva; António Ferreira Pinto, considerada figura maior da Primeira República na Maia; a lavadeira Olívia Duarte que "destituiu" o Presidente da Câmara e por fim, uma referência às fiadeiras da Maia. André Tomé Ribeiro mergulha em águas mais profundas da história, fazendo uma incursão sobre as escavações arqueológicas decorridas recentemente no Monte de Sto. Ovídio. Já Manuel Tonel Marques traz-nos a recordação da criação da Gueimaia, sinónimo de transformação e urbanização em Gueifães.

Para o final, guardamos o artigo mais surpreendente. Natural de terras de Vera-Cruz, Regina Paiva Ramos, considerada a decana das jornalistas brasileiras, descreve-nos a ligação que mantém com a Maia e a vida do seu tio, Domingos Ramos Paiva, o brasileiro de Folgosa. Finalizamos com as habituais notas de leitura sobre o que se vai publicando sobre a Maia e eventos que contribuem para o enriquecimento cultural da comunidade.

Esperamos que esta revista seja de agradável leitura e a todos permita «boas incursões» pela história maiata.

*Os Editores
José Maia Marques
Rui Teles de Menezes*

“...de perfeito juízo, mas temendo a morte...”

Um olhar sobre alguns testamentos
na Terra da Maia

José Augusto Maia Marques

Historiador, antropólogo, ensaísta e investigador. Professor Universitário (ap).

*“Ninguém sabe o que é a morte,
mas não faz muita diferença
porque também nunca sabemos
o que é a vida.”*

(António Lobo Antunes, 2008)

SOBRE A MORTE E O MORRER – breve síntese

Foi o historiador francês Philippe Ariès¹ quem, nos anos 60, sistematizou e periodizou o que até então se sabia sobre a Morte, inaugurando, sem dúvida, um novo período em que a reflexão histórica, sociológica e antropológica sobre a morte e o morrer se tornou numa prática felizmente bem menos rara².

É assim que Ariès considera várias «idades» ou «épocas» no que toca às atitudes do homem perante a morte.

A primeira, que ele baliza das origens ao séc. XII, é a época da *morte domesticada*. A pobreza e a miséria extremas forçavam a uma enorme exposição à morte, o que fazia com que as pessoas estivessem muito familiarizadas com ela. A crença numa vida para além da morte, isto é, num modo de sobrevivência do defunto, era uma forma de *domar* ou *domesticar a morte*, considerando-a como um sono que servia de antecâmara da vida eterna.

Receava-se então a morte súbita, aquela que não houve tempo para preparar. A morte esperada era preparada com cuidado, cumprindo-se todos os rituais com simplicidade, de modo ceremonial, mas sem dramatismos nem emoções exageradas.

Do séc. XII ao séc. XV o homem comece a revelar outras preocupações. É o período da *morte de si próprio*. A morte na primeira pessoa.

No leito o moribundo revê, em segundos, toda a sua vida – as suas faltas e as suas glórias, os seus amores e os seus ódios. Assim, preparar a sua morte significaria resgatar todas as faltas cometidas em vida, apresentando-se para o juízo final com as contas equilibradas.



Figura 1 - Dança Macabra, Michael Wolgemut, 1493

Figura 2 - A Morte Romântica. Historiablog

1 Philippe Ariès, *História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 1989.

2 Veja-se, também de Philippe Ariès, os dois volumes da obra *O Homem perante a morte*, Lisboa: Europa-América, 1988

Vem depois a *morte romântica*. Acompanhando o movimento genericamente designado por romantismo, os temas relacionados com a morte enchem-se de uma carga mórbida quase erótica, revelando uma enorme complacência com a morte e o morrer, a dor e o sofrimento. A morte é encarada como ruptura, afastando o homem da sua vida normal e da sociedade racional, lançando-o num mundo irracional e cruel. A morte, muito embora não desejada, é admirada pela sua beleza.

No séc. XIX a atitude perante a morte altera-se. Aqueles que, rodeando o leito, assistem aos últimos momentos do moribundo, emocionam-se, rezam, choram, extravasando uma dor apaixonada. O homem torna-se intolerante para com a morte, já que ela é encarada como separação, afastamento. O que se receia é, assim, a *morte do próximo*. Não já a morte de si mesmo, mas a morte do outro, do vizinho que se estima, do amigo, da pessoa amada.

No séc. XX novamente se altera o sentido das coisas. É a *morte como negação*. Negação de estar bem, negação de estar vivo, negação de ser. É a ruptura com a vida. Já não se morre em casa, rodeado de familiares e amigos. Morre-se no hospital, só, entubado e monitorizado, perfeitamente incapaz de controlar as circunstâncias da própria morte. Quase desaparecem as condolências no fim da cerimónia fúnebre. Quase desaparece o luto. Procura-se ignorar a morte, desprezar tudo o que com ela se relaciona.

Se bem que a morte continue embora a ser sentida profundamente no seio da família, não há já o «direito» de o afirmar e de o mostrar publicamente. A morte converteu-se assim no grande tabu do séc. XX, substituindo o sexo. Curiosamente sexo e morte, o princípio e o fim.

Em Portugal, as reflexões sobre estas questões da morte e do morrer, conheceram, nos anos 80/90, grande desenvolvimento. Trabalhos como o organizado por Rui Graça Feijó, Hermínio Martins e João de Pina Cabral³, ou o coordenado por António Matias Coelho⁴, são disso excelentes exemplos.

Entre muita bibliografia citável, destaque para as obras de Fernando Catroga⁵ e de Maria Filomena Mónica⁶. A juntar a estes, várias publicações de incidência local enriqueceram as perspetivas sobre o tema, como é o caso do nosso trabalho sobre a Maia⁷.

Neste século XXI continua a ser pouco ou nada usual falar da morte. É assunto a evitar. Como escreveu Virgílio Ferreira em Conta-Corrente II: “A única certeza da

3 *A Morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Querco, 1985

4 António Matias Coelho (org.). *Atitudes Perante a Morte*. Coimbra: Edições Minerva, 1991.

5 Fernando Catroga. *O céu da memória : 1756-1911 : cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal*. Coimbra: Minerva, 1999

6 Maria Filomena Mónica. *A Morte*. Lisboa: FFMS - Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011

7 José Augusto Maia Marques. “Práticas funerárias e atitudes perante a morte na Terra da Maia” Em *Para a História da Cultura Popular da Terra da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia, 2002.

vida é a morte. E é a certeza em que menos se acredita. Toda a história do mundo assentou sempre na ignorância de que se é mortal". Ou ainda, e na mesma obra: "Quando nascemos, assinámos logo um contrato com a morte. Porque é que depois fazemos todo o possível por não o cumprir?"

A DOCUMENTAÇÃO TRATADA

Os testamentos que utilizamos para este trabalho pertencem aos fundos do Arquivo Municipal do Porto. São testamentos de maiatos, mas depositados em cartórios no Porto, e por isso recolhidos no Arquivo Municipal daquela cidade. 52 são testamentos individuais, 14 são testamentos duplos e 4 são de sacerdotes. Estão acessíveis na página web do Arquivo Histórico Municipal do Porto⁸.

Serão considerados para as estatísticas finais apenas os testamentos simples. Sendo uma amostra fechada (datando entre 1800 e 1835) estão longe de representar, estatisticamente, todos os testamentos dos maiatos, já que estes, na sua esmagadora maioria, recorriam aos cartórios da Maia.

Estudamos quer os testamentos "simples" ou de "mão própria", isto é, os que consagravam a última vontade de uma pessoa, quer os testamentos de "mão comum", normalmente consagrando no mesmo documento as disposições de marido e mulher.

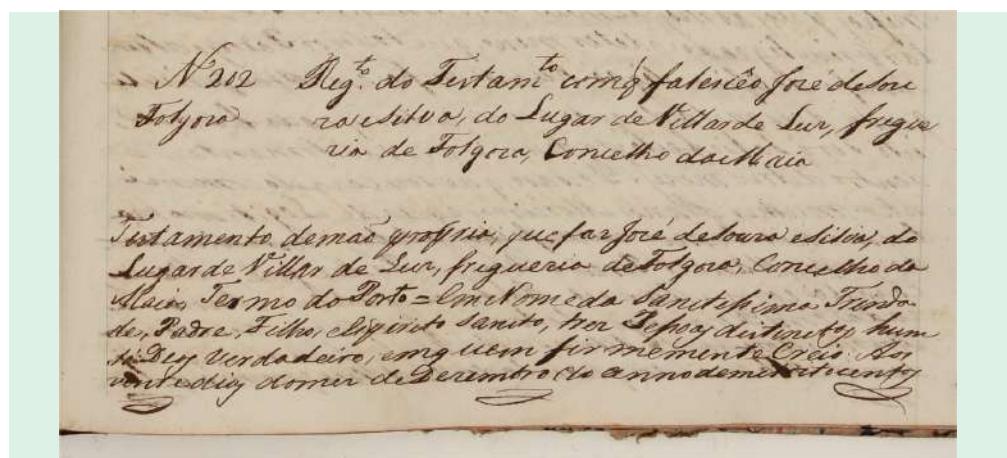


Figura 3 - Testamento de mão própria. AHMP

Sobre estes, diz Coelho da Rocha⁹: "Pela praxe está admitido que marido e mulher possam fazer a sua disposição no mesmo papel e ato, ao que chamam testamento de mão comum".

8 Basta aceder ao site do Arquivo (<http://gisaweb.cm-porto.pt>) e pesquisar por "Maia". Entre as páginas 72 e 170 encontram-se os registos que utilizamos.

9 Manuel António Coelho da Rocha, *Instituições de Direito civil portuguez*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1848, p. 573.

É normal que, nestes casos, o testamento seja feito “um ao outro”, isto é, que o cônjuge sobrevivente fosse o herdeiro do outro e, ao mesmo tempo o seu testamenteiro.

Trata-se, então, de uma escritura onde marido e mulher consagram as suas últimas vontades e que, sendo embora comum aos dois, dava-lhes a possibilidade de exprimir diferentes vontades e distintos beneficiários.

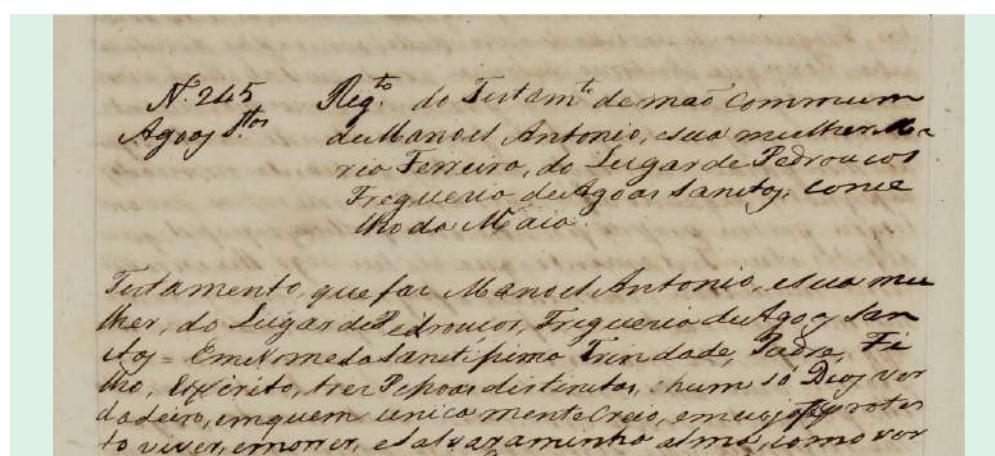


Figura 4 - Testamento de mão própria. AHMP

Para este trabalho selecionamos, do material disponível, a documentação que nos dava garantias de melhor ilustrar o que queríamos transmitir.

Sendo o nosso alvo cronológico as primeiras décadas do século XIX, além de alguns testamentos de “mão comum”, escolhemos, de entre os “simples”, alguns que tinham mais interesse, como sejam, de abades aposentados, de solteiras e solteiros, de uma recolhida num Convento, bem como de homens e mulheres de vários estatutos.

Toda a documentação utilizada corresponde ao atual Concelho da Maia.

PREPARANDO A MORTE – o Testamento

É de vital importância o estudo dos testamentos para bem conhecermos uma época. O testamento era, de certo modo, um espelho da vida, já que refletia muitos dos aspectos do quotidiano do testador. A Universidade de Oxford reconheceu essa importância ao publicar, sobre estes documentos, um dos seus excelentes guias de pesquisa¹⁰.

10 Last Wills and Testaments: *Oxford Bibliographies Online Research Guide*. Oxford University Press, 2014.

Na América latina, mormente no Brasil, há também vários trabalhos muito importantes, como é o caso de “Ultimas vontades: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séc. XVII e XVIII)”,¹¹ da Tese de Karina Aparecida de Lourdes Ferreira¹², dos trabalhos de Ana Paula Marquesini Flores¹³ e de Ipojucan Dias Campos¹⁴.

Em Portugal, destaque para o trabalho quase fundador de Ângela Beirante¹⁵, para a Tese de Doutoramento de Margarida Durães¹⁶, verdadeiramente estruturante para este tema, como aliás boa parte da sua obra, para o estudo de Joel Serrão, Maria José Leal e Miriam Halpern Pereira¹⁷, e depois para os vários (felizmente bastantes) trabalhos monográficos que nos permitem obter um panorama quase nacional destas fontes.

Numa perspetiva mais “técnica”, e dizendo respeito ao período em apreço, são indispesáveis os trabalhos já seculares de António Gouvea Pinto¹⁸ e de José António de Sá¹⁹.

Especificamente sobre testamentos como fonte principal, a própria Margarida Durães²⁰ trabalha um conjunto desses documentos em artigos publicado em 2000 e 2002, trazendo-nos uma perspetiva feminina, bem rara. E Maria Antónia Lopes²¹, mais recentemente, enquadraria estes documentos em todo o curioso processo das atitudes perante a morte.

11 Roberto Guedes, Cláudia Rodrigues e Marcelo da Rocha Wanderley (orgs.), *Últimas vontades: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (sécs. XVII-XVIII)*. Rio de Janeiro: MAUAD/Faperj, 2015

12 Karina Aparecida de Lourdes Ferreira, *Morte, Memória e Família: a prática e os atores testamentários em Mariana (1748-1848)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

13 “A espera da morte: testamentos e atitudes perante a morte (Santa Maria/1850-1900)”, Em http://e-eh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212368779_ARQUIVO_ArtigoAnpuh_2008.pdf

14 Ipojucan Dias Campos, “Testamentos, Famílias, Religiosidades e Cultura Material no Pará oitocentista (1860-1890)” em *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul.-dez., 2016

15 Maria Ângela Beirante, “Para a História da Morte em Portugal, (séculos XII – XIV)” in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. 1, Lisboa, 1982, p. 362.

16 Margarida Durães, *Herança e Sucessão. Leis, práticas e costumes no Termos de Braga (séc. XVIII – XIX)*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, 2001.

17 Joel Serrão; Maria José da Silva Leal; Miriam Halpern Pereira - "Registo Geral de Testamentos". in *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea: Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Col. Ana Maria Cardoso de Matos; Maria de Lurdes Nunes Henriques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

18 António Joaquim Gouvea Pinto, *Tratado Regular e Prático de Testamentos e Sucessões*, Lisboa: José Batista Morando, 1813

19 José António de Sá, *Tratado sobre a Origem e Natureza dos Testamentos*, Lisboa: Na offic. de Simão Thaddeo Ferreira 1783

20 Margarida Durães “Porque a morte é certa e a hora incerta...”: alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarenses (sécs. XVII-XIX), em *Cadernos do Noroeste*, série sociologia, Vol. 13, 2000. Margarida Durães, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota – o papel das herdeiras (sécs. XVII-XIX)”, em *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17, 2002.

21 Maria Antónia Lopes, “Agonia, morte, funeral e luto em Portugal do século XIX” em *Cuidados com O Corpo e a Alma na Luso-América dos sécs. XVII a XIX*, Org. de Mauro Dillman e Fernando Ripe. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas/UFRJ, 2019.

Ainda sobre este tipo de documentação, Margarida Durães²² publica, em 2004, um interessante trabalho que enquadra os testamentos no fazer história da família e que sistematiza a sua utilização como fonte histórica.

Os testamentos eram os documentos que, por excelência, regulamentavam a transmissão de bens ou, como muito bem diz Manuel Carlos Silva²³ "o modo de fazer herdeiros". Muitos dados, de características diversas, se podem extrair dos testamentos.

Do grau de religiosidade ou laicização dos indivíduos (através da instituição de missas e bens d'alma) ao grau de religiosidade ou de laicização da sociedade (através de maiores ou menores invocações religiosas, que acabarão mesmo por quase desaparecer). Do índice de alfabetização dos intervenientes (quem - testador e testemunhas - sabe ou não sabe assinar) até ao perfil socioeconómico dos testadores (mais ou menos bens legados, profissões). Inclusivé elementos curiosos como, por exemplo, a presença (ou não) da célebre questão da sepultura na igreja versus sepultura no adro ou no cemitério ou a maior ou menor penetração das ideias tridentinas²⁴.



Figura 5 - Prólogo e preâmbulo. AHMP

É, mais uma vez, Margarida Durães que sistematiza o conteúdo dos testamentos: “prólogo, preâmbulo religioso, disposições espirituais ou legados pios, disposições materiais ou herança e escatocolo” (ou conclusão).

22 Margarida Durães, *Os Testamentos e a História da Família*, palestra feita no âmbito do Mestrado de Demografia, no Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004, disponível em <https://repository.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>.

23 Manuel Carlos Ferreira da Silva, *Resistir e Adaptar-se Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal Livro 1*. Porto: Afrontamento, 1997

24 Entre muita bibliografia que poderá ser citada, destaque, no que toca à similaridade no tratamento de fontes, para J. M. Geirinhas ROCHA, *Atitudes perante a morte e níveis de religiosidade em Abrantes no séc. XIX*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988.

No prólogo, estão quase sempre presentes o Sinal da Cruz e a identificação do testador. No preâmbulo, a encomendações, a invocação, as considerações sobre o estado de saúde, sobre a morte e a vida e a finalidade e razão do testamento.

Nas disposições espirituais, encontramos normalmente como o testador quer ser amortalhado e sepultado, quantos sacerdotes acompanhariam o enterro, que ofícios e missas se celebrariam e alguns legados pios.

Nas disposições materiais, Margarida Durães²⁵ assinala a nomeação do(s) herdeiro(s), a indicação dos legatários, a atribuição da terça, a repartição da herança, o pagamento e cobrança de dívidas, a reserva de usufrutos, a atribuição de pensões, o estabelecimento de encargos e a nomeação do(s) testamenteiro(s).

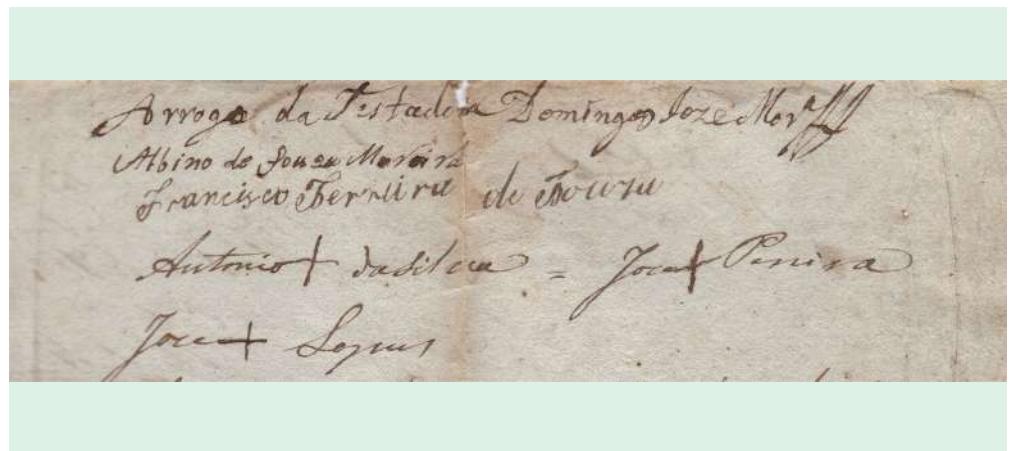


Figura 6 - Assinaturas finais. AHMP

Na conclusão, mencionavam-se as testemunhas, o escrivão, o lugar de redação e a data.

Depois da redação, havia uma leitura perante as testemunhas, e a aprovação do documento. Quando o testador falecia, fazia-se a abertura oficial do testamento, que deveria estar dobrado, cozido e lacrado.

O testamento, sendo um documento tradicionalmente associado à morte tem, no entanto, um carácter que em muito a ultrapassa. De facto, ele preparava também, e até sobretudo, a vida.

Primeiro, a vida que restasse ao testador. O testamento procurava garantir uma velhice com cuidados básicos e o mais possível livre de sobressaltos. Depois, a vida dos herdeiros. É indubitável, mormente na área a que nos referimos, que a vida dos

25 Margarida Durães, *Os Testamentos e a História da Família*, cit. PowerPoint então utilizado

herdeiros ficava indelevelmente marcada pelas disposições do testador. E finalmente (*last but not least*) a vida da "casa". A vida da propriedade agrícola. A vida da "domus", cheia de simbolismo e de sentimentalismo. A vida do local onde pairava a influência benéfica dos antepassados. A vida do "locus" da família. Mas também, a vida da propriedade indivisa, se calhar a única com viabilidade económica. (Bem menos poético, mas provavelmente bem mais perto da realidade).

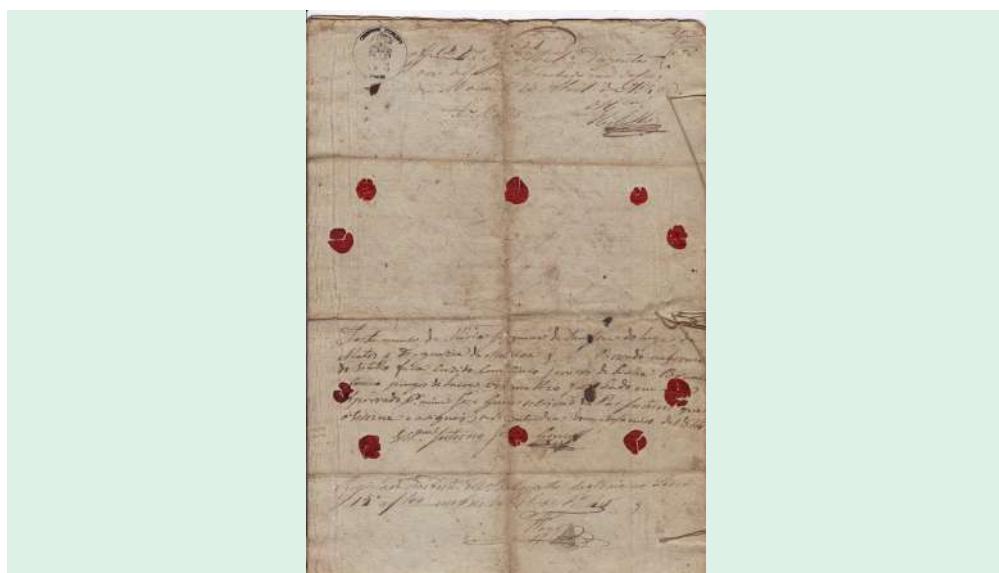


Figura 7 - Página "de fora" do testamento, devidamente dobrada e lacrada em cinco pontos.

Mas regressando à ideia inicial, o testamento é habitualmente relacionado com a morte. Morte que era sempre temida, mesmo que fosse esperada. Mandava escrever Maria Moreira da Silva, da freguesia de Águas Santas, ao seu Tabelião em 1830²⁶: "... estando de cama, mas com todo o meu perfeito juízo que o mesmo Senhor foi servido dar-me, e temendo a morte a todos natural...". Esta fórmula ou similares é uma constante destes testamentos.

Também a invocação inicial revelava muitas vezes forte teor religioso. Dizia Ana Maria, de Moreira, em 1828: "Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, Espírito Santo em quem firmemente creio,...". António Domingues, de Gemunde, em 1830, reforçava esta ideia: "Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas distintas mas um só Deus verdadeiro, em quem eu, António Domingues, viúvo, do lugar da Bajouca, freguesia de Gemunde, firmemente creio,...". E seguia-se a justificação: "...estando há anos entrevado e impossibilitado de trabalhar, mas em meu perfeito juízo, por temer a morte que a todos é natural e certa...".

26 Atualizamos o texto, para mais fácil entendimento.

Seriam estas palavras sentidas, ou tratar-se-ia, pura e simplesmente, de formulários de tabelião? Inclinamo-nos mais para a última hipótese, dada a grande constância da fraseologia utilizada. Aliás, os testamentos do final do séc. XIX que conhecemos são muito mais parcos em invocações ou não possuem mesmo qualquer referencial religioso. Normalmente aparecem, antes das disposições materiais, as espirituais.

Por exemplo, D^a Ana Leonor Correia da Silva²⁷, viúva, residente em S. Pedro Fins, manda escrever em 1821: “Em primeiro lugar encomendo a minha alma a Deus Nossa Senhor, que a criou, e a ponho nas mãos de meu Senhor Jesus Cristo, que a remiu com seu precioso sangue na Árvore da Cruz, em quem tenho firme esperança da minha salvação, e na proteção da Virgem Marias Nossa Senhora, a quem rogo interceda por mim a seu Amado Filho; confio no Anjo da Minha guarda que assim como nesta vida guardou a minha alma, seja por ela advogado no Tribunal Divino; e o mesmo rogo à Santa do meu nome, e a todos os Santos da corte do Céu, especialmente aqueles a quem tenho mais devoção”.

Uma vez mais se coloca a questão da “autenticidade” desta fraseologia, mas a existência de muitos casos em que ela é aplicada, quase “*ipsis verbis*”, deixa supor que, sem negar a questão da maior ou menor crença religiosa, haja uma espécie de “norma” que os tabeliões sugeriam ao testador.

Vem depois a disposição sobre o funeral. Este aspeto não deixa de ser curioso pois permite, até certo ponto, precisar a estrutura económico-social do testador. Nos casos que estudamos existem situações variadas.

Mas continuemos com o testamento de D^a Ana Leonor: “Em segundo lugar quero que quando Deus Nossa Senhor for servido levar-me desta vida, meu corpo seja amortalhado²⁸ e levado à sepultura. Declaro que não quero se me façam ofícios, e ao Reverendo Pároco se pagará o mais que for justo pelos seus direitos Paroquiais. Determino que o meu testamenteiro me mande dizer duzentas missas, de esmola de cento e cinquenta reis; mais cem de esmola de cento e vinte cada uma pelas almas de meu Pai e minha Mãe. Mais vinte pela alma de meu marido, da mesma esmola”

Sobre as disposições materiais, eis o que o documento em causa nos diz: “deixo a minha afilhada Rita, por me haver servido e aturado nas minhas moléstias, cem mil reis, e a minha roupa branca e de cor”. E mais adiante, depois de declarar ser viúva e não ter filhos nem ascendentes: “...instituo para meu universal herdeiro ao senhor José Ferreira da Silva, negociante nesta cidade [do Porto] a quem nomeio os bens de prazo que ainda possuo...”

27 Este testamento é muito curioso. É um dos dois casos em que a mulher possui quatro nomes. É também o único em que a testadora é designada por “Dona”

28 Noutros casos que conheço, especifica-se o tipo de mortalha, que pode ir do lençol branco ao hábito de alguma ordem religiosa. Isto não acontece nos documentos que ora estudamos.

Trata-se de um testamento de alguém que, tendo enviuado, vendeu grande parte dos seus bens, e dispõe agora de modo simples a sua divisão – uma quantia para uma afilhada que dela cuidou, e o restante, certamente a maior fatia, para um negociante, quiçá colega, amigo ou sócio do falecido marido.

Mais pragmático, o Padre José Ferreira, de Rebordãos, freguesia de Águas Santas, conhecedor da realidade eclesiástica da época, determina em 1831: “Ordeno que o meu corpo seja enterrado em um caixão e depositado na Igreja de Águas Santas [...] e a respeito de padres que assistam ao meu enterro, serão todos aqueles que comodamente se puderem arranjar; e nesse mesmo dia dirão todas as missas que comodamente se puderem dizer, e com os mesmos se fará somente um ofício por minha alma que será de corpo presente por uma vez somente; ao meu Reverendo Padre se dará de obrada²⁹ cinco alqueires de pão e todas as mais ofertas do costume; e se dirão por minha alma quatrocentas missas de esmola de cento e quarenta reis cada uma que serão ditas por sacerdotes de boa vida e costumes e todas serão ditas dentro do termo de seis meses seguintes ao meu falecimento, isto por uma vez somente.”

Depois, o sacerdote enumera e distribui os seus bens materiais, e começa por fazê-lo de uma forma curiosa: “Declaro que sou possuidor de vários bens móveis e de raiz que adquiri por vários títulos de compras e benfeitorias, assim como mais declaro que o senhor Abade de São Lourenço de Asmes³⁰ me é devedor da quantia de quarenta e dois mil setecentos e vinte reis, assim como me é mais devedor José de Sousa Moreira, da dita freguesia de S. Lourenço, de certa quantia, e também Luís Sapateiro, de S. Mamede do Coronado me é devedor de certa quantia, e também as Brasileiras da dita freguesia de S. Lourenço me são devedoras de certa quantia, tudo por clarezas³¹ que em meu poder se acham”.

Esta preocupação em especificar as dívidas é importante para clarificar a sua legitimidade.

E continua o Padre Ferreira: “...cujos bens móveis e de raiz, benfeitorias, e dinheiros que se me devem, tudo deixo, por meu falecimento, a meu sobrinho José, filho do meu irmão António Ferreira Ribeiro, a quem instituo por meu universal herdeiro de tudo quanto possuo, com obrigação de cumprir com todos os meus legados acima declarados; com mais obrigação de dar a cada um de meus sobrinhos comigo assistentes e irmãos dele nomeado, a quantia de duzentos e cinquenta mil reis, não estando nesta herança meu sobrinho Manuel, absente no Brasil, por ter despendido com ele avultada quantia de dinheiro; cujas quantias lhes serão dadas conforme eles se forem casando, ou emancipando, as quais não correrão juros alguns; e serão os ditos meus sobrinhos senhores de viverem nas casas da Maia, enquanto solteiros forem, depois que falecer sua Mãe...”

29 Oferta, dádiva.

30 Ermesinde.

31 Declarações escritas

Solteiro (claro!!!) e sem filhos, é um seu sobrinho, quiçá o mais velho, o herdeiro principal, com obrigação de “compor a legítima” aos outros irmãos.

Outro Padre, Manuel Vicente de Pinho, reitor de Vila Nova da Telha, determina em 1827: “...nomeio por meu universal herdeiro e testamenteiro de tudo o que por minha morte me pertencer, a meu sobrinho António José Alves de Pinho, em atenção a que me tem ajudado muito no serviço desta Igreja, com obrigação de tratar a minha irmã na saúde como na doença e na morte, como tenho feito e faria se ela falecesse primeiro que eu”. E adiante especifica: “Não nomeio por minha herdeira a minha irmã, por ela não ter capacidade para se governar”, Adivinha-se aqui qualquer problema comportamental ou deficiência mental que “obriga” a esta justificação.

No testamento de António Domingues, do lugar da Bajouca, freguesia de Gemunde, feito em 1830, surge outra situação de cariz familiar. Depois de nomear seu sobrinho António como herdeiro universal, avança: “...tenho duas filhas, Maria, solteira, e Custódia, já casada, as quais, estando eu á anos entrevado, miserável, sempre debilitado sem poder trabalhar, vendo-me neste lamentável estado, e coberto de misérias, esquecidas dos seus mais sagrados deveres, me desampararam, e fugiram para irem viver, como me consta, com todo o escândalo de Deus e do Mundo, e por isso as deserdoo...” E, de seguida, justifica a escolha do sobrinho: “...em atenção e agradecimento por me ter tomado à sua conta e me estar tratando e alimentando de todo o necessário, depois de me ver em deplorável estado e desamparado das sobreditas minhas duas indignas filhas...”.

Nestes testamentos não se discriminam os bens, dado que há um herdeiro principal. Mas nem sempre isso acontece.

Veja-se o caso de Maria Moreira da Silva, do lugar do Casal na freguesia de Águas Santas, casada com Manuel Ferreira dos Santos e mãe de duas filhas, Maria e Ana. No seu testamento, de 1830, estipula-se o seguinte: “Declaro que sou senhora de um prazo denominado do Crespo e de um campo chamado a Beçada, tudo foreiro à Comenda de Águas Santas³²; os quais assim como os possuo os nomeio em minha filha Maria, com obrigação de trazer de entrada, em satisfação destes bens, e entrada que o dito meu marido trouxe para esta casa a quantia de quinhentos mil reis, que serão para dar a minha filha Ana, advertindo que desta quantia se darão a minha irmã Ana a quantia de duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reis de legítima, que esta casa lhe está devendo. Declaro [que] reservo para meu marido enquanto vivo vinte e quatro alqueires³³ de milhão³⁴ entrando nesta conta dois alqueires de

32 Comendas eram benefícios que se atribuíam a eclesiásticos ou a cavaleiros das ordens militares, recompensando serviços sociais ou militares prestados. Neste caso o beneficiário era a Ordem de Malta.

33 Medida de capacidade equivalente a 13,9 litros.

34 Milho graúdo ou grosso, designação para o distinguir do milhete, milho miúdo ou painço.

centeio e mais um alqueire de feijão; e reservo para minha filha Ana, enquanto solteira, vinte alqueires de milhão entrando nesta conta dois alqueires de centeio, e mais um alqueire de feijão, e um alqueire de linho espadelado, e a casa chamada do Celeiro de Baixo, e cortelho para o seu cevado; comerá da horta e nabal, queimará do frasca³⁵, três almudes³⁶ de vinho, comerá das uvas, e será senhora do terço da fruta e castanha, e terá palha e mato para astrar o seu cevado e palha necessária para a sua cama”.

Manuel José Moreira, de Gemunde, também nomeia, em 1824, como seu único herdeiro, um sobrinho. Mas igualmente lhe deixa vários compromissos: “Com mais obrigação de dar a minha mulher Maria Rosa da Silva, de pensão anual, pelo dia de S. Miguel em cada ano, de milho vinte rasas³⁷. De centeio duas rasas, de feijão duas rasas, de vinho cinco almudes, uma arroba de carne de toucinho, três arráteis³⁸ de unto, dois quartilhos³⁹ de pingue, [...] e mais será obrigado a ter-lhe sempre lenha pronta para ela queimar, [...] comerá da horta e nabal, água do poço, [...] mais será a minha mulher de trazer em casa duas galinhas, e cozinhárá na cozinha, [...] e o meu herdeiro tratará dela sã como doente, [...] cozer-lhe o pão, lavar-lhe e remendar-lhe a roupa...”.

Eis um exemplo claro do que Manuel Carlos Silva chamou "o modo de fazer herdeiros"⁴⁰. E também a prova de que o testamento moldava a vida dos vindouros de forma inequívoca.

É também importante uma análise à forma de testar (e de herdar) e à razão de o fazer. Carmelo Lisón-Tolosana⁴¹ considera que, no caso da Galiza, existem basicamente dois modelos de transmissão por herança: a repartição igualitária por todos os herdeiros, e a atribuição do "tercio" ou quota disponível a um dos filhos e a divisão do restante pelos outros, naquilo a que o autor chama "*millora*".

Dos dados que possuímos para a região da Maia, parece confirmar-se em absoluto esta situação. É maioritário o regime de atribuição da quota disponível a um herdeiro, distribuindo-se por todos a legítima.

Veja-se o caso, que é comum, de Manuel José de Sousa, de Nogueira, com quatro filhos, que em 1827 estipula: “...o qual, assim como o possuo, o nomeio em meu filho Manuel, com obrigação de trazer de entrada, para compor suas irmãs, oitocentos mil reis...”.

35 Divisão ou lugar onde se guardava a lenha seca.

36 Medida de capacidade que podia variar localmente, entre os 15 e os 25 litros. No vale do Leça equivalia a 25 litros.

37 Medida de capacidade equivalente ao alqueire.

38 Medida de peso, equivalente a 457.8 g.

39 Medida de capacidade equivalente a meio litro. Chamava-se assim porque era um quarto da canada (2 litros).

40 Ver nota 23

41 Carmelo Lisón Tolosana, *Perfiles simbólico-morales de la cultura gallega*. Madrid, Akal, 1981, pag 201

Mas também se procurava uma certa justiça. José da Silva Coelho, de Águas Santas, escreve, em 1827, depois de nomear herdeiros os filhos, e de deixar a terça ao mais velho: “Outrossim declaro que o meu filho Joaquim, que foi para o Brasil, eu para o impor, e depois de lá estar, com tudo gastei duzentos mil reis, que hão-de ser abatidos na sua legítima...”.

Estas verdadeiras instituições jurídicas – os testamentos – são, no dizer de Fernando Medeiros fundamentais para evitar a pulverização da propriedade "o que levara o legislador a admitir algumas restrições à capacidade testamentária do *de cuius*, instituindo, por um lado, a «legítima» (isto é, porção de herança reservada por lei a todos os herdeiros legítimos diretos, fossem quais fossem as disposições testamentárias) e, por outro lado, a «quota disponível», equivalente a um terço do valor da herança, da qual o testador podia dispor para fins sucessoriais"⁴².

Sempre dentro desta filosofia, havia variantes curiosas. Manuel Gonçalves Pereira, de Moreira, estipula, em testamento de 1828, que deixa aos seus filhos e aos netos dois terços da herança. O outro terço seria igualmente dividido entre eles, mas "dando primeiro a meu filho José 130.000 reis por ter ganho toda a vida para as despesas da casa".

Joaquim José Rebelo, solteiro, de Moreira da Maia, temendo, em 1835, pela sua saúde e pela complicaçāo que a sua morte poderia significar para uma sua irmā que consigo vivia, afirma deixar a essa sua irmā o usufruto vitalício dos bens que doa a um seu sobrinho. Além disso, lega-lhe a quantia semanal de 500 reis, cessando o pagamento logo que ela adoeça, porque em tal estado o donatário a tratará satisfazendo-lhe a alimentação necessária aos precisos melhoramentos".

Em 1825, Maria Antónia, de S. Pedro Fins diz: “Declaro mais que a minha filha Rosa é a que me assiste, e trata de mim nas minhas moléstias, e espero que há-de tratar e assistir-me, por isso é minha vontade deixar-lhe um cordão de ouro dos que na casa há, à escolha da dita minha filha Rosa, mas esta deixa é se ela continuar a assistir-me e a tratar de mim como até ao presente...”.

José da Silva Coelho, de Águas Santas, em 1827, declara no seu testamento que: “Outrossim declaro que é minha vontade deixar a minha terça de alma ao dito meu filho António da Silva e mulher, em recompensa do bom tratamento que me tem feito e espero que me há-de fazer”.

Já em 1800, Maria Dias de Jesus, de Vila Nova da Telha, deixou escrito no seu testamento: “Declaro que tenho um laço de diamantes, e brincos também de diamantes, e uma cadeia de ouro, o que tudo deixo a minha filha Ana, em remuneração do amor com que me tem tratado e espero que me trate”.

42 Fernando Medeiros, “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal - o contributo da escola de Le Play, 1908-34”. *Análise Social*, 95, pp. 97-116. Ver, para a questão em apreço, especialmente a pág. 107.

A preocupação com a velhice e o fim da vida estão bem patentes nestes exemplos.

Mas o cuidado com a indivisibilidade das terras (quando possível) também. O Padre Manuel de Azevedo Leão, mesmo tendo vários potenciais herdeiros (sobrinhos) ordena no seu testamento de 1839, que: "Todas estas propriedades deixo à minha criada para ela desfrutar a sua vida e por morte dela ficarão à casa do meu nascimento".

Verificamos assim que embora nem sempre, como no antigo regime, o filho herdeiro fosse o mais velho, normalmente, e em se tratando de lavradores-proprietários abastados a regra quase sempre adotada era a da "primogenitura varonil". Assim se garantia uma certa indivisibilidade da propriedade e a continuidade da linhagem. No caso de pequenas explorações por conta própria, a escolha do destinatário da herança era geralmente uma filha "casada em casa", que herdava, em regime de «meação» com o marido, a casa e alguma terra contígua, com o compromisso de bem tratar o testador.

As principais finalidades que presidiam à elaboração do testamento eram, assim, a perpetuação da linhagem, a indivisibilidade da propriedade, a manutenção do valor simbólico da "casa", a segurança para o cônjuge (viúvo) sobrevivo, e a compensação para os filhos não beneficiados. Note-se uma vez mais que estes hábitos obedeciam à filosofia do chamado "Morgadio" - não dividir a propriedade agrícola para obter dela maior rentabilidade. O Morgadio, que na Terra da Maia correspondia quase a um título de nobreza, começou a ser questionado a partir de 1820 sob o Liberalismo.

Embora a sua abolição, com força de lei, tenha ocorrido em 1863⁴³, os seus efeitos fizeram-se sentir até há bem pouco tempo. Podemos mesmo dizer que, ao menos em termos de mentalidade rural, ainda hoje se percebem. Conhecemos dotes, doações e testamentos de meados dos anos 50 do século XX onde perpassa ainda a ideia base do morgadio - a indivisibilidade da propriedade.

Há, como é bom de ver, o seu quê de profunda injustiça entre o beneficiado e os seus irmãos. Mesmo havendo algumas "composições". No entanto como refere Eugénio da Cunha Freitas:⁴⁴ "ninguém protesta, ninguém pensa em opor-se a essa injusta partilha. Sobreleva o interesse da casa".

O herdeiro daquele momento recebe circunstancialmente, como direito e como dever, um produto cultural cujos componentes são não só a casa ou edifício com as suas terras, animais e outras posses, mas também, e sobretudo, a casa como um repositório de ideias, ideais, valores e símbolos. Recebe essa herança do seu antecessor e tem a obrigação de a legar ao seu sucessor.

43 Os morgadios foram extintos em Portugal no reinado de D. Luís I por Carta de Lei de 19 de Maio de 1863, mantendo-se apenas o vínculo da Casa de Bragança, que viria a perdurar até 1910.

44 Eugénio Andrade da Cunha Freitas, "Costumes Tradicionais da Maia - Dotes, Doações e Sucessões", in *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. Leite de Vasconcellos*, Vol. II, Porto, Junta do Douro Litoral, 1959 pp. 319-338.

Ao titular do morgadio cabia não só a administração de bens terrenos, como também a perpetuação do nome da família, da honra e, diríamos hoje, da imagem do grupo familiar.

Numa perspectiva ideal, não importa de facto quem, circunstancialmente, ocupa a posição de herdeiro. O indivíduo em si mesmo é um mero elo que faz a ligação entre antecessores e sucessores.

Mas é inerente à posição de beneficiado tratar da casa (e da família, sua ocupante natural) com uma perspectiva de futuro, isto é, com um projecto que tem um objectivo fundamental: perpetuá-la e engrandecê-la.

NOTAS FINAIS

A documentação que aqui estudamos, embora seja dos inícios da centúria de oitocentos, não corresponde totalmente à “classificação” de Ariès para o século XIX. Ela espelha uma sociedade eminentemente rural, diria mesmo atrasada, profundamente marcada por uma religiosidade que muitas vezes é mais aparente do que real.

Nota-se pelos termos utilizados que, muitas vezes, o preâmbulo dos testamentos e o estabelecimento dos bens de alma, são uma tentativa de comprar um “bilhete de entrada no céu”.

O modo como se morre e como se encara a morte é um forte indicador cultural. A morte é, muitas vezes um reflexo da vida. O cemitério é um espelho do mundo dos vivos. O funeral é um ritual com uma componente muito mundana. O testamento é um documento que mostra a vida do testador e determina a vida dos beneficiários. Façamos uma súmula final do estudo desta documentação.

Quem testa

Não encontramos nenhum elemento de grande destaque social. Nenhum militar, nenhum titular, ninguém do alto clero. Trabalhamos os testamentos de apenas quatro padres. Nestes documentos, infelizmente, não se menciona a idade nem a profissão. Dos testamentos de mão própria, 54% são de homens e 46% são de mulheres. Especulando um pouco, diria que a maior parte pertenciam à classe média e média baixa, atendendo aos bens legados. Seriam médios lavradores, alguns médios rendeiros, e só num caso não havia bens de raiz, mas tratava-se de uma mulher que já havia feito uma doação.

Bens de Alma

É vulgar encontrar testamentos mandando rezar cinquenta, cem, cento e cinquenta missas. Citamos o caso uma mulher que mandou celebrar por si duzentas missas, mais cem pelas almas do pai e da mãe e mais vinte pelo marido (curiosa esta hierarquia de importância). Outros casos há em que se mandava rezar apenas uma dezena de

missas. É claro que isto tinha a ver ou com o estatuto socioeconómico ou com o grau e o tipo de “crença” de cada um.

Bens Terrenos

São tão heterogéneos quanto se possa imaginar. De casas a campos, de leiras a bouças, livres ou foreiros, jóias, roupas, dinheiro (até moedas de ouro e prata), de tudo um pouco se pode encontrar. Sem esquecer que com a herança vinham muitas vezes obrigações para com outros beneficiados.

Destinatários

Quando não havia herdeiros forçados, isto é, cônjuge, filhos ou pais, os beneficiários eram normalmente os irmãos ou os sobrinhos, sendo às vezes os irmãos testamenteiros e usufrutuários, passando depois da sua morte os bens para os sobrinhos.

Filhos

Era também muito variado o número de filhos. A média de descendentes por casal, neste conjunto, era de 3,3. Mas há casos para todos os gostos, desde casais que não tinham filhos (6) a um casal que tinha dez. Meia dezena de casos revelam filhos ausentes no Brasil.

Apresentamos de seguida no Gráfico 1 uma visão deste tema.

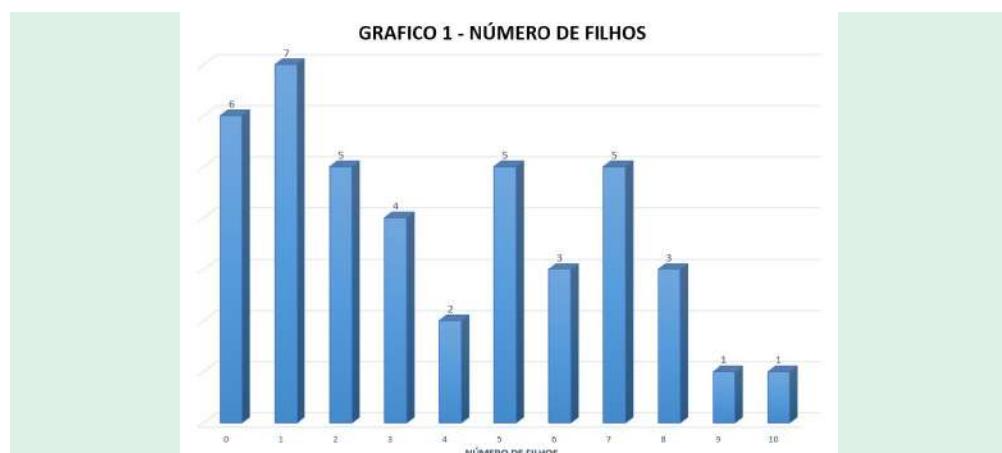


Gráfico 1 - Número de filhos

Níveis de fortuna

Não é fácil quantificar este dado, já que os valores, as áreas de terreno, o estado das propriedades, não são determinados. Também as poucas referências a dinheiro não aparecem quantificadas.

Além disso há um item que muitas vezes não aparece no testamento – as dívidas de que o testamentário era credor, e também aquelas em que era devedor, e que muitas vezes se revelam significativas.

Testamenteiro

O executor do testamento era muitas vezes o herdeiro principal. Podia também ser o cônjuge, sobretudo quando era usufrutuário, mesmo indo o quinhão principal para outro dos herdeiros. Normalmente havia um testamenteiro “efetivo” e um ou mais “suplentes” que na falta ou na impossibilidade do “efetivo”, levavam a cabo o cumprimento das disposições testamentárias do falecido.

Testamento/morte

O intervalo entre a data de redação do testamento e a sua abertura após a morte do testador, varia muito. Há um caso em que a data do testamento e a da morte é a mesma (teria havido algum “erro”?). Mas há outros em que, entre um e outro, medeiam vários anos.

Cinco, seis e sete anos de intervalo, é tempo relativamente comum entre os testamentários que se não achavam doentes. Maria Angelina, de Barca, testa em 1808 e morre em 1831. Ana Maria, de Milheirós, testa em 1803 e morre em 1828. Naqueles que se diziam doentes ou muito doentes, normalmente não chega a decorrer um ano. Muitas vezes nem um mês.

Estado civil

Os solteiros eram poucos. Casados e viúvos equivalem-se numericamente, como podemos ver no gráfico 2.



Gráfico 2 - Estado civil

Há, além disso, uma boa meia dúzia de casamentos em segundas núpcias, quer de homens quer de mulheres.

As práticas funerárias e as atitudes perante a morte são um vetor muito importante no estudo de uma cultura. Do velório ao funeral, do testamento ao cemitério, há todo um percurso riquíssimo que atravessa a História, a Arte, a Antropologia, a Etnografia,

a Teologia. E se para os cemitérios há já uma miríade de estudos e de estudiosos, no capítulo dos testamentos, as investigações ainda são poucas. É preciso mais.

Termino esta intervenção citando, bem a propósito, um desabafo do Padre António Francisco Ramos⁴⁵, bem atual, mas escrito exatamente há oitenta anos:

“Noutros tempos os enterros eram feitos com grande simplicidade e modéstia, mas havia muito cuidado com sufragar as almas dos finados. Nos tempos em que vivemos, e já há muitos anos, são feitos com grande pompa. O dia do enterro é um dia grande, um dia de vaidade. O cadáver, em casa e na igreja, fica abafado com coroas de flores artificiais e ramos de flores naturais, que os parentes e amigos trazem. Da alma quase ninguém se lembra, como se fosse coisa que pouco vale...”.

Anexo

Testamento de Maria da Costa, do lugar de Matos, freguesia do Salvador de Moreira – 7 de Julho de 1802.



Figura 8 - Primeira e a última páginas do documento.

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro, em quem firmemente creio, eu, f. solteira, do lugar de Matos desta freguesia de Moreira, estando gravemente enferma de cama, mas em meu perfeito juízo, e temendo a morte que a todos é certa, determinei fazer este meu testamento da forma seguinte:

45 Lavra – Apontamentos para a sua monografia. Porto, Livraria Simões Lopes, 1943, pp. 204-205

Primeiramente encomendo a minha alma a Deus Padre que a criou, a Jesus Cristo que a remiu e lhe rogo como verdadeiro pastor a reconheça por ovelha do seu rebanho e se digne colocá-la dentro das verdes e sempre amenas florestas do Paraíso, e também rogo à sempre Virgem Maria, ao Anjo da minha guarda e a todos os Santos e Santas da Corte Celeste, sejam meus Advogados e Protectores, para que quando a minha Alma for solta das prisões deste cárcere mortal, possa livremente ir ver o seu Deus face a face na Santa Sião Celeste.

Quando Deus Nossa senhor for servido levar-me da vida presente para si, quero que o meu corpo seja amortalhado em uma saia de baeta preta que tenho e acompanhado à sepultura por cinco Padres em cujo número entrará o meu Reverendo Pároco com os quais se me farão três Ofícios com a brevidade possível. E quero que o meu corpo seja enterrado dentro da Galilé desta nossa Igreja e se toquem os sinos do costume. Quero que o meu testamenteiro ao diante nomeado me mande dizer um trintário de Missas pela minha alma de esmola de cento e vinte reis cada uma e mais doze Missas pelas Almas de meus Pais e deste modo tenho disposto os meus bens de Alma.

Deixo a minha irmã Joana, mulher de Manuel Tomé Ferreira umas arrecadas de concha de ouro e mais uma saia azul de varas. Deixo também a meu irmão José uma moeda de ouro de quatro mil e oitocentos reis, e a sua filha Ana um fio de contas de ouro das mais miúdas que eu tenho. Deixo também a minha sobrinha Custódia, mulher de João da Silva uma saia de baeta azul claro e outra dita de camelão azul, e uma capa de pano azul.

Deixo também à minha vizinha Ana Maria viúva a minha mantilha (f.1v) mais somenos e à sua filha Leonarda a minha saia de tenilha melhor e o meu colete de camelão vermelho e o meu chapéu da semana. Deixo também às minhas primas Ana e Custódia, solteiras, o meu gibão de camelão azul; e todos os outros móveis que à minha morte se acharem, os deixo e nomeio a meu irmão Bernardo solteiro; e deste modo tenho disposto dos meus bens móveis.*

Declaro que sou senhora e possuidora de um acento (sic) de casas com cerca de terra lavradia, pomar, horta e poço, sito neste lugar de Matos, o qual já dotei por escritura a minha sobrinha Custódia e a seu marido João da Silva com as condições que da mesma escritura constam, e como esta ainda não está ensinuada (sic) e eu posso morrer antes dela ser insinuada, e outrrossim é minha vontade que a dita minha sobrinha e seu marido fiquem senhores e pacíficos possuidores do dito acento e suas pertenças, com as cláusulas contidas na escritura, por isso novamente lhos nomeio por este meu testamento de ultima vontade com as mesmas cláusulas e encargos que constam da escritura, o qual acento eu obtive por herança de minha Mãe, deixo por testamento da mesma, e é de prazo de que direito senhorio o Mosteiro desta freguesia.

Nomeio para meu testamenteiro a meu cunhado Manuel Tomé Ferreira, e lhe peço muito de mercê queira aceitar esta minha testamentaria e cumprir todos os meus legados e deixas aqui declarados[...]

E caso por meu falecimento não hajam de chegar meus bens móveis que possuo para satisfação dos meus bens de alma e deixas aqui declaradas, serão então obrigados meus sobrinhos Custódia e seu marido a tudo satisfazerem, e com essa condição é que lhes hei por nomeados os ditos bens de raiz acima declarados e por este modo tenho feito este meu testamento de última vontade o qual quero que se cumpra como nele se contém, e por não saber escrever pedi ao Padre Tomás Costa Pinto, Pároco desta dita freguesia este por mim fizesse, e a meu rogo assinasse; o que fez depois de o ler à testadora e ela dizer estava conforme o seu ditame.

Moreira era ut supra. Eu que o fiz e assinei a rogo da testadora

O Pároco Tomaz Costa Pinto

(f2) Aprovação (apresentação) do Testamento perante o Escrivão e as várias testemunhas, assegurando que a testadora se achava em plenas faculdades e que todas as formalidades foram cumpridas.

(F2v) Apresentação – *Abri e li o testamento retro com que faleceu Maria da Costa, solteira, desta freguesia de Moreira o qualachei fechado, cosido e lacrado com cinco pingos de lacre vermelho e o rubriquei com duas rubricas dos meus cognomes Costa Pinto e declaro que ao abri-lo sem querer lhe fiz uma cizura no meio. Passa na verdade. Moreira, 3 de Setembro de 1802.*

O Pároco Tomás Costa Pinto.

O Futebol na Maia

subsídios para o aparecimento,
organização e generalização do fenómeno

Rui Teles de Menezes

Licenciado em História. Técnico Superior de História da Câmara Municipal da Maia

«Bola de pano, bola de trapos ou farrapos, bola de meia, três nomes para o mesmo produto artesanal sagrado. A meia era imprescindível. De preferência, uma meia de senhora, comprida e elástica, que se enchia com bocados de pano. Ou de algodão grosseiro empurrados para a extremidade da biqueira e afeiçoados até à forma esférica; a meia era, então, progressivamente enrolada sobre o recheio, concluindo-se a manufactura com a arte final: com um pedaço de fio, fechava-se o conjunto mediante o chamado cí-de-galinha, que era assim que a coisa parecia. Havia bola». (DIAS, pág.33)

Hoje em dia qualquer miúdo tem acesso a uma bola desde criança. Há 100 anos atrás, não era bem assim. A necessidade aguçava o engenho, depois a imaginação fazia o resto. Nesses primeiros tempos, o fascínio pelo pontapé na bola ainda dava «os primeiros passos». Desenvolvido na velha Albion, o futebol demorou a chegar ao nosso país. Vindo nos barcos ingleses, atracou primeiro a Sul, em Cascais em 1888 e depois a Lisboa. Só mais tarde chegará ao Grande Porto. Segundo o conhecido jornalista Vitor Serpa, “na cidade do Porto, jogava-se no jardim de Arca d'Água, na Boavista e, já fora da cidade, em Matosinhos. (...) O futebol na cidade do Porto, em boa parte dominada economicamente pelos ingleses, começou exatamente pelo exemplo britânico” (SERPA, pág.15).

Reservado às altas classes sociais e marcado pela preponderância inglesa, o jogo do «foot-ball» antes de se afirmar teve de rivalizar com as instituições culturais e organizações de carácter lúdico e benficiente da época - “Evidenciando o seu cunho rural, apesar da proximidade do Porto, só deparamos com instituições benficiaentes de natureza laica e com associações culturais e desportivas, apenas nos anos vinte e trinta do século passado, com excepção de uma banda de música, ainda na primeira metade do séc. XIX e de uma associação de socorros mútuos, na segunda metade o mesmo século. Após essa data e até 1874, vão sendo criadas várias instituições humanitárias, desportivas e culturais, grupos excursionistas, entre outras”. (COSTA, pág. 369).

No final do séc. XIX ocorre a introdução dos desportos modernos, através da organização de competições de desportos náuticos. Seguiu-se a ginástica, o ciclismo e o remo desportivo. Em 1875 teve lugar a primeira regata no rio Douro que levou à criação da mais antiga organização desportiva do norte, o Clube Fluvial Portuense. No ano de 1899 é criada a União Velocipédica Nacional, considerada a primeira Federação Nacional.

A entrada no séc. XX é caracterizada pela disseminação do fenómeno desportivo um pouco por todo o país. No caso do Porto são criados clubes e associações vocacionados para a ginástica, hipismo, tiro, corridas de bicicleta e grupos excursionistas¹. Em

¹ A primeira actividade desportiva na Maia até agora conhecida é a passagem de uma corrida de ciclismo em 1913, organizada pelo Futebol Clube do Porto. No Arquivo Municipal da Maia, encontram-se documentos onde o clube solicita autorização para a passagem no território maiato, assim como solicita a comparência de homens da Guarda Republicana. Uns dias após a passagem pela Maia, o Futebol Clube do Porto envia um ofício a agradecer a colaboração prestada.

1906, através de José Monteiro da Costa, é reavivado o projecto inicial de José Nicolau de Almeida iniciado em 28 de setembro de 1893. Era o Futebol Clube do Porto, que se tornaria na maior instituição desportiva do Norte do país, e levou o nome da cidade a todo o mundo, com a honra e glória que todos conhecemos.

[Figura 1]

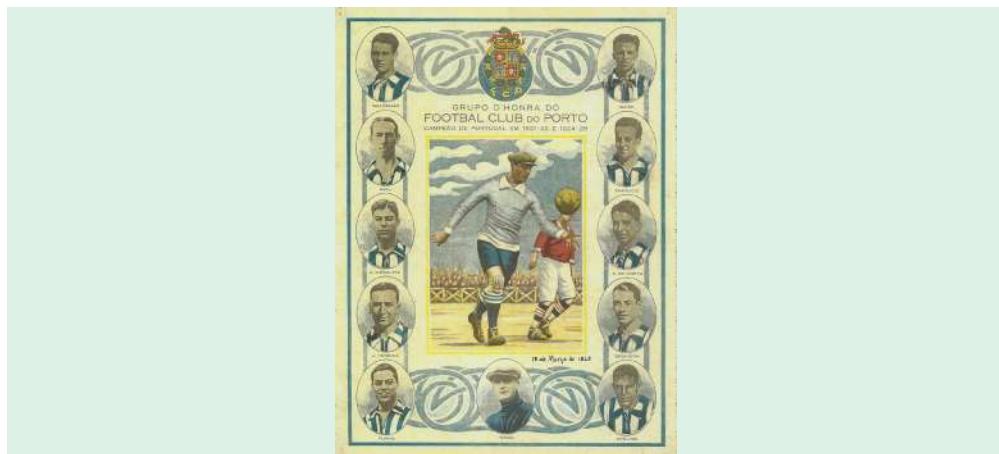


Figura 1 - Gravura do F.C. Porto, anos 20

No ano de 1903 surgiu o Boavista Foot-Ball Club e em Matosinhos, passados cinco anos é criado o Leixões Sport Club. Em 1911 nasce o Sport Porto e Salgueiros que acabaria por se fundir com o Comércio, originando o Sport Comércio e Salgueiros. Em Paranhos, para os lados do Lima é fundado o Académico Futebol Clube. Já no distrito do Porto, surge no concelho de Paredes, o Sporting Clube de Paredes. No ano de 1913 é criado na Póvoa de Varzim, o Sport Club da Póvoa de Varzim e em Gaia: o Oporto Boat Club e o Sport Clube do Porto. Volvidos dois anos, surge o Varzim Sport Club.

Paralelamente à criação de clubes, a 10 de agosto de 1912 é fundada a Associação de Futebol do Porto por iniciativa de dois clubes: Futebol Clube do Porto e Leixões Sport Club. No ano de 1914, a 24 de abril, ocorre em Lisboa o primeiro jogo entre as seleções da Associação de Futebol de Lisboa e a Associação de Futebol de Porto. O jogo terminou com a vitória dos visitados. No mesmo ano, a Associação de Futebol do Porto, juntamente com outras Associações decidem fundar a União Portuguesa de Futebol, que mais tarde se tornaria em Federação Portuguesa de Futebol.

Em 1913, na região do Porto, já existiam onze clubes que se dedicavam ao futebol: F.C. Porto, Leixões S.C., Boavista Futebol Clube, Académico Futebol Clube, Futebol União do Porto, Futebol Clube de Gaia, Sporting Clube de Espinho, Sport Clube Chiado, Candal Sport Clube, Sport Grupo Salgueiros e Sporting Clube do Comércio. Estes dois últimos fundir-se-iam em 1920, passando a designar-se Sport

Comércio e Salgueiros, o mítico Salgueiral. Ainda em terrenos municipais de Arca d'Água, os muitos aficionados de Paranhos, local de grande concentração operária na época, foram testemunhas de vários jogos com outros grupos – Sport Progresso, Carvalhido Football Club, 5 de Outubro, Bairro Operário, Construtora, Monte Alegre, Mocidade Invicta, Campanhã e Football Club de Gaia, momentos de aguerridas disputas em jogos ditos “amigáveis”, principalmente contra o Progresso e Mocidade.

Na falta de um campo com as medidas apropriadas, o Salgueiros passou a alugar o Campo da Constituição, nova casa do Futebol Clube do Porto que deixara o Campo da Rainha. O contrato implicava o pagamento de 1\$50 por jogo e \$20 por cada toalha utilizada. O Futebol Clube do Porto ocupou o Campo da Rainha desde dezembro de 1906 até dezembro de 1912, depois passou para o Campo da Constituição². [Figura 2]

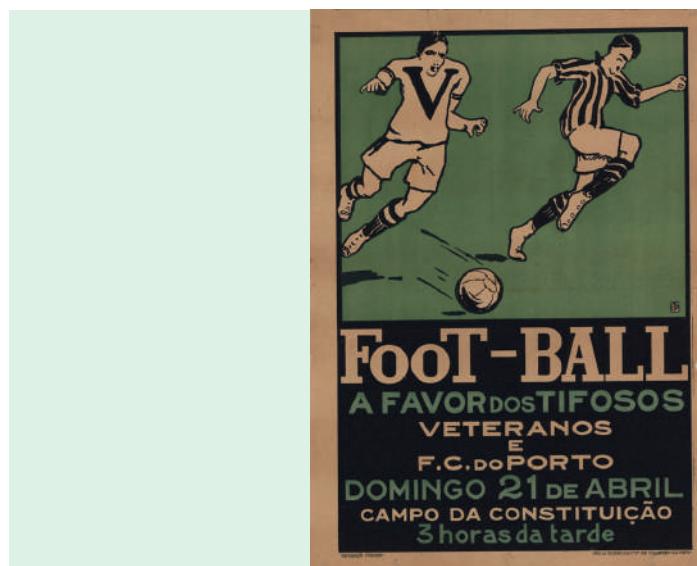


Figura 2 - Cartaz ETP, 1918

Já na década de vinte, um pouco por todo o distrito do Porto, são criados clubes representativos dos mais variados concelhos, como o Infesta Futebol Clube, o Penafiel Futebol Clube, a Sociedade Desportiva Foot-Ball Club da Lixa, a União Sport Clube de Paredes, o Sporting Clube Amarantino, o Sport Club de Rio Tinto.

Seguiram-se o Club Desportivo de Marco, o Sporting Clube Valboense, Santa Cruz Foot-Ball Club, Grupo Leça Foot Ball Club e o Vilanovense Foot-Ball Club.

² Quando a Constituição já dava sinais de não ser condizente com a grandeza do clube, perdida que foi a oportunidade de aquisição de uns terrenos anexos na Constituição, compraram-se terrenos na Vilarinha, já quase em Matosinhos. Mas até esses não serviriam para o efeito pretendido, e numa boa jogada financeira para os cofres do clube, a Direcção liderada pelo Dr. Cesário Bonito vendeu com bom lucro os terrenos da Vilarinha para comprar os das Antas.

O CONCELHO DA MAIA E OS SEUS CLUBES

O futebol expandia-se e também acabou por chegar à Maia. O primeiro relato conhecido do jogo da bola tem um século e chega-nos por Joaquim Gonçalves Barbosa, em carta dirigida ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Maia, onde relata um «terrível» incidente do qual resultou a apreensão de...uma bola.

«Venho perante V. Exa. Digníssimo Presidente e Ex. Mos Vereadores participar que encontrando-me hoje domingo, 23 de dezembro de 1923 no Campo denominado do Exército Libertador, lugar de Pedras Rubras, freguesia de Moreira, concelho da Maia, encontrei os abaixo mencionados a jogar o Foot Ball no mesmo campo e lembrando-me de que V. Exa Digníssimo Presidente fez uma proposta reformando o artigo que diz respeito ao mesmo jogo aplicando-lhe uma multa avultada, dirigi-me aos mesmos avisando-os de que não jogassem, que era proibido, do que em resposta demais dos jogadores Álvaro da Silva (Buraca) me disse que me ia para a cara, insubordinando os outros para que continuassem na mesma faina do jogo, dirigi-me a casa da autoridade local afim de os prender; mas afinal quando voltava com o regedor eles se tinham retirado todos do local, do que resultou apreender-lhe a respectiva bola. Como V. Exa. deve reconhecer este Álvaro da Silva, já foi um dos criminosos que cortou as árvores no dito campo, juntamente com outros, do que com bastante sacrifício e dispêndio de despesas se efectuou a sua prisão. Prevendo tudo isto e a falta de respeito com que se me dirigiram, pedia fossem devidamente autuados por infratores do código de posturas e desobediências. Autores: Álvaro da Silva e Albino Quintas – testemunhas: António da Silva (Bareiro) e Albino de Souza Moreira. Esperando que V. Exa. tal acto não deixe passar, porque ainda maior foi o insulto e palavras obscenas».

Outra das pistas seguidas para perceber como nasceu o futebol na Maia foi a compilação de Francisco Barbosa da Costa sobre as Instituições do Distrito do Porto, em boa hora editadas pelo Governo Civil do Porto no mandato do Dr. Manuel Moreira, um volume que compila informação preciosa sobre o Distrito do Porto do séc. XIX e XX. Passamos a enumerar as que nos pareceram as mais relevantes, não só no Desporto, mas também culturalmente.

Maçº	Nº	Nome	Fundaçº
114	30	Assembleia Recreativa da Maia Barreiros	1923
115	44	Sport Club de Nogueira	1939
115	49	Grupo Desportivo de Gemunde	1932
115	50	Sporting Clube Balianse	1936
115	51	Futebol Clube de Parada	1937
115	52, 62,1619	Escola Dramática “Os Modestos de Milheirós”	1937
115	53	Luso Barreirense Futebol Clube	1939

Maço	Nº	Nome	Fundação
115	54	Foot-Ball Club de Vermoim	1939
115	55	Sport Club Moreira da Maia	1933
115	56	União Nogueirense Futebol Clube	1939
115	57	Sport Club Bom Despacho	1940
115	58	Sport Clube Santa Cruz	1939
115	60/4567	Sport Clube Castêlo da Maia	1939
115	61/1243	Pedrouços Atlético Clube	1929
115	64	Flor de Pedrouços	1919
115	71	Associação Recreativa e Cultural “Os Briosos de Barca”	1960
AGCP	1693	Folgosa da Maia Futebol Clube	1938
AGCP	128	Futebol Clube de Pedras Rubras	1947
AGCP	1971	Futebol Clube da Maia	1954
AGCP	2767	Desportivo de Barca Futebol Clube	1993

Segundo o que foi conseguido apurar, o primeiro clube de futebol no concelho da Maia e ainda existente, é o Pedrouços Atlético Clube. *[Figura 3]* Fundado a 2 de Outubro de 1929, resultou da fusão de dois clubes de bairro locais³: o Clube Sportivo de Pedrouços (Bairro Airoso) e o Pedrouços Foot-Ball Club (Rua da Igreja de Pedrouços).



Figura 3 - Pedrouços Atlético Clube

³ Um pouco à imagem da criação do Grupo Dramático e Recreativo Flor de Pedrouços, a mais antiga colectividade cultural do concelho, recentemente desaparecida. A primeira sede social também era numa alfaiataria na rua Gonçalo Mendes da Maia, propriedade de Abílio Portela.

A alfaiataria de António Almeida Ramos na freguesia⁴ serviu primeiramente como sede do clube: era lá que se realizavam as reuniões e onde os atletas se encontravam para lhes ser entregue o equipamento (camisola e calção), tudo feito à mão, enquanto o resto do equipamento era improvisado pelos próprios atletas, que reaproveitavam calçado velho - botas ou sapatos, às quais adicionavam umas rudimentares travessas em madeira. Os primeiros jogos disputados pelo Pedrouços foram realizados no âmbito do Campeonato da Maia de 1932-33, no campo do Corim, onde se sagraram campeões.

A sede do Pedrouços Atlético Clube passou depois para a Rua Artur Neves. Mais tarde funcionava só como sede social, sendo o local onde se realizavam convívios de alguns sócios mais antigos. A sede administrativa, na Travessa Nova da Giesta, junto ao campo do clube, foi construída na década de 80 pelos sócios, sendo depois reformulada no ano 2001 pela Câmara Municipal da Maia.

Quase em frente à entrada do actual campo, antigamente denominado de «Augusto Simões», ficava uma conhecida tasca decorada com as cores do Pedrouços – a Tasquinha do Murta, conhecida pelos seus petiscos e panados, infelizmente já desaparecida⁵. O PAC é referido por Artur Marques na brochura editada pela Comissão de Festas de Nossa Senhora do Bom Despacho de 1953, como o “*baluarte máximo do desporto maiato. Conta largos anos de existência, estando filiado na A.F. Porto e disputa o Campeonato Regional da 2ª Divisão, contando no seu palmarés as mais honrosas classificações*”.

Já para a freguesia de Nogueira socorremo-nos das palavras de Vítor Maia⁶, “*entre 1920-1930, não podemos precisar, havia em Nogueira três clubes, cada um deles associado a um lugar distinto da freguesia. Havia o Penense, associado ao lugar da Pena, o Carvalhense, associado ao lugar do Carvalho e o Sport, do lugar do Rio*”. Estes grupos eram compostos por jovens da freguesia e conseguiam espaços para jogar entre os campos de cultivo, cedidos pelos agricultores mais endinheirados da freguesia. Uma realidade que se repetia um pouco por todo o concelho. No ano de 1933, o Penense e o Carvalhense acabam por se fundir, originando o União Nogueirense Foot-Ball Club, um clube que era apelidado por todos como o União. O Sport Club Nogueira da Maia [Figura 4] continuava paralelamente a disputar os Campeonatos Promocionários da AFP, juntamente com o União. O Sport acabaria por se extinguir no final dos anos 50.

4 O PAC e o GDRFP nasceram quase no mesmo local. E porque é que a colectividade e clube desportivo mais antigos surgem em Pedrouços? Esta zona a norte do concelho, fronteira com a cidade do Porto, sempre revelou um acentuado espírito bairrista. Era caracterizada por uma população composta por muitos operários, pequenos comerciantes e profissões como electricistas, carpinteiros, costureiras.

5 O autor destas linhas lembra-se bem deste icónico espaço pois também por lá jogou uma época, nos idos 1987/88.

6 Em 2008 publicou um livro dedicado à história de um clube de futebol maiato – o Nogueirense. De leitura obrigatória para conhecer o futebol de Nogueira da Maia.

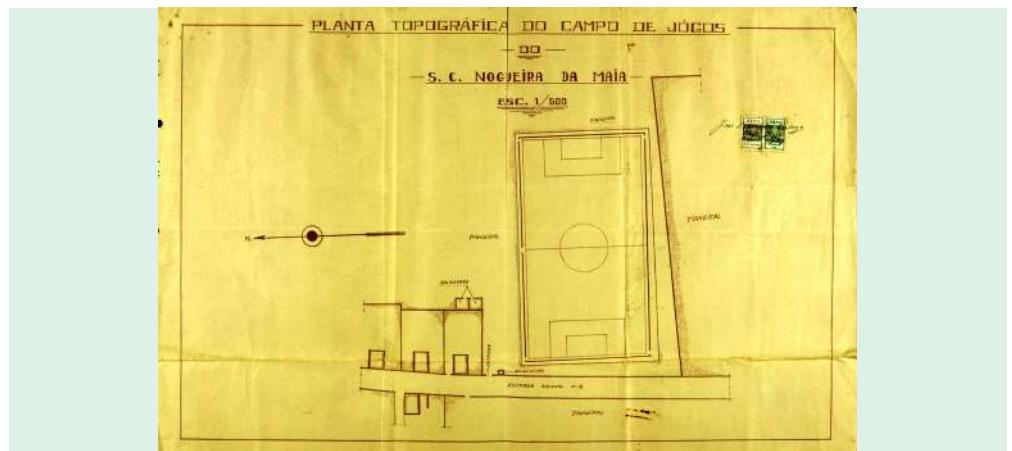


Figura 4 - O campo do S. C. Nogueira da Maia

O União, como outros, adoptou as cores do concelho – azul e vermelho e tinha como símbolo – a Cruz de Cristo. Foram sócios fundadores: Avelino Monforte, António Martins, Joaquim Pena, Alício do Costa, Ti Luís da'Nês, Joaquim do Rôso, Costa Lamas, Moutinho Carloto, Ti Alberto Senra, Sr. Rafael, Ti Augusto Senra e Joaquim Teixeira Júnior, entre outros. O campo utilizado era o do Carvalhense, situado na rua General Carmona. Durante alguns anos disputou o Campeonato Promocionário, como no ano de 1939-40, contra o F.C. Porto e Vermoim, Sport Club Bom Despacho, Sport Club Santa Cruz. Em 1942-43, fica em primeiro lugar na sua série e vai disputar o apuramento de campeão com o Tirsense. Jogado a duas mãos, o primeiro embate termina empatado e no segundo perde por falta de comparência, por ter chegado atrasado... Em 1947 deixa de ter campo, o que provoca alguns interregnos de actividade. Motivados por um jogo contra o Castêlo da Maia em 1949, o sentimento das gentes de Nogueira volta a agitar-se no sentido da construção de um novo campo, num terreno do Sr. Américo da Carneira, inaugurado em setembro de 1951. Este movimento partiu de um grupo de jovens (um gang daqueles tempos), todos conhecidos na freguesia de Nogueira, e que se deslocavam em grupo às romarias e festas, alguns deles mesmo atletas. Era a Seita do Quarteirão.

Na inauguração do Campo da Carvalheira estiveram presentes homens como Antero Moreira de Sousa Torres (que teve a honra de cortar a fita na inauguração), Altino Coelho, Joaquim Lopes dos Santos – o Regedor, Américo da Carneira e Toneca da Torre. Mesmo com campo, o Nogueirense optou por participar em campeonatos populares e em torneios, conseguindo em 1957 a vitória no Campeonato Popular da Maia, prova organizada pelo Futebol Clube da Maia. Atente-se que estas provas eram bastante disputadas e o ardor da contenda por vezes descambava em pancadaria dentro das quatro linhas e nas bancadas. Com a inscrição na FNAT, o nome do clube altera-se para Centro de Recreio Popular de Nogueira da Maia no ano de 1960.

Passados cinco anos, deu-se nova alteração promovida pela inscrição na AFP, passando o clube a ter a designação ainda actual de União Nogueirense Futebol Clube.

DÉCADA DE 30 – O BOOM DO FUTEBOL NA MAIA

Mesmo entrados na década de 30, só em 1932 temos conhecimento da criação de outro clube de futebol no concelho da Maia – o Grupo Desportivo de Gemunde. Este foi registado no Governo Civil do Porto e o seu processo estará no Maço 115, nº 49. Em 1936 é criado o Sporting Clube Balianse [Figura 5, 6 e 7] encaixado entre as freguesias de Leça do Balio, Gueifães e Barreiros. O seu propósito era a prática desportiva, como o “Footubal (sic), Hand-Baal (sic), ciclismo, desportos dentro do seu parque de jogos,

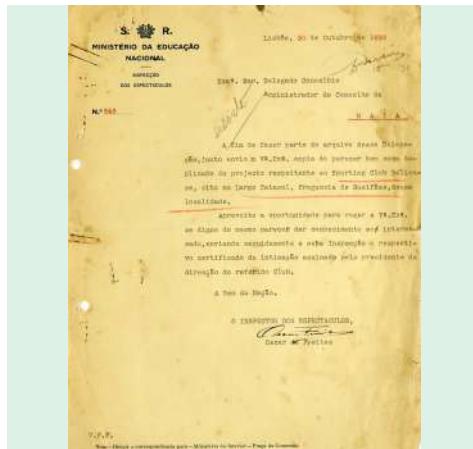


Figura 5 - Sporting Clube Baliense, 1936

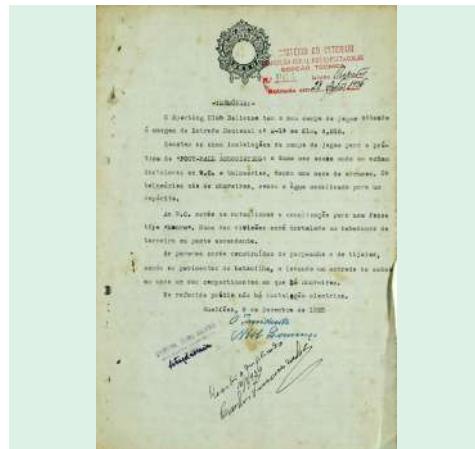


Figura 6 - Instalações do Sporting Clube Baliense, 1935

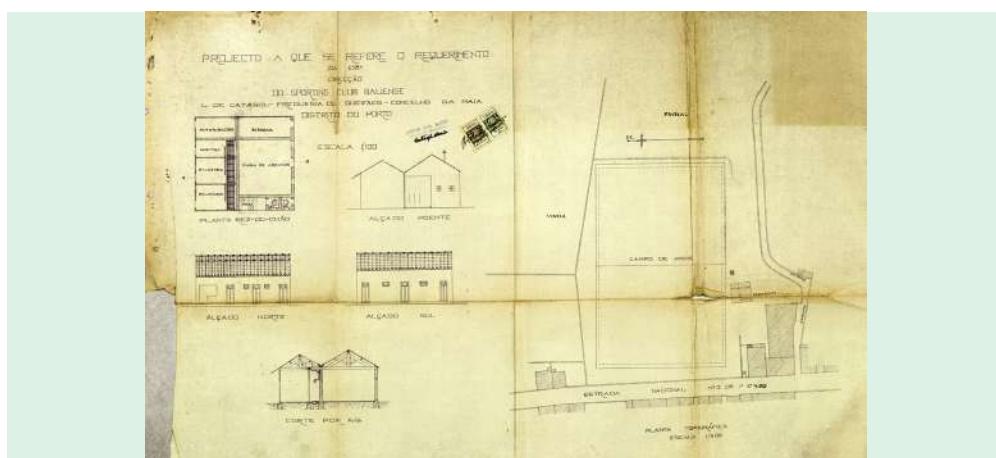


Figura 7 - O campo do Sporting Clube Baliense

situado no lugar de Cataçol (sic), Gueifães". Ou seja, o clube tinha denominação referente a Matosinhos mas o campo ficava na Maia, o que demonstra que nem sempre as fronteiras administrativas acompanham o fervor dos associados, ou melhor, dos «fregueses». Assim, era natural que a «afición» se dividisse por ambas as freguesias.

Corria o ano de 1939 e já existiam o Sporting Clube da Maia, o Luso Barreirense Futebol Club, Futebol Clube do Porto e Vermoim [Figura 8], o Sport Club Castêlo da Maia, Sport Club Santa Cruz e o Sport Club de Nogueira.

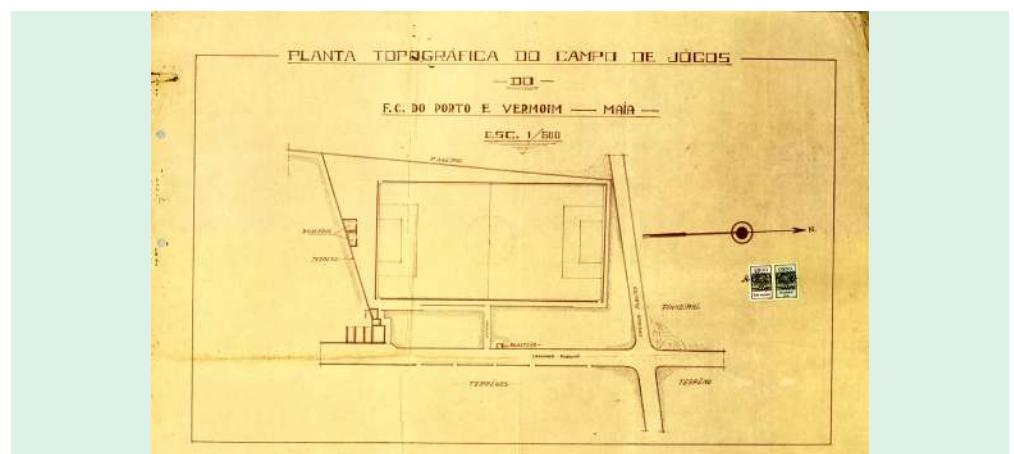


Figura 8 - O campo do F. C. Porto e Vermoim

O segundo clube mais antigo da Maia que chegou aos nossos dias é o Sport Club Castêlo da Maia, tendo os seus estatutos sido discutidos e aprovados em Assembleia-Geral de 16 de Janeiro de 1938. Um grupo de jovens castelenses aproveitavam as tardes de sábado e as manhãs de domingo para se reunirem e disputarem renhidos jogos de futebol no parque de "Santo Ovídeo", entre as árvores que ordenadamente colocadas faziam de balizas, junto com outras que só atrapalhavam à prática futebolística. Entre os «miúdos» estaria Agostinho Faria, Francisco Duarte e Armando Nogueira, responsáveis pela organização dos jogos. A animação era maior em jogos contra equipas vizinhas, por vezes tinham de se deslocar a casa do adversário para «matches», quase sempre, em campos de agricultores.

Ao assistir a tamanha vontade no «jogo da bola», Manuel Pereira, jardineiro na “Quinta do Polónia”, hoje “Quinta da Gruta”, decidiu a avançar para a constituição de um clube desportivo. Rapidamente o Dr. Costa Lima, um médico e homem apaixonado por tudo o que fosse Castêlo, reuniu um conjunto de pessoas, aos quais se juntou Ricardo Guimarães, que além de participar nas atividades de campo, dava importante contributo no sector administrativo em virtude de ser guarda-livros na empresa Algodoxeira do Castêlo da Maia. Já o seu colega de empresa Joaquim

Teixeira ficou responsável pelo processamento da correspondência do clube.

Como tudo gravitava à volta do edifício da antiga Câmara Municipal perdida para Barreiros, as reuniões do clube passaram da casa de Albertino Costa para instalações próprias com a sede social instalada na mais novel construção do Castêlo, paredes meias com o registo civil. O clube foi diversificando as suas atividades, aproveitando várias facetas dos associados, um deles, Altino Maia, apaixonado por ciclismo, treinava durante os percursos de casa para o trabalho, entre Cidadelha e o Porto. Representando o Sport foi possível concretizar a sua participação em duas edições de Volta a Portugal, juntamente com outros ciclistas que se conseguiram reunir. João Maia, que escrevia e adaptava muitas peças, promoveu diversos espetáculos de teatro. As roupas eram reunidas por Armando Nogueira, os actores, eram recrutados entre a população, os espetáculos realizados em frente à sede do clube, ou na garagem da empresa de camionagem castelense⁷.

Era urgente encontrar um campo com as condições mínimas para a rapaziada do Castêlo. A solução passou por arrendar uma bouça situada nas traseiras da estação do caminho-de-ferro [Figura 9]. Estava lançado o grupo mais representativo da parte norte do concelho, que mais tarde iria rivalizar com o grupo mais representativo do centro, o Futebol Clube da Maia, conforme veremos mais à frente.



Figura 9 - Equipa de Casados, Sport Clube Castêlo da Maia, 1942

⁷ Nos primórdios do aparecimento dos clubes, estes muitas vezes, mantinham um carácter mais alargado, procurando juntar várias vertentes, como a desportiva, recreativa e cultural.

Quase ao mesmo tempo, em Moreira eram criados clubes de existência também efémera -o Sport Clube de Moreira da Maia, o Moreira da Maia Futebol Clube [Figura 10 e 11] e o Atlético Clube da Estação. Entre 1938 e 1939 todos se extinguiram. Decididos a colmatar essa falta de um clube da terra, em 30 de Novembro de 1941 na Quinta de Pedras Rubras, um grupo de moreirenses funda o Sporting Clube de Moreira da Maia – Pedras Rubras. Porém, como apareceu outro Clube na freguesia de Moreira denominado Sporting Clube de Moreira da Maia – Padrão, em 1942 os de Pedras Rubras passaram a denominar o seu Clube de Sporting Clube de Pedras Rubras.



Figura 10 - Moreira da Maia Futebol Clube



Figura 11 - Cromo referente ao Moreira da Maia FC

A 14 de maio de 1938 são eleitos os corpos gerentes do F.C. do Porto e Vermoim [Figura 12], clube criado e inspirado no F. C. Porto. No ano seguinte é inaugurado o Campo da Cegonheira, que se tornaria a casa do Vermoim. Nesse evento compareceram os *teams* do Vermoim, Barca, União e Sport Nogueira da Maia.



Figura 12 - Corpos Gerentes do F.C. do Porto e Vermoim, eleitos em 14-05-1938

No cortejo destacou-se a jovem Gracinda Vales, ainda aluna do colégio Luso-Francês.
 [Figura 13, 14, 15 e 16]



Figura 13 - FC Porto e Vermoim, 1932



Figura 14 - Inauguração do campo da Cegonheira, 1939



Figura 15 - Abilio Fiteira, avô de Bruno Fernandes

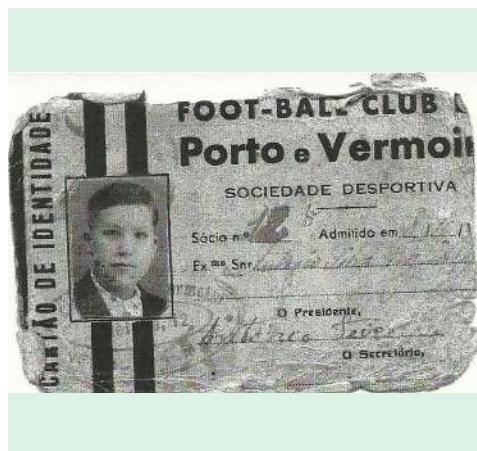


Figura 16 - Cartão FC Porto e Vermoim

Na época de 1941/42, o Pedrouços, como assim é vulgarmente conhecido, foi vice-campeão do Campeonato Popular de Futebol, organizado pelo Jornal de Notícias. O equipamento era composto por camisola às listas verticais azuis e vermelhas, os calções brancos; o equipamento alternativo era com as listas na diagonal. Passados poucos anos, em 1946, o Sporting Clube de Moreira da Maia – Padrão extinguiu-se, pelo que o Sporting de Pedras Rubras mudou, de novo, de denominação, passando, em definitivo, para Futebol Clube de Pedras Rubras. Aí, já legalizado e com estatutos aprovados em 8 de Fevereiro de 1947. Dadas as reduzidas dimensões do seu campo de jogos, procedeu-se à ampliação do mesmo em 1950,

agora com as medidas mínimas para o futebol de 11 e com a denominação de “Campo Maria da Fonte”, que era o nome da filha do Sr. Joaquim da Silva Salgueiro.

Em 1946 também é arrendado um campo para jogos, em Vila Nova da Telha, ao Sr. Joaquim da Silva Salgueiro, onde se iniciaram os primeiros jogos particulares de Verão e os jogos da secção de Voleibol. Esta acaba por desaparecer por falta de recinto desportivo adequado à sua prática.

Na época de 1950/51 o Futebol Clube de Pedras Rubras inicia a sua atividade oficial em futebol de 11 de maneira ininterrupta, até aos dias de hoje [Figura 17 e 18].



Figura 17 - FC Pedras Rubras, com José Maria Pedroto



Figura 18 - Pedras Rubras, Futebol Clube do Porto B, 1954

À freguesia de Barca o fenómeno do futebol também já teria chegado, através de pequenos grupos de curta duração. O primeiro clube conhecido foi o Barca Futebol Clube, que equipava de amarelo e azul em listas verticais grossas e calções brancos. O seu presidente em 1933 era José Maria Lopes Ferreira⁸, o «Quarta-Feira». Segundo um suplemento do Jornal da Maia, “os seus atletas eram jovens da terra que organizavam jogos com clubes vizinhos e tinham como espectadores alguns curiosos do fenómeno futebolístico e, também, jovens raparigas, as potenciais namoradas”. Extinto em 1938, foi substituído pelo Sport Santa Cruz [Figura 19 e 20], clube que apresentava como símbolo a Cruz de Cristo, nas camisolas verdes e vermelhas, com listas grossas verticais. Foi o primeiro clube de Barca a filiar-se na Associação de Futebol do Porto, onde disputou o campeonato Promocionário em 1940/41. Tinha o seu campo onde ainda hoje é o actual campo de Santa Cruz, embora de dimensões mais reduzidas.

⁸ José Maria Lopes Ferreira, nascido em 1915, assistiu bem de perto ao aparecimento do futebol na Maia. Foi presidente de vários clubes maiatos: do Barca Sport Clube, do Sport Santa Cruz, do Futebol Clube da Maia e das «As Árvore Morrem de Pé».

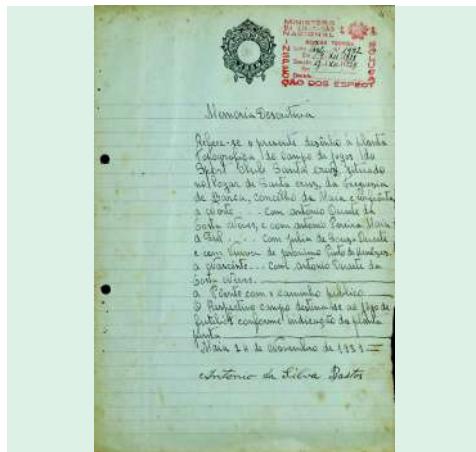


Figura 19 - Memória Descritiva do SC Santa Cruz, 1939

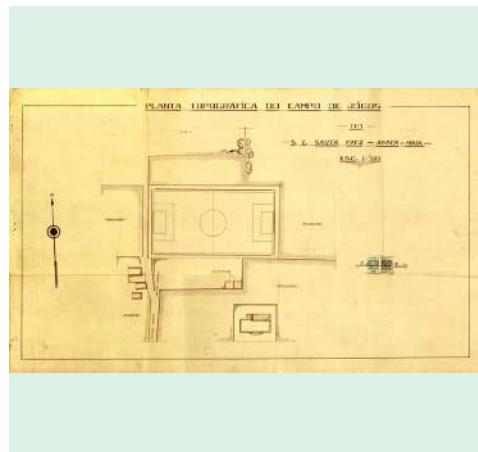


Figura 20 - O campo do SC Santa Cruz

Sobre o Sport, as informações são escassas. Porém, Lopes Ferreira no seu “Livro Negro Encapado” deixa-nos algumas pistas sob a forma de poema:

*Santa Cruz, Santa Cruz
Foste um clube que já tinhas tradição
A vossa sorte
Foi pobre
Mas eras um clube de bairrismo nobre
Apesar de nunca seres campeão*

*No médio sector
Havia um segredo
Muito perigoso
Com Martinho, e Moreira
Jogando com canseira
Bem como o Rapôso*

*O Santa Cruz em campo
Que eu gostava tanto
Era equipa à nossa laia
Jogavam em despike
E a sua equipa
Era a mais linda da Maia*

*Lagôa na rede
Era uma parede
Com Arnaldo e José
Alegre e contente
Jogando prá frente
Com alma, e com fé.*

*Na linha da frente
O Armindo, contente
Jogava com alegria
E com muito carinho
O Gens, e o Pinho
Lopes e Zé Maria.*

Depois de extinto este clube, o terreno de jogo acabou engolido pela vegetação. Seguiram-se mais dois clubes de menor expressão: o Belenenses - a sede era numa mercearia do Monte de Santa Cruz; e o S. Martinho – com sede noutra mercearia no lugar do Paiço. António Sá refere que estes «eram rivais desde a primeira hora,

tendo realizado jogos no campo do União Nogueirense, no Sport Nogueirense, na Cegonheira (em Vermoim) e em Silva Escura. Nessa altura, tanto os directores, como os jogadores e os adeptos deslocavam-se a pé ou de bicicleta para assistirem aos jogos. Eram outros tempos!»

Como a união faz a força, decidem juntar as cores, o azul do Belenenses e o vermelho do S. Martinho, para formar o Desportivo de Barca Futebol Clube [Figura 21]. A data de fundação atribuída ao Desportivo de Barca é o dia 30 de setembro de 1945. Mesmo jogando muitas vezes descalços no Monte de Santa Cruz, Paiço, Gestalinho e no Castêlo, a malta de Barca não desarmava. Já mais tarde, em 1959 num torneio organizado pelo Futebol Clube da Maia - o Torneio Popular da Maia, acabam em 1º lugar, repetindo o feito nos anos seguintes, conseguindo um inédito Penta.



Figura 21 - Desportivo de Barca, Campeonato da Maia, 1950

Paralelamente à prática desportiva, a actividade cultural estava a cargo da maior colectividade – os Briosos de Barca, responsável por passeios e o teatro e num patamar inferior, estaria o Ala-Arriba. Em 1964, dá-se a junção dos Briosos com o Desportivo, procedendo-se à alteração do nome para Centro Recreativo e Popular de Barca, a 24 de junho de 1964. Assim já era possível a inscrição na FNAT – Fundação Nacional Alegria no Trabalho. Sem campo e utilizando diversas vezes o do Castêlo, a participação no campeonato da FNAT estava em risco. O povo, - “homens, mulheres, idosos, crianças deram o seu contributo na construção do campo, com picaretas, pás, baldes, gigas e demais utensílios, derrubaram pinheiros, eucaliptos, cortaram mato, partiu-se pedra, ergueram-se muros, regularizou-se o terreno, construiu-se balneários e no dia 17 de outubro de 1965 é inaugurado o Campo de Jogos de Santa Cruz”. Relembremos nomes como Joaquim Duarte Maia, Joaquim Ferreira de Sá (Pelé) e Clemente Ramalhão, que muito contribuíram para o engrandecimento do Desportivo de Barca ao longo da sua existência.

OS CAMPOS DA BOLA

Conforme o disposto no Título XII, Capítulo I, art. 201º, relacionado com os Campos de Jogos, para estes poderem receber encontros oficiais deveriam ter as seguintes condições: apresentar uma superfície uniformemente plana e estar perfeitamente traçado; ter um solo coberto de relva ou de terra batida; estar situado em recinto fechado; satisfazer as leis do jogo relativamente ao rectângulo; possuir resguardo que limite a parte reservada ao público; Possuir, dois vestiários, separados com balneário, para os clubes e outro para o trio de arbitragem.

A dura realidade do futebol na Cidade do Porto era evidente. As palavras de Manuel Dias assim o confirmam. “...Na cidade do Porto, à entrada da década de cinquenta dos anos novecentos do século vinte, o único campo relvado era o do Lima, do Académico Futebol Clube, que pagava aluguer à Santa Casa da Misericórdia. O resto dos palcos onde se dirimiam forças e se afogueavam rivalidades era, do mais ilustre ao mais modesto dos clubes, rectângulos carecas e poeirentos, onde se esfolavam as carnes ou lamaçais onde se patinhava e escorregava e que obrigavam os guarda-redes a proteger-se com joelheiras e cotoveleiras, acessórios paulatinamente descartados, em épocas subsequentes, com a multiplicação dos relvados.” (DIAS, pág.49).

O estádio do Lima, considerado um dos melhores de Portugal na época seria um oásis no atrasado panorama futebolístico português. Situava-se nas imediações da atual praça do Marquês de Pombal e da Rua de Costa Cabral, bem no centro geográfico do Porto. Foi propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto, os terrenos foram arrendados ao Académico Futebol Clube e utilizados para diversos fins – prática de futebol, ciclismo, automobilismo, ténis, patinagem, basquetebol e atletismo⁹.

No concelho da Maia, esse quadro era ainda pior. Entre os campos de cultura foram cedidas ou alugadas algumas parcelas de terreno, conforme a bonomia do proprietário, para serem adaptados ao jogo do futebol. Quando o dono dos terrenos se tornava benemérito, esse campo de jogos ganhava assim o seu nome, ou até de algum familiar, como em Barreiros ou Pedras Rubras – os campos Dorinha Braga e Maria da Fonte.

Para melhor percebermos a realidade maiata, socorremo-nos uma vez mais da pena de Álvaro do Céu Oliveira. Ele, melhor que ninguém deixou-nos bem patente nos seus escritos a vivência desse tempo na Maia, até mesmo no que ao futebol diz respeito. *O Sorriso Maiato* faz uma viagem ao passado e descreve as aventuras dos

9 Inaugurado em 1924, no ano 1937 foi aí colocado um relvado. Na época era considerado o melhor recinto desportivo e um complexo desportivo único na Península Ibérica. Foi utilizado pelo FC Porto para os seus jogos grandes com os rivais de Lisboa - como aquele frente ao Sporting que ficou imortalizado pelo filme Leão da Estrela (em 1947). Infelizmente, a Santa Casa chamou a si os terrenos do Lima e deitaram por terra o sonho do Académico, só atenuado pela construção de dois pavilhões pelo presidente Mário Navega, ainda existentes para a prática de basquetebol, andebol e hóquei em patins.

primeiros tempos do futebol na Maia, neste caso, através do Luso Barreirense [Figura 22]. Este clube em 1944 disputava os seus jogos no Campo Dorinha Braga. Encontramos num recorte de jornal de 19 de Abril, uma notícia que referia a inexistência de razões para a Associação de Futebol do Porto “...transferir para o campo do Sport Nogueira da Maia, o desafio que devia ser realizado domingo no campo do Luso Barreirense F. C. entre estes dois grupos. Dizem-nos que o motivo apresentado por aquela Associação foi a má vedação do campo do Luso. Se assim é, a Associação, na sua boa-fé, foi de encontro a certos interesses visto que o campo do «Sport» está em piores condições de vedação, como pode ser constatado. Não concordamos também com a não comparência do «Luso» no campo do «Sport», resolução que bastante nos surpreendeu em virtude da sua Direcção ser composta por pessoas que sabem ocupar o seu lugar em todas as emergências, mesmo quando lhe façam injustiças como a que acabam de sofrer”.

Depois de um ano de inactividade, o Luso volta este ano a jogar no Campeonato Promocionário. O seu campo é o do extinto Bom Despacho F.C [Figura 23]. Pelas suas cores alinhavam os jogadores: Abel, Martelo I, Esmeraldo, Monteiro, Queiroz, Vitória, Sá, Moreira, Crispim, Martelo II, Sérgio. Sobre o Luso Barreirense, aqui fica um capítulo que Álvaro do Céu Oliveira intitulou “Onde se fala de Futebol”, algures nos finais dos anos 30, princípios de 40.

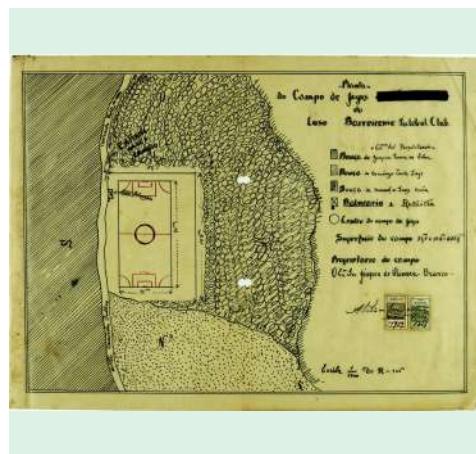


Figura 22 - O campo do Luso Barreirense

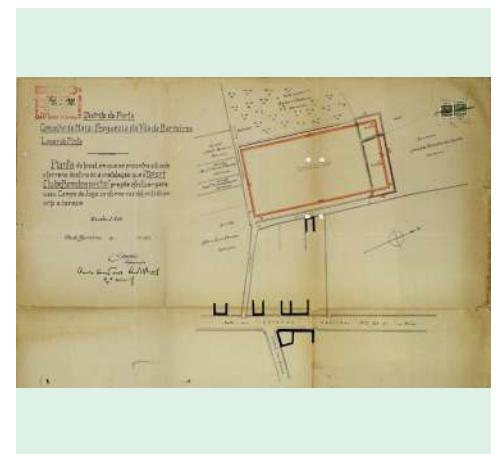


Figura 23 - O campo do Sport Bom Despacho

Éramos ainda moços. Moços desembaraçados, animosos, alegres e felizes: eu e o Albino do Espírito Santo. O Albino, ontem como hoje, exercia a profissão de industrial de barbearia, se bem que, naqueles bons velhos tempos, o salão que orientava, localizado na casa de seu pai, Pedro do Espírito Santo, fosse bem mais modesto e menos afreguesado que o actual.

Eu estudava e, ao mesmo tempo, talvez para não criar o vício da preguiça, trabalhava no duro, como manga de alpaca, a quem muito se exigia e pouco pagava ... para não

fugir à regra da época. Ambos, porém, já tínhamos a noção da responsabilidade, fruto de uma laboriosidade cedo iniciada, pelo que não causará espanto a ninguém a revelação de termos sido chamados, muito novatos, a ocupar cargos directivos no Luso Barreirense Futebol Clube.

Pobres de carteira, porque vulgarmente mal recheada, numa quadra da vida em que as despesas surgem da forma mais inesperada, o certo é que em ardor clubista, em acendrado bairrismo e em dedicação aos sectores que nos foram designados, éramos dos mais ricos da freguesia. Mercê do esforço, do apego e da operosidade de todos os esforços gerentes, rigorosamente iguais na perseverança e na vontade de engrandecer a colectividade barreirense, possuía o Luso, nos princípios da década da quarentena, uma equipa razoável, com futebol interessante e, quanto a mim, melhorzinha que algumas para aí andam a disputar, quase de gatas, o campeonato regional da primeira divisão.

A defesa, essa então mandava ventarolas!

Mesmo assim, nesse reduto difícil de passar, havia um meio-furo que se tornava imperioso tapar.

A solução, consoante parecer unânime dos “técnicos”, no número dos quais eu e o Albino estávamos incluídos, encontrava-se no recrutamento imediato do Jaime de Almeida e Sousa, mais conhecido pelo Jaime Tintureiro, atleta de bom aspecto físico e de certa valia técnica que se encontrava “preso” ao Progresso.

Como conseguir a cobiçada transferência?

Nestas ocasiões não há nada melhor que por a polícia em campo. Foi o que fizemos. Iniciadas as “investigações”, em breve estávamos senhores da chave que nos abriria, de par em par, as portas das negociações.

Efectivamente, soubemos que um dos directores do velhinho clube do Amial era o sr. alferes Valente, da Guarda Nacional Republicana, corporação a que pertencia o sr. capitão Carlos José Moreira (hoje coronel, reformado).

Face à preciosa indicação anteriormente colhida, contactámos, sem perda de tempo, aquele oficial maiato, tão certo estávamos de que iríamos encontrar da sua parte a melhor boa-vontade em nos entender. Se a todos recebia franca e acolhedoramente, não seria diferente para nós...

Vai daí, manhã cedo, montamos nos velocípedes e, em pedalada rija, dirigimo-nos ao Quartel do Carmo para rogarmos ao capitão Moreira o seu empenho na pretendida transferência do Jaime.

Introduzidos no interior do Quartel, fizemo-nos anunciar pela praça que nos

acompanhava.

Sucedeu que, àquela hora, o capitão Moreira ainda estava a descansar, o que não impediu que nos recebesse, no seu aposento, em pijama.

Efectuados os cumprimentos da praxe, o visitado quis saber ao que íamos. Expusemos-lhe, com aquele à-vontade que caracteriza todos os jovens de todas as latitudes, as nossas pretensões, sem deixar de tocar (claro está!) na tecla bairrista que, embora muito estafada por muito empregada, é sempre argumento de peso para sensibilizar as pessoas amantes das suas terras.

Assim, fizemos-lhe sentir que o Jaime era mesmo bom, que era um reforço imprescindível à constituição da equipa que fora arquitectada para ganhar o campeonato. Ora, se na realidade conquistássemos o título (a festejar com música e foguetes), o nome da Maia subiria aos píncaros da fama, seria invocado em todo o território continental, insular e ultramarino, quiçá até na estranha, onde houvesse núcleos de maiatos a mourejar e a verter lágrimas de saudades por este antiquíssimo cantinho lusitano.

- O sr. capitão estava a ver o sucesso, não estava?

Tanto estava que, ao ouvir os nossos argumentos e sem querer desdenhar da nossa convicção e grande fé, riu abertamente.

A transferência do “craque”, dissemos-lhe dependia unicamente da sua pessoa, uma vez que sabíamos, de ciência certa, que era amigo do sr. alferes Valente.

Compreensivo e aberto, o capitão Moreira diria: “Caramba! Com tais mensageiros a estas horas da manhã até pensei que tivesse havido algum sarilho para os nossos lados!”

E acabou por prometer que, na medida das possibilidades, tudo faria para que se concretizassem as nossas legítimas aspirações. Mandando-nos regressar a casa absolutamente esperançados, ficou de nos comunicar, tão-breve quanto possível, o que lhe oferecesse sobre o assunto.

Volvidos poucos dias, recebi notícias do capitão Moreira informando de que poderíamos tratar do caso, pessoalmente, com o alferes Valente, na sua residência ao Amial, na Rua que agora se denomina Coronel Almeida Valente.

Antes das 21 horas, aprazadas para o encontro, lá fomos os dois candidatos a carolas falar com o director do Progresso, utilizando como transporte as inseparáveis e económicas bicicletas.

Recebidos com inequívocas demonstrações de simpatia, o alferes Valente fez-nos sentir que muito gostaria de atender, sem condições prévias, o pedido do seu amigo Carlos Moreira, que muito estimava.

Contudo, porque ele só não era a direcção, tivera de ouvir os restantes membros que, embora receptivos à nossa pretensão, exigiam o pagamento da importância de 100\$00 (ou 150\$00, não me lembro bem) pela desvinculação do atleta Jaime.

O Albino e eu trocámos breves olhares como que a perguntar: que tal? Cem escudos (ou 150\$00) era um bocadinho de dinheiro para um grupo modesto como o Luso, tanto mais que naquele tempo prevalecia o autêntico amadorismo.

Daquela troca de olhares, seguidos de meneios afirmativos de cabeça concluímos que a proposta que era de aceitar. Por que levávamos dinheiro de sobra para fecharmos o “negócio” da transferência, satisfizemos o pagamento e recebemos a “carta de desobriga” do Jaime, o desejado.

Regressamos à Vila, eufóricos, felizes da vida, mais contentes que se tivéssemos sido contemplados com a taluda do Natal. Desde o Amial até à sede do Luso pedalámos com vigor, sem que nos apercebessemos, sequer, que tínhamos galgado a íngreme ladeira da Ponte da Pedra a Santana.

Na casa do Abílio de Carvalho bebemos alegremente à saúde do Luso, do capitão Moreira e da “estrela” que daí a pouco resplandeceria no firmamento do futebol maiato.

Quem ofereceu o beberete foi o Abílio de Carvalho. Quem havia de ser?...

Tenho para mim como certo que o magricelas do Abílio Ferreira de Carvalho, com estabelecimento de mercearia no prédio que faz esquina com as ruas de Augusto Simões e Augusto Martins [Figura 24], foi um dos maiores carolas e o “cristo” mor do futebol indígena.

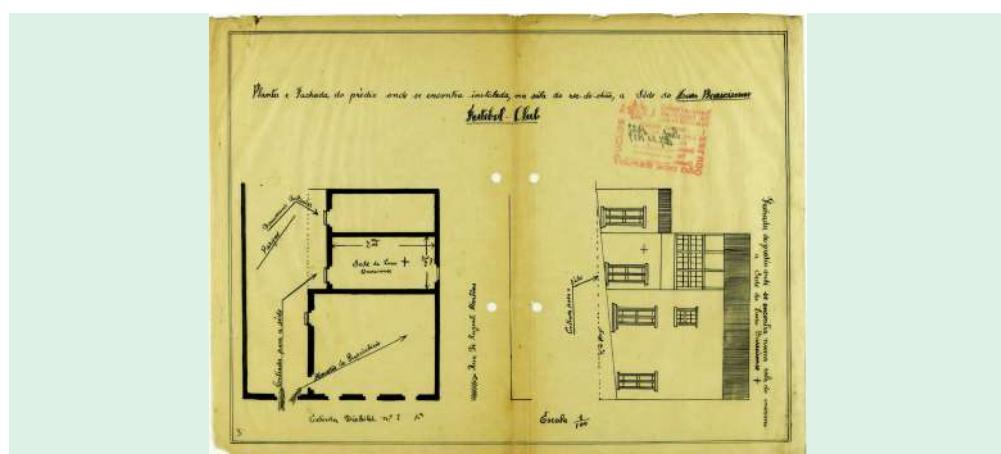


Figura 24 - A sede do Luso Barreirense, edifício ainda existente

Por falta de sede própria, ou para ser mais franco, na impossibilidade de alugar casa por escassez de recursos materiais, as reuniões (da direção, da assembleia geral ou de simpatizantes) faziam-se na sala de jantar do Abílio de Carvalho.

Nesta mesma sala, de comunicação directa ao estabelecimento, concentravam-se os atletas para saborearem, no final dos desafios, moletes com figos de seira – ou boroa e azeitonas na alternativa – acompanhados do verde tinto da lavra do Abílio, único prémio atribuído aos jogadores, quer ganhassem, perdessem ou empatassem, fora ou em “casa”. E não fiquem sarapantados os leitores com a magreza da merenda oferecida à rapaziada, em recompensa do esforço produzido durante os noventa minutos regulamentares, porque naquela época jogava-se por amor à camisola e não a troco do vil metal.

De tal sorte que os futebolistas, em parte apreciável, compravam as botas que calçavam (chuteiras, assim se dizia), pagavam quotas de associados e comparticipavam, em número elevado, nas despesas de transporte, se necessário fosse.

As palavras são como as cerejas.

O desporto obrigou-me a falar de Abílio Ferreira de Carvalho e, ao invocar o seu acrisolado amor Luso Barreirense, senti-me coagido a dedicar-lhe algumas linhas mais, nesta espécie de memórias que venho sarrabiscando.

Com efeito, o Abílio de Carvalho não se limitou a ser um bom e sacrificado chefe de família, como também um honestíssimo comerciante – tão honesto que, se pobre estava no início da última conflagração mundial, pobre ficaria quando a mesma terminou, ao contrário do verificado com outros negociantes do mesmo ramo.

Fervoroso republicano, nunca traiu o ideal que alimentou até à hora da morte, nem jamais se deixou embalar pelos salamaleques dos intrusos ou embriagar pelas palavras dos demagogos.

Em síntese, era um homem sério e um político limpo: de mãos e de alma.

Foi graças ao futebol, mais à sua loja, que mantive com o Abílio de Carvalho uma convivência de certo modo intensa que me permitiu apreciá-lo com amanhador de terras, entusiasta da bola e apaixonado adepto do Luso Barreirense. Bom conservador, o respeitado merceeiro salientou-se, ainda, pelos gracejos com que costumava servir a clientela.

- O sr. Abílio tem batatas?

- Tenho sim, cachopa.

- Então pese-me 5 quilos.

- Pois não, meu amor. E como é que as quer: - cruas ou cozidas?

Dispunha-me a terminar aqui o “relato” desportivo da dinastia lusófila e eis se não quando saltaram-me à vista duas preciosidades que me encheram de contentamento: um panfleto respeitante ao festival desportivo levado a efeito no dia 8 de Dezembro de 1940 e a notícia que lhe deu azo, publicada, a seguir, na secção desportiva do “Jornal de Notícias”.

FESTIVAL DESPORTIVO EM BARREIROS

Em homenagem ao Exm.^º Snr. Comendador Augusto Simões Ferreira da Silva

DOMINGO, 8 DE DEZEMBRO NO CAMPO DORINHA BRAGA

Disputa de 2 valiosas taças. Entre os melhores representantes do Futebol concelhio

Às 14 horas – Taça ÁLVARO OLIVEIRA

SPORTING C. BALIENSE - F.C PORTO e VERMOIM

Às 15 ½ horas – Taça COMENDADOR AUGUSTO SIMÕES

S. C. CASTELO DA MAIA - LUSO BARREIRENSE F.C.

Neste dia festivo para as cores amarelo e preto, será inaugurada uma nova equipa, oferecida por alguns ilustres maiatos, por intermédio de Exmo.^º Sr. Adelino de Oliveira.

UM PROGRAMA DIFÍCILMENTE DE SER REPETIDO

Barreirenses: Todos ao Campo do Luso a prestar homenagem ao grande maiato, Exm.^º Sr. Comendador Augusto Simões.”

Pode dizer-se que o apelo lançado aos barreirenses foi bem escolhido, uma vez que o campo Dorinha Braga registou uma grande enchente. O anúncio advertia que o programa seria difícil repetição, mas o certo é que foi muito mais difícil repetir-se o sucesso de bilheteira. Infelizmente para os tesoureiros...

A notícia vinda a público, dias depois do “FESTIVAL DESPORTIVO”, assinada por A.M.J. (Aureliano Maia Júnior), rezava assim:

“BARREIROS DESPORTIVO”

Em homenagem ao comendador sr. Augusto Simões e para inauguração das equipas oferecidas ao “Luso Barreirense” por ilustres maiatos e por intermédio do sr. Adelino de Oliveira, realizou-se no “Dorinha Braga” um festival desportivo em

disputa das taças “Álvaro Oliveira” “Comendador Augusto Simões”. Para a disputa da 1.ª encontraram-se os grupos de honra de “F. C. do Porto e Vermoim” e “Baliense F. C.”, saindo este vencedor pelo score de 2-1, que se ajusta ao desenrolar do encontro.

Em seguida jogaram os grupos de honra dos já velhos rivais do “Castêlo da Maia” e “Luso Barreirense”, ficando aquele vencedor e detentor da taça “Augusto Simões”, pelo resultado de 3-2. A primeira bola do Castêlo foi um verdadeiro brinde do “match” que a defesa do Luso ofereceu. Entre os jogadores salientaram-se: pelo Luso, Queiroz, Sérgio e Sousa, e pelo Castêlo, avançado-centro e a defesa.

É de lamentar que, tendo o Luso Barreirense um conselho técnico, não haja entre os seus membros verdadeira hegemonia e por parte de alguns jogadores a consideração devida para qualquer dos corpos gerentes da Direcção. Continuando assim teremos novamente o Luso como “lanterna vermelha” do campeonato, isto devido somente aos membros da Direcção trabalharem cada um para o seu lado e não imporem aos jogadores autoridade, como ainda no jogo acima se verificou. Estava um jogador a prejudicar o jogo e ordenada a sua saída, saía e não permanecia no campo teimosamente como fez. Se os membros do conselho técnico não têm autoridade para o fazer que se demitam e deem o lugar a outros que a tenham.”

Este Aureliano Maia Júnior, como alguns estarão lembrados, era o filho mais novo de Aureliano de Oliveira Maia que foi aspirante de finanças neste concelho. Pois o Aureliano Filho era um apreciador do desporto, um adepto do Luso Barreirense e um técnico em evolução. Que eu saiba, nunca praticou futebol, mas “treinou-se” vastas vezes como árbitro, desconhecendo, contudo, se chegou a ingressar nos quadros dos homens do apito.

Ao certo sei apenas que, quando redigiu a notícia, andava de candeias às avessas com a direcção do Luso e um pouco sentido por, na lista anteriormente submetida a sufrágio, não ter visto o seu nome incluído no Conselho Técnico, como futurara.

Pequenas vaidades humanas que não prejudicam ninguém nem trazem mal ao Mundo. Aliás, digo-o sem rebuços, o Aureliano de Oliveira Maia Júnior era uma joia de moço, muito prestável e um dos amigos que bastante prezei enquanto permaneceu na nossa companhia. Deixemo-nos, porém de comentários à margem dos documentos subtraídos à poeira dos tempos e falemos do jogador que mereceu as censuras oportunas do Aureliano de Oliveira Maia Júnior. Esse “mau” atleta que não queria sair do campo (ora vejam lá!) era nem mais nem menos que o pacato Augusto Pinelas.

Eu conto como isso foi. A dado momento do período complementar do encontro Castêlo da Maia – Luso Barreirense, o Augusto Pinelas resolveu usar de uma táctica até então nunca desenvolvida nos parques desportivos: sentou-se no terreno,

quase à entrada da grande área do adversário e por aí se quedou durante largos minutos.

Os colegas reagiram, a assistência assobiou e barafustou e o Pinelas, descontraidamente, continuou a descansar das fadigas e a regalar-se com o Sol, marimbando-se, positivamente, para toda a algazarra que ia ao seu redor. A direcção acabou por intervir, como se impunha, e o Pinelas lá recolheu aos balneários sorridente com nada de anormal tivesse acontecido. Mas, ao fim e ao cabo, o Pinelas também não deixava de ter alguma razão pelo seu lado.

Efectivamente, ao justificar o seu excêntrico procedimento, declarou que os colegas lhe alongavam os passos, fazendo-o correr desnecessariamente e estafando-o sem proveito para ele nem utilidade para a equipa. E concluía o seu raciocínio: a bola deve correr para mim e não eu para a bola. A não ser que queiram obrigar-me a deitar os bofes pela boca fora...

Como vêm, já em 1940, num clube modesto como era o Luso Barreirense, haviam jogadores tecnicamente perfeitos na...sorna. Neste Festival Desportivo memorável, tomou parte a banda de música de Folgosa. Menciono o facto porque, quando uma das equipas fazia golo, a filarmónica executava os primeiros acordes de uma marcha.

Esta deixa musical leva-nos a falar sobre as manifestações do público, o ambiente de festa, a deslocação de “multidões” nos dias de jogos. Como refere Desmond Morris “não basta ao ardente fã do futebol vestir-se a preceito e permanecer, depois, quieto e calado nas bancadas à cunha; nem é suficiente bater palmas, gritar, apurar e assobiar – sinais vulgares de aplauso e descontentamento” (MORRIS, pág 252).

Um pouco por todo o concelho sempre existiram adeptos mais fanáticos, que viviam e absorviam uma energia única, como que a adrenalina ali recolhida lhes desse para sobreviver durante a semana.

Muitos anos antes, Alfredo Figueiredo alertara para esse fenómeno “*O entusiasmo das massas, crescente e indisciplinado, trouxe consigo a improvisação de tudo, - de campos, de jogadores, de árbitros, de fiscais de linha, e até mesmo de público, por muito paradoxal que a nossa afirmação pareça. Queremos nós dizer que até o público devia ter sido preparado, tanto sob o ponto de vista técnico como sob o ponto de vista moral, por forma a tornar-se apto a bem compreender todos os seus deveres de cavalheirismo e de cidadania, não só em relação a árbitros e a jogadores, mas até mesmo em relação a si próprio. Público que não sabe respeitar, é incapaz de respeitar-se e é indigno de ser respeitado*

” (FIGUEIREDO). Estas palavras são de 1939 e infelizmente, em 2023 estão bem actuais...

O PRIMEIRO CLUBE MAIATO. DA MAIA VILA OU DO CONCELHO? UM ESTÁDIO MUNICIPAL?

A Câmara Municipal da Maia esteve no Castelo da Maia até 1902. No final desse ano, Barreiros torna-se vila. Os Paços do Concelho instalam-se no Picoto e são inaugurados a 11 de julho de 1903. A 21 de dezembro de 1950, a freguesia de Barreiros passa a designar-se Maia. Estes acontecimentos, para muitos nativos do Castelo nunca terão sido muito bem digeridos. Esse pretenso rebaixamento e consequente engrandecimento do novo centro do concelho originou rivalidades e disputas, patentes em expressões como “Vila da Farrapa” ou “Vais ao Picoto?”. Picoto significa cume ou pico elevado e agudo de um monte; poste ou coluna cónica de pedra colocada como marco no cimo de um monte. Ou seja, um lugar onde não havia nada. Um local ermo, com poucas habitações.

A Câmara veio para o Picoto e os castelenses não esqueceram tamanha desfeita. O próprio Padre Luís Campos, o último presidente da Câmara monárquico, chegou mesmo a declarar “que a Câmara devia agradecer a oferta do terreno para a nova CMM, mas não devia aceitá-lo visto ele oferecer desvantagens: não ficar na estrada real nº3, a rua de maior trânsito, mais povoadas, central e bonita do Picoto”. Além da Câmara e da estrada para Guimarães, pouco existiria de relevante. O futebol não podia passar à margem disto.

Os mais velhos lembram-se bem das árduas disputas entre o Sport Clube Castelo da Maia e o Futebol Clube da Maia. De como o Dr. Costa Lima acompanhava o seu Castelo, a correr de um lado para o outro a apoiar o seu clube. E ainda hoje, essa rivalidade se mantém, se bem que mais esbatida. Numa notícia com data de 5 de março de 1953 elaborada pelo escriba maiato Carvalho da Fonseca (pai do Prof. Vítor), é abordado o tema do futebol e como ele surgiu. Aí, Fonseca afirma que o primeiro clube maiato foi o Atlético Clube Barreirense. E faz uma viagem aos primórdios futebol maiato.

«Pessoa amiga, ao falarmos há dias de assuntos maiatos dizia-me:- Porque é que você não foca, no «Diário do Norte», a história do futebol maiato?»

Não procuramos saber se aquele nosso amigo se referia a Maia vila se a Maia concelho. Na impossibilidade, por falta de tempo, para a recolha dos indispensáveis elementos, de nos referirmos a este último, vamos aproveitar-nos da sua sugestão para aludirmos, no limitado espaço duma breve crónica, ao futebol da vila durante estes últimos 25 anos.

A ideia foi de facto feliz pois é disso prova o entusiasmo com que me acolheram as diversas entidades e pessoas por mim procuradas à cata de elementos para a notícia de hoje e seguintes sobre o futebol na Maia.

É que esta vila, onde há adeptos de vários clubes mas aonde predominam os da crença pelo Futebol Clube do Porto, orgulha-se do seu brilhante passado desportivo, atestado pelas taças ganhas em vitórias, quase impossíveis, arrancadas à custa do muito amor que os seus atletas tinham à camisola.

Um facto, de entre tantos que os maiatos relembram com saudade: - A vitória do Luso Barreirense F.C. sobre o Rio Ave, quando este valoroso adversário marchava à frente do campeonato da sua divisão. Aquele 2-0 arrancado no campo da Lage ficou como um padrão de glória a atestar não só o valor do futebol maiato mas também o brio dos jogadores da Maia que davam tudo por tudo para que o seu grupo ganhasse. O entusiasmo dos jogadores e público da Maia tinha o condão de contagiar todos os que, amigos do futebol, vinham para esta terra.

Foi esse contágio que fez treinador do Luso Barreirense F.C.¹⁰ [Figura 25] o hoje conhecido jornalista do Diário do Norte, Sr. Tito Lívio.



Figura 25 - Uma equipa do Luso Barreirense

Mais tarde, as funções de treinador foram confiadas ao senhor Carlos Pereira, um dos mais dedicados impulsionadores do futebol na vila, desporto que aqui nasceu há vinte e tal anos com o entusiasmo de pouco mais de duas dezenas de rapazes dos 15 aos 20 anos que, cada vez que podiam, mas sobretudo aos domingos, se juntavam furtivamente na parte norte do Parque de Nossa Senhora do Bom Despacho – então ainda sem árvores – e aí, calça arregaçada e em camisa, arvorando-se em Benfica, Boavista, Salgueiros, ou Sporting dum lado e F.C. Porto doutro, se debatiam com entusiasmo para que ganhasse o grupo que diziam representar.

¹⁰ Segundo Vítor Maia, os jogadores da fotografia seriam: Em cima: Domingos Dias, Bentinho I, Álvaro de Oliveira (capitão), Henrique Maia, Joaquim Pereira (Rambola), e Domingos Ferreira. Em baixo, da esq. para a direita: Manuel Laracho, José Ferreira, Bentinho II, António Machado e António Neiva.

O entusiasmo aumenta e o público aflui. Estes rapazes que aqui a princípio, como acima afirmamos, jogavam sem assistência começaram depois a tê-la, sinal de que o desporto que praticavam começava a ter adeptos e por ele o entusiasmo aumentava.

Dai, à formação do primeiro grupo de futebol, Atlético Clube Barreirense, mediou somente o tempo indispensável para a sua organização. Como não tinha campo, jogava no do F. Casa do Povo de Vermoim, na vizinha freguesia de Vermoim.

Este grupo teve o seu campo em Catassol, num terreno do Sr. Domingos Nogueira da Costa que fez parte da primeira direcção com os Srs. Manuel Gomes Pereira e Armindo Lourenço.

O Sport Clube do Bom Despacho – que foi fundado a seguir e que alguns designavam por Estrela Barreirense F.C. por isso ir mais às suas inclinações, é certo, mas também porque a sua bandeira tinha ao centro uma grande estrela – teve vida efémera.

O seu campo de jogos era situado num terreno pertencente ao Sr. Samuel Gramaxo.

A sua direcção foi constituída pelos Srs. António Marques, Carlos Alberto da Conceição Oliveira e Joaquim Dias de Oliveira. Depois de um longo período de inactividade, a Maia despertou e fez com que nascesse o Luso Barreirense F.C. grupo que deu à Maia algumas tardes de glória.

Os iniciadores desse movimento foram os Srs. Joaquim Bento de Souza (Luzio) e José de Oliveira Branco. A primeira direcção era constituída pelos Srs. Carlos Pereira, presidente e mais tarde treinador do grupo; Floriano Conceição Oliveira, Aurélio Gomes, Albino Espírito do Santo e Abílio Ferreira de Carvalho.

O Luso Barreirense F.C. apresentou durante alguns anos a melhor equipa de sempre constituída por: Sousa, Martelo e Esmeraldo; Monteiro, Queirós e Avelino; Alberto, Martelo II, Crispim, Freitas e Sério.

Estes rapazes quer no campo da Lage quer no seu segundo campo, proporcionaram aos seus conterrâneos, tardes de belo desportivismo. Enérgicos, sem violência: educados por temperamento, eles eram bem os representantes do verdadeiro desporto e civismo maiato.

Foi pena que começassem as divergências no seu seio. Mas maior pena ainda foi o não quererem, alguns vencer essas mesmas divergências. Daí a inactividade do grupo que se destinava a um lindo futuro, dada a boa categoria dos seus jogadores. Nesta indesculpável inactividade houve ainda um lampejo de movimento que não fez mais do que entregar a outra direcção a responsabilidade dessa inacção.

Os últimos a gerir os destinos do clube foram os Srs. Carlos Graça, João Sobral Mendes, Gonçalo de Araújo e os Srs.: Albino Maia, Aureliano Maia, Álvaro Oliveira,

Mário Meireles Dias, António Maia e Adriano Machado da Costa.

Parece-nos que houve o cuidado de colocar dois médicos à cabeceira do «enfermo» para ver se conseguiam debelar a crise de que o mesmo vinha sofrendo. Esses ilustres clínicos diagnosticaram, é certo, a doença, formularam a receita, mas como esta não chegou a ser aviada, o doente morreu.

Todavia, o seu espírito anda em volta de todos nós para fazermos reviver, aquilo de que foi em vida o expoente máximo do desporto maiato».

Outra notícia se seguiu a 18 de março de 1953 do Diário do Norte, onde refere que está em curso a reorganização dum clube maiato pelas entidades oficiais.

«De facto não se comprehende que uma sede de concelho como a da Maia não haja pensado ainda – com ponderação, para evitar possíveis contratemplos, e com alguma dedicação por amor a uma causa justa – em organizar o que hoje é numa terra, um dos seus maiores atractivos – o futebol.

Há quem pretenda primeiramente um estádio municipal para depois se criar o grupo representativo. O senhor Presidente da Câmara dizia-nos, há cerca de sete anos sobre este assunto: - “Primeiro o grupo, para o Município reconhecer a necessidade do Estádio”. Estávamos nessa altura, e estamos hoje, com a maneira de pensar do senhor Dr. Carlos Felgueiras.

Organize-se o grupo, mas um grupo que honre o concelho desportiva e civicamente, e podem os maiatos estar certos de que a Câmara saberá, então, cumprir com o seu dever. Com ele e connosco, estão todos os bons maiatos que ouvimos a propósito deste assunto momentoso.

O senhor presidente da Junta de Freguesia diz-nos que é indispensável um bom grupo de futebol para melhor propaganda desta terra. Ao mesmo tempo lamenta que os parcos recursos da Junta não permitam o auxílio monetário a tão simpático empreendimento.

O presidente do Grémio do Comércio, Sr. Domingos Nogueira da Costa, um dos primeiros dirigentes de futebol da Maia, afirma que a criação dum grupo de futebol desenvolverá automaticamente o comércio local razão, diz, mais do que suficiente para lhe dar o seu apoio moral.

O que ele não disse, e o senhor presidente da Junta também o omitiu, é que podem contar também com o prestígio de ambos e tudo o necessário uma vez que esse tudo seja «em prol do engrandecimento e propaganda da Maia».

Álvaro do Céu Oliveira, um dos últimos, senão o último dirigente do Luso Barreirense

F.C. afirma-nos que a organização de um grupo é fácil porque não faltam inicialmente pessoas que com entusiasmo sirvam uma causa. É porém difícil sustentá-lo porque a crítica derrotista acabar por desgostar aqueles que com dedicação e canseiras de toda a natureza procuram «apenas» servir. Afirmou-nos ainda Álvaro Oliveira que não deseja tomar parte activa nesse empreendimento mas que dará todo o seu apoio moral e monetário para que a campanha seja corada com êxito¹¹.

Nós que reconhecemos nele qualidades de trabalho e de inteligência que não se devem desprezar e, por outro lado, porque sabemos que ele quer à Maia – disso tem dado sobejas provas – como se da sua terra se tratasse, não duvidamos que dirá «presente» - quando para esse fim for procurado por pessoas que ponham os interesses da sua terra muito mais alto que as suas vaidades pessoais.

Esta campanha “pró criação de um clube no centro” caiu mal para os lados do Castêlo. Nos jornais da época assistiu-se a uma troca de «mimos» sob a forma de artigos entre Altino Maia e Carvalho da Fonseca. Através de remoques e considerações: “não sabemos ao certo o que entende por Maia o autor dos escritos em questão. Se pensa que a Maia se confina ao espaço da mesinha do Café do Picoto, onde muitas coisas se fantasiam, terá a sua razão; para que só vêm um palmo de terra além do nariz, tudo se torna pequeno...», ou sobre os clubes já existentes na Maia concelho «tem a Maia, actualmente três clubes que praticam o futebol nos campeonatos oficiais e com bem honrosa classificação: um na segunda divisão regional, o Pedrouços, e dois na terceira, o Castêlo da Maia e o Pedras Rubras. Todos estes clubes possuem os seus parques de jogos conseguidos à custa do particular esforço dos seus associados”.

Carvalho da Fonseca responde - “Nunca afirmamos que, no concelho da Maia, não existiam grupos de futebol. O que defendemos, desde o início, é a criação dum grupo de futebol na Maia vila e não na Maia concelho, porque o concelho tem, felizmente, regulares grupos de futebol, sendo o Pedrouços, o que mais condignamente o representa”.

De salientar que segundo o programa das Festas de Nossa Senhora do Bom Despacho de 1953, Artur Marques apresentava assim o Castêlo [Figura 26 e 27]: “Presidido actualmente pelo dedicado desportista sr. Evaristo Martins Duarte, conta, o Sport Clube Castêlo da Maia, 15 anos de vida. Dedicando a sua actividade a várias modalidades desportivas, tem sido contudo a Secção de Futebol aquela que mais se tem evidenciado, honrando sobremodo a nossa terra. Disputa o campeonato regional da 3^a Divisão, no qual se tem situado em lugares de honra. Teve na figura do saudoso Ricardo Guimarães, e agora na do Sr. Dr. Costa Lima, as maiores dedicações clubistas, sem esquecermos

¹¹ Álvaro do Céu Oliveira acabou por colaborar activamente com o Futebol Clube da Maia, onde exerceu vários cargos directivos. Esse sonho de criar um grupo de futebol na Maia já tinha sido aventado no seio da Assembleia Recreativa da Maia. Optou-se pela criação de um clube só vocacionado para o desporto, ficando a Assembleia a definhar com a parte lúdica.



Figura 26 - Equipa do Castelo da Maia 1955-56



Figura 27 - Equipa Castelo da Maia 1957

o acendrado bairrismo da sua enorme falange de associados e admiradores. Como nota saliente, diremos que o habilidoso jogador Manuel Duarte, cedido ao Boavista Futebol Clube, foi criado nas suas fileiras.” Em julho de 1954 foi nomeada uma Comissão Administrativa para a criação do Futebol Clube da Maia, em reunião realizada no Cine-Teatro da Maia. Em Assembleia Geral, os associados do F.C. Maia, a fim de gerir os destinos do novo grupo de futebol, escolheram os seguintes nomes: António Rebelo Monteiro, presidente; Armando Plácido, vice-presidente; Abel Maria Seabra Cardoso, 1º secretário; Albino Lopo, 2º secretário; Arlindo Seabra, tesoureiro; António Marques dos Santos, Joaquim Rocha da Silva Vicente, vogais.

Faltava um campo. No início de outubro era noticiada a construção dum improvisado campo de futebol na vila da Maia [Figura 28], por iniciativa louvável da activa



Figura 28 - Pormenor da entrada do campo do F.C. Maia

Direcção do F.C. Maia. Situado a cerca de 100 metros da Praça do Município, equivale a dizer que a sua localização era boa, por ser central. Dizia-se que “*A Câmara, sempre pronta a auxiliar iniciativas particulares, chegando mesmo e muito bem, a estimá-las, contribuiu com uma verba razoável*”. A 18 de outubro foi inaugurado festivamente um Parque de Jogos na Vila da Maia, construído num tempo record...

A inauguração passou-se assim [Figura 29, 30 e 31], segundo notícia do jornal: “*Às 13.30 a Praça do Município estava já com aspecto imponente dado o aglomerado de pessoas que ali se encontravam.*



Figura 29 - Inauguração do campo do F.C. Maia, 1954



Figura 30 - Inauguração Campo de Jogos 17-10-54



Figura 31 - A presença de Artur de Sousa Pinga e Miguel Arcanjo, antigos internacionais do F.C. Porto

Num cortejo incorporaram-se a Câmara da Maia, várias pessoas de representação social da Vila, Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia, atletas do Atlético Clube de S. Romão, e do F. C. Maia, grande número de senhoras e de meninas com o trajo regional.

Precediam esse cortejo três encantadoras crianças, netas do benemérito local, Sr. José S. Braga, que eram portadoras das taças que iam ser disputadas e dum lindo ramo de flores que, depois, no campo, foi entregue ao Sr. Presidente da Câmara.

Essas crianças eram seguidas pelas madrinhas do grupo – que transportavam a respectiva bandeira – meninas Angelina da Silva Fernandes e Maria Braga Pinheiro, e do menino Fernando da Costa Mendes – filho dilecto do Sr. Capitalista Albino Mendes, que deu o pontapé inicial no jogo entre o F. C. Maia e o Atlético de S. Romão. Fechava o cortejo a Banda de Gueifães que, gentilmente, colaborou na festa.

Dado o adiantado da hora, o primeiro jogo teve a duração de sessenta minutos e terminou num empate a duas bolas. Num gesto cativante o F. C. Maia concordou que a «Taça Inauguração» fosse entregue ao Atlético. Procedeu ao respectivo acto o vereador da Câmara Municipal Sr. Luciano Barros. O desafio seguinte entre as equipas B do F. C. Porto e do Salgueiros terminou com o resultado de 10-1 a favor do primeiro. No intervalo deste jogo foi entregue a Artur de Sousa (Pinga), glória do futebol português, uma medalha como preito de homenagem dos desportistas maiatos a quem tanto honrou o desporto nacional, medalha essa que lhe foi entregue pelo Sr. Dr. Araújo de Barros.

No final do desafio o Sr. Presidente da Câmara entregou ao capitão do F. C. Porto a taça Dr. Carlos Pires Felgueiras. Na sessão solene [Figura 32] realizada em seguida na sede social do grupo local usaram da palavra: Artur Marques, em representação da Comissão Organizadora do F. C. Maia; o Sr. Dr. Araújo de Barros; os delegados do Porto e do Salgueiros e, por último, o Sr. Presidente que teve palavras amigas para os dirigentes do F. C. Maia e que prometeu a colaboração da Câmara na obra que, embora inaugurada, ainda necessita de importante verba para se completar».



Figura 32 - Sessão Solene do F.C. Maia, 1954

O fenómeno futebolístico estava definitivamente implantado o Futebol na Maia, as rivalidades entre as freguesias eram bem visíveis nos disputados «matches» acompanhados pelos apaixonados dos clubes da terra. Viviam-se os tempos do amor à camisola. E como vão longe esses tempos.

UM MAIATO DE ADOPÇÃO QUE SE TORNOU ESTRELA

Não podíamos deixar de referir aquele que foi o primeiro astro dos relvados nacionais que, embora não sendo maiato de nascimento, se tornou um ilustre da Maia. António Teixeira [Figura 33] foi o primeiro jogador a afirmar-se no futebol português nos anos 50.

Nascido a 16 de Setembro de 1930 em Lisboa, estreou-se como sénior ainda no S.L. Benfica e aí venceu o seu primeiro Campeonato Nacional da Primeira Divisão. Transferiu-se depois para o V. Guimarães, e na época seguinte, quase a embarcar para uma aventura em África, foi contratado pelo Futebol Clube do Porto para a época 1952/53. Nessa época, Teixeira era visto como um jovem promissor, *"com 23 anos apenas, António Teixeira possui as qualidades necessárias para conquistar uma posição de destaque no panorama do futebol português"*. O tempo veio a confirmar esse presságio.



Figura 33 - Cartão de associado do F.C. Maia

Estreou-se no dia 5 de Outubro de 1952 no Estádio das Antas quando os azuis e brancos venceram o Boavista F.C. por 4-2. Ao serviço do FC Porto conquistou o Campeonato Nacional de 1955/56, tendo como treinador o brasileiro Dorival Yustrich. Com o seu parceiro de ataque, Jaburu, formou uma dupla temível. Ainda nessa temporada de 1955/56 ajudou o F.C. Porto a conquistar a sua primeira Taça de Portugal, a primeira “dobradinha” do clube. Na época de 1957/58 repetiu a vitória

na Taça de Portugal onde os portistas bateram o S.L. Benfica na final por 1-0, golo de Hernâni. O segundo Campeonato Nacional que António Teixeira venceu com a camisola do F.C. Porto foi em 1958/59, com Bela Guttmann no comando técnico. Em dez anos de azul e branco assinou mais de 130 golos, mas nenhum foi tão importante como o do minuto 90 em Torres Vedras e que valeu o título de campeão nacional, vencido pela diferença de um golo, no ano do célebre episódio “Calabote”.

Teixeira era um avançado com uma capacidade atlética e uma vontade única de marcar golos. Pelos azuis e brancos disputou 220 jogos oficiais e marcou 171 golos. Envergou as cores nacionais por 8 ocasiões entre 1957-59, tendo marcado na estreia frente à Itália, numa vitória por 3-0¹². Finalizada a carreira como jogador, passou pelos banco do Braga, esteve na génese dos bebés do Leixões e volta F.C. Porto para assumir o cargo de treinador, lugar que ocupou durante duas temporadas, entre 1970-71 e o início de 71-72. De seguida, treinou o Boavista e o Varzim. Na Póvoa, os resultados do seu trabalho haveriam de o colocar na história do clube. Vence, na época de 1975/76, o Campeonato da 2^a divisão; devolve o clube aos grandes palcos nacionais; e, em 1978/79, com um 5º lugar na tabela classificativa, consegue levar os “Lobos do Mar” à melhor classificação de sempre na sua história. Treinou depois o Académico de Viseu, Marítimo, Leixões, os juniores do Celta de Vigo e Tirsense. Na época de 86-87, foi treinador do F.C Maia e levou-o mesmo aos nacionais, na presidência de Domingos Maia.

A partir dos anos 50, António Teixeira veio viver para a Maia para a rua da Estação, onde construiu casa. Aí constituiu família, tendo casado com Olga Teixeira, do qual resultaram quatro filhas – Mimi, Maria Manuela, Maria Eugénia e Ângela Maria. O início da carreira de treinador deu-se no FC Maia, onde orientou os Juniores, considerada a melhor equipa do concelho nesses anos quando ainda era jogador do FC Porto.

O irmão de António Teixeira, Júlio Teixeira, também foi jogador de futebol tendo passado pelo Belenenses, Braga, Salgueiros e os dois Vitórias - de Setúbal e Guimarães. Instalou-se na Maia e foi proprietário do conhecido restaurante – o Tojú, na Av. D. Manuel II. António Teixeira deixou-nos a 17 de outubro de 2003, vítima de doença prolongada e até ao final manteve-se como sócio efectivo do seu FC Porto.

¹² Afonso Melo afirma que na recepção à Itália, no dia 26 de Maio, «voltou a cair no centro uma epidemia de lesões. Travassos continuava de fora; juntaram-lhe Águas, Passos e Palmeiro. Hernâni foi preferido por excessos de voluntariedade que provocaram quezilhas num treino. Miguel Arcanjo, central do FC Porto e o seu colega de ataque, Teixeira, tiveram uma oportunidade que agarraram com ambas as mãos» Esta era a famosa Itália de Bugatti, Fontana, Chiapella, Boniperti (MELO, pág. 121).

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, António, *Pedaços de Tempo*, Câmara Municipal da Maia, 2002
- COSTA, Francisco Barbosa da, *Instituições do Distrito do Porto*, Governo Civil do Porto, 2005
- DIAS, Manuel, *O Futebol no Porto, Campo das Letras*, 2001
- FERREIRA, José Maria Lopes, *O Livro Negro Encapado*, ed. Autor, 1991
- FIGUEIREDO, Alfredo de, *Futebol e suas Leis*, 1939
- MAIA, Vitor Manuel da Silva, *União Nogueirense Futebol Clube, 1933-2008 75 anos de História*, Ed. Autor, 2008
- MELO, Afonso, *Cinco Escudos Azuis, A história da selecção Nacional de Futebol de 1921 até aos nossos dias*, Dom Quixote, 2004
- MORRIS, Desmond Morris, *A Tribo do Futebol*, Publicações Europa-América, 1981
- OLIVEIRA, Álvaro do Céu, *Sorriso Maiato*, ed. Autor, 1978
- SERPA, Homero; Serpa, Vítor, co-autor, *História do Futebol em Portugal*, CTT Correios, 2004
- A Maia no Desporto, Câmara Municipal da Maia*, 2009
- Estatuto e Regulamento aprovados em 1948, Associação de Futebol do Porto*, 1948
- Desportivo de Barca Futebol Clube, 50 anos 1945-1995, Suplemento do Jornal da Maia*, 1995
- Programa das Festas do Concelho da Maia*, 1953
- Colecção Figuras do Desporto Nacional, Vol. I Futebol Clube do Porto*, Edição Publicidade Sete Cores e Livraria Simões Lopes, 1953
- Brochura do Futebol Clube da Maia, Departamento de Futebol Juvenil*, 1989
- Jornais: O Primeiro de Janeiro; Diário do Norte; Jornal de Notícias; A Voz da Maia*
- Arquivo Municipal da Maia*
- www.dn.pt/cidades/abandonado-ha-50-anos-velho-estadio-do-lima-tem-nova-vida-projetada-9923959.html
- www.portosecretspots.com/post/o-acad%C3%A9mico-futebol-clube-e-o-est%C3%A1dio-do-lima-no-porto
- www.academicofc.pt
- Créditos Fotográficos: Arquivo Municipal CM Maia, Vermoim Vintage, FC Pedras Rubras, Desportivo de Barca, Sport Clube Castêlo da Maia, Família António Teixeira*

Joaquim Moutinho dos Santos (1811-1902)

Mário Fonseca

*Licenciado em Estudos Artísticos - Arte e Património. Técnico Superior
de Produção Cultural da Câmara Municipal do Porto.*

JOAQUIM MOUTINHO DOS SANTOS (1811-1902)

Presidente da Câmara da Maia, médico, escritor, inventor, dramaturgo, mas, acima de tudo, pai de família.

Acerca de Joaquim Moutinho dos Santos, diz o Dicionário Bibliographico Portuguez (1884), Tomo XII, 5º do suplemento, letra J, (pág. 117), ainda durante a sua vida:

“(...) natural de Parada, freguesia de Águas Santas, onde nasceu a 2 de março de 1811. Dedicou-se á medicina, e por seus escriptos médicos obteve da Universidade de Iena o grau de doutor ut virtus et eruditio dignissima proemia. Exerceu a clinica no Brazil por espaço de trinta annos, e era ali considerado e popular. Ali inventou um apparelho para destruir a formiga «sauva», e por isso lhe concedeu o governo brazileiro privilegio por quatorze annos. Voltando á terra da sua naturalidade, fez parte da câmara municipal do seu concelho, sendo eleito presidente d'ella. É auctor de um Guia medico para tratar e prevenir o cholera-morbus, e de outro escripto sobre Hydrophobia.

Tem mais:

Impressões históricas, geographicas e outras raridades da freguezia de Águas Santas (no concelho de Maia). Porto, na typ. de D. Antônio Moldes, 1871. 8.º gr. de 24 pág.

Por occasião da sua permanência no Brazil compoz, sob o titulo de Quadro negro de um estudante, um drama, que foi representado no theatro de Jacarehy, em 6 de julho de 1862, e o qual lhe valeu uma lisonjeira ovação. Ignoro se este trabalho foi impresso.”

Como chegou a informação mais pormenorizada a Innocencio Francisco da Silva (1810-1876), bibliógrafo, autor dos Estudos Aplicáveis a Portugal e ao Brazil ou ao seu testamenteiro, o jornalista Brito Aranha, que os continuou e ampliou após o seu falecimento, não tenho conhecimento. Mas foi por via de ter publicado os seus tratados médicos e a sua autobiografia que o levou a ser incluído na obra, já que é um “*inventário de tudo o que se imprimiu em língua portuguesa dentro e fora de Portugal, e breve notícia de seus autores (dados de nascimento, morte, graduação, condecorações, qualificação literária), desde o início da imprensa até a metade do século XIX*”¹, trabalho comissionado pelo governo português.

De assinalar o resumo interessante acerca de Joaquim Moutinho dos Santos como um verdadeiro polímata do século XIX: médico, escritor, inventor, dramaturgo e político.

Efetivamente, dos meus tetravós José Moutinho dos Santos e Maria Ferreira

¹ Em Biblioteca Digital do Senado do Brasil in www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242735

da Silva nasceu a 2 de março de 1811 (ainda durante o final das invasões francesas napoleónicas) o sétimo filho, um menino a quem deram o nome de Joaquim.

O ambiente no país era cinzento, senão negro, e as condições em que nasceu eram humildes. Seu pai trabalhava o campo num terreno de um outeiro onde residia a família no lugar de Parada, da freguesia de Águas Santas, um pouco a norte do local onde hoje podemos encontrar uma rua com o seu nome.

Os seus antepassados viviam há gerações nesta freguesia da Maia num lugar chamado de aldeia da Píqua ou da Pica, onde já o seu avô tinha nascido, assim como seu pai e tios.

A propriedade, que Moutinho dos Santos descreveu como sendo uma casa abastada de lavoura, era agora herança do seu tio paterno mais velho, Manoel. Era devido a estes antecedentes que Joaquim considerava que a sua família “era a de um mediocre lavrador, um pouco excepcional na pureza dos seus costumes antigos, e recomendável pelo simples brasão de “boa família”.

As relações familiares com os parentes próximos eram estreitas e Joaquim frequentemente brincava com a sua prima Maria Quitéria nos terrenos da Píqua ou em Parada, enquanto crianças.

Joaquim descreve a sua infância como sendo uma infância normal das crianças daquela época, após o nascimento humilde, “em berço de palha grossa”, “daquele que podia habitar em terra árida, sem cultura: um cacto espinhoso, que se alimenta mais do ar do que da terra!”², Joaquim relembrava entretenimentos de criança que hoje em dia parecem absurdos, mas que não precisaríamos de recuar muito mais de 50 anos para perceber o valor destes passatempos. Na parte mais elevada do outeiro onde nasceu, existia “um annoso (antigo, velho, com muitos anos) e extenso carvalho, que aproveitando-se do mais puro ambiente athmospherico transformava o orvalho das manhãs de abril e maio em gotas de melifluo néctar, que nos entretia na meninisse, em sorver de suas tenras folhas aquelle dulcíssimo mel, em quanto o sol não o dissipava, ligando a este simples entretenimento a ideia do mysterio que nos incutiam as crendeiras, que era aquelle néctar os indícios restantes do maná do céo, que sustentava o povo primitivo.”³

Antes de completar cinco anos de idade, o pai, um homem trabalhador com um génio frenético e a mãe, em oposição, afável e carinhosa, colocaram-no ao cuidado de um padre, ainda parente da família, para começar a ser educado mas, tornando-se

2 MOUTINHO DOS SANTOS, Joaquim – Autobiographia, (1894), Porto, pág. 10; IBIDEM: FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 43

3 MOUTINHO DOS SANTOS, Joaquim – Impressões históricas, Geográficas e Outras Raridades da Freguesia de Águas Santas, (1871), Porto, pág. 9

uma experiência terrível para o menino, os pais retiraram-no da escola, regressando ao estudos apenas aos 10 anos de idade, em Milheirós, depois de cinco ou seis anos a ajudar o pai na lavoura.

Ao fim do primeiro ano em Milheirós, o padre professor encontrou no menino Joaquim um génio propício para os estudos, já que em tão pouco tempo ele traduzia textos do latim e “fazia themas”, sendo o único aluno a quem ensinava aquela língua. O padre Joaquim da Silva Lage logo o recomendou para ir estudar latim em Mosteiró, Vila do Conde, com o padre Francisco de Salles Barbosa, reconhecido por ser especialista em várias matérias além do latim.

Após esta fase inicial da sua educação académica regressou ao Porto para estudar como aluno externo no colégio de José Rodrigues Passos onde terminou os estudos em latim e logo depois, já com 17 anos, entrou para a carreira eclesiástica, matriculando-se em filosofia no seminário do Prado do Repouso, seguindo os desejos dos pais.

É nesta altura que a vida do agora jovem Joaquim dá uma reviravolta.

Era o ano de 1828, Moutinho dos Santos relembrava que era um “*tempo calamitoso de evoluções políticas. O ódio ao rei e seus sectários ateava o facho revolucionário; as academias, a Universidade e as escolas secundárias eram ocupadas por entidades mesquinhas e fanáticas.*”⁴

*As próprias doutrinas religiosas, pregadas do alto da tribuna sagrada, não eram as do Martyr do Golgotha: era uma lava ardente vomitada das crateras da Inquisição!*⁴

A melhor maneira de perceber a gravidade do ambiente na cidade é recordar que foi no ano seguinte, o de 1829, que levaram a cabo as execuções públicas de 12 homens liberais, resistentes a D. Miguel e ao absolutismo. Enforcados, ali mesmo, na praça a que hoje chamamos “da Liberdade” em memória destes mártires, com cortejo à maneira da Santa Inquisição e depois, decapitados, e as cabeças “*espeladas em longas varas, ficaram durante vários dias expostas em frente às casas dos familiares das vítimas, na Foz, na Cordoaria, na Vila da Feira, em Aveiro e Coimbra.*”⁵

Era este o ambiente que se vivia no Porto.

Primeiro de tudo, após tomar ordens menores de acordo com os desejos dos pais, o jovem Joaquim apercebe-se de imediato que aquela não era a sua vocação. Acerca do momento em que vestiu a vestes do ofício, suas palavras foram: “*Quando me vi de sotaina, julguei que me tinham tirado a pelle!*”⁶

4 MOUTINHO DOS SANTOS, Joaquim – Autobiographia, (1894), Porto, pág. 21

5 SILVA e MONTEIRO. Porto, a Revolta dos Taberneiros e Outras Histórias, narizdecera.blogs.sapo.pt/tag/liberais

6 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 70

De seguida, na sequência da onda de violência que assolava o país devido à luta entre os irmãos D. Pedro e D. Miguel, e sob a pressão absolutista do governo Miguelista, abriram-se as portas para o caos, perseguições e roubos. Neste contexto, um grupo numeroso de ladrões invadiu a propriedade da Pícua e, roubando o que puderam, deixaram o tio Manuel mortalmente ferido por uma bala.

Manuel, viúvo há cerca de 4 anos, não morreu de imediato, debateu-se com a morte por algum tempo tendo a oportunidade de fazer o seu testamento e encarregando o seu irmão José, o segundo na linha da herança e pai de Joaquim Moutinho dos Santos, de cuidar da sua única filha, que em breve ficaria órfã, recomendando também que a casasse com o primo, se o retirasse da carreira eclesiástica.

Joaquim ficou eufórico com a proposta que o pai lhe comunicou pois, além de não se rever no serviço sacerdotal, adorava a prima como se fosse um anjo e a convivência com ela era como a de dois irmãos. Quanto à sua carreira escreveu: “*A minha apostasia foi fácil de substituir; deixando o seminário pela academia, a ordenação pela sciencia médica.*”⁷

Maria Quitéria do Espírito Santo era no entanto nova demais para se casar, apenas tinha onze anos de idade e não tinha recebido ainda qualquer educação. Joaquim pediu ao seu pai que seguisse o desejo do seu tio Manuel e a fizesse entrar num colégio de educação, que acabou por ser o Recolhimento da Nossa Senhora da Esperança, em São Lázaro.

Este pedido marcaria uma mágoa de culpa no coração de Joaquim Moutinho dos Santos até ao fim da sua vida.

Enquanto Joaquim seguia a sua vida académica, primeiro em medicina e depois em farmácia (mudanças forçadas pelos frequentes recrutamentos para as fileiras militares de D. Miguel, a que Moutinho dos Santos se esquivava) visitava com frequência a sua prima, agora sua futura esposa, para manter a chama acesa mas, “*As conversas, que nas primeiras visitas fizeram crescer a amizade transformando-a em amor e esperança, começaram a dada altura a transformar-se em monólogos, com [Maria Quitéria] cada vez mais silenciosa e triste.*

Algo começava a mudar o brilho que outrora Joaquim vira nos olhos da sua prima. A alegria que em outros tempos cintilava nos olhos de [Maria Quitéria] tornou-se numa névoa cinzenta de tristeza e melancolia.”

“Os seus olhos, scintillantes como os da virgem esperançosa que libára o nectar do primeiro amor, tomaram a expressão triste e dolorosa que tanto se nota nas irmãs da caridade.”⁸

7 Idem, pág. 77

8 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 94

É neste momento, em 1832, que se cruzam as circunstâncias mais dificeis para o jovem, agora com 21 anos. A violência e guerra grassam por todo o lado e tentam sorver Joaquim para o seu interior, a prometida consorte abate-se na melancolia esvaziando-lhe a esperança de que seriam um para o outro. Joaquim sente-se encurrulado e necessita de tomar uma decisão que afaste todos estes problemas. Em desespero Joaquim Moutinho dos Santos decide emigrar de imediato para o Brasil, ainda que contra a vontade dos pais. Compra as passagens para uma viagem numa barca à vela que partirá 4 dias depois e o conduzirá pelo mar durante 41 dias até chegar à Barra de Niteroy no Rio de Janeiro [Figura 1].

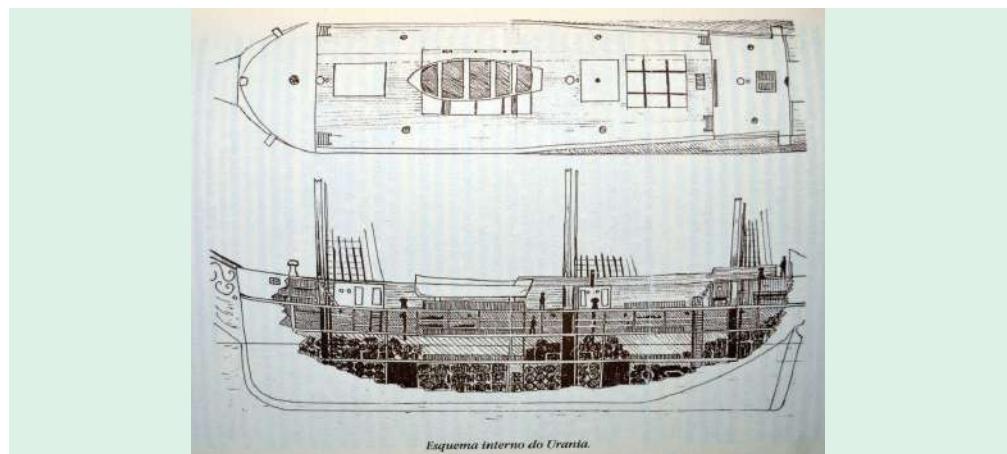


Figura 1 - Barca Urânia onde Joaquim viajou para o Brasil em 1832

NO BRASIL

Chegado a terras do Império do Brasil, Moutinho dos Santos rapidamente encontrou trabalho em farmácia, devido à sua formação académica e à escassez de profissionais de saúde no país. Descobriu que ainda que tenha fugido para fugir a um desgosto de amor e ao ódio da guerra, também ali se sentiam divisões políticas que levavam a revoltas mas, apesar de o ter registado em suas memórias, não foi isso que mais o marcou naqueles primeiros anos de emigrante.

Frisou várias vezes que sempre optou por não depender de ninguém para conseguir sobreviver e ter sucesso nos seus empreendimentos. No entanto, sabemos, e ele próprio registou, que alguns dos seus irmãos mais velhos também teriam seguido o mesmo curso para terras brasileiras. É incerto porém se em alguma altura conviveram ou o ajudaram.

Enquanto o jovem Joaquim tentava capitalizar os seus conhecimentos em medicina e farmacêutica, aplicando-os nas oportunidades de trabalho e aprender mais com os

mais experientes, surgiu o convite para sair para São Paulo a fim de auxiliar o Dr. José Marcelino Fernandes na campanha de vacinação contra a varíola na vila de Jacareí [Figura 2].

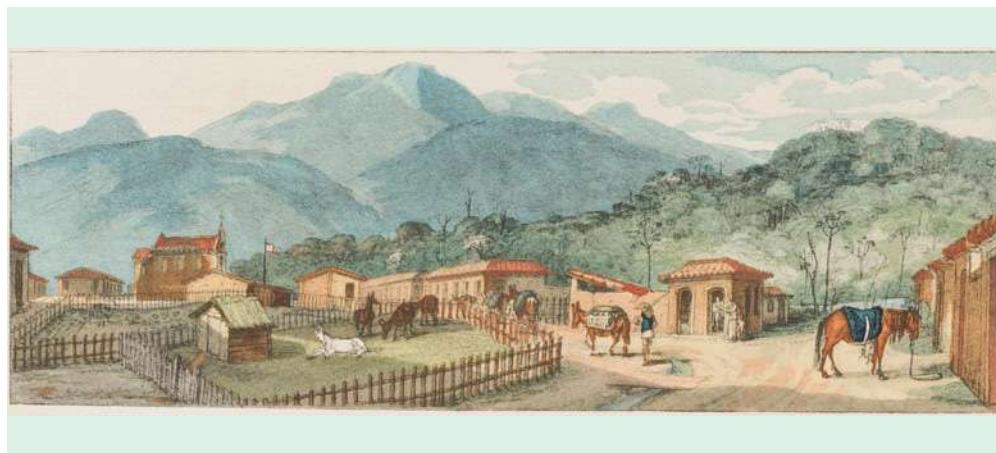


Figura 2 - Jacareí – Pintura de Debret em 1841

“E foi nessa condição de prático, tanto de farmácia quanto de médico, que Joaquim Moutinho acompanhou Marcelino Fernandes no seu cargo em São Paulo. Aproveitava, então, para fugir, como ele mesmo mencionava, das epidemias sempre comuns no Rio de Janeiro, que fazia a família imperial subir a Petrópolis todo verão.”⁹

“Jacareí era uma vila do Vale do Paraíba, região a meio caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo. Desde os primeiros tempos sempre foi um lugar de passagem, que se divide geograficamente entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.”¹⁰

Apesar de tudo, Jacareí não foi um lugar de passagem para Moutinho dos Santos, mas antes um lugar de paragem pois, durante a sua campanha com o comissário vacinador em 1833, ele vai conhecer uma moça de 19 anos, órfã de pai, de nome Anna Jacintha de Godoy, que o faz permanecer ali por 30 anos.

Joaquim, agora com 22 anos, pela força do trabalho que tinha em mãos passa a conhecer toda a gente da pequena vila que prosperou em torno da produção de café. Entre as pessoas que passa a conhecer, a que lhe trouxe mais proveito pessoal foi o padre Bento Ortiz da Rocha que vivia com a sua prima viúva e respetiva filha, Anna.

Anna parecia apresentar tudo o que Joaquim tinha sonhado para a sua companheira

9 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 126

10 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 126-127

desde há algum tempo. Sabia ler e escrever, certamente pelo privilégio de viver com o seu padrinho padre Bento de quem recebeu educação, tal como registado pelo próprio: “*Filha de Antonio da Rocha Carvalhaes, fora educada por seu tio padre, Bento Ortiz da Rocha, homem de reconhecida probidade, e cujos sentimentos se traduziam em sua pupilla, como esposa desvelada e mãe estremosa.*”

Em menos de um ano, Joaquim Moutinho dos Santos e Anna Jacintha de Godoy comprometem-se em matrimónio, celebrado pelo vigário Fabiano Martins de Siqueira, na casa do padre Bento Ortiz da Rocha.

A vida estava a criar o seu curso. Agora, casado, exercendo a prática médica para cuidar dos doentes pobres por caridade e dos ricos a troco de pagamento, ganhava consciência da importância da saúde pública e intervinha na criação de medidas de prevenção de doenças. Entre outras, como o planeamento de abastecimento de água potável para a vila, a mais importante das suas intervenções foi a criação de um hospital de caridade [Figura 3 e 4] para tratar de todos, em especial os menos favorecidos. Moutinho dos Santos idealizou a criação do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Jacareí. Fez o seu projeto arquitetónico, recolheu fundos para a construção, fiscalizou a obra e foi o seu primeiro médico.



Figura 3 - A mais antiga imagem da Santa Casa de Jacareí – 1905



Figura 4 - O mesmo prédio com modificações, na torre do relógio e sino, efetuadas na década de 1940

Interessado no desenvolvimento da produção da terra, atividade que fazia parte da sua vida desde a infância e que sustentava a sua família paterna, ainda investiu no cultivo do café mas, não tendo sucesso devido a infortúnios relacionados com geadas anormais que destruíram os seus investimentos na atividade, desistiu e regressou à atividade de medicina.

Em 1846 Moutinho dos Santos e Anna Jacintha já tinham 6 filhos: 5 meninos e uma menina.¹¹ Entre eles, um menino adotado que alguém deixou à porta de sua casa, mas que sempre trataram de igual com os restantes filhos e nunca se referiram a ele senão como filho. Apenas descobrimos que foi adotado pelos registos de batismo, onde foi mencionado o abandono da criança à porta da casa do Padre Bento, também residência de Moutinho dos Santos, sua mulher, grávida do segundo filho, e sua sogra Prudenciana de Jesus.

Em meio a uma vida cheia de atividade e projetos, Moutinho dos Santos ainda encontrava tempo para outras questões que o interessavam e outras que eram da sua responsabilidade.

Com o infortúnio da perda da fazenda de café devido às geadas, vende a fazenda e investe o dinheiro na educação dos filhos mais velhos, trazendo-os para Portugal a fim de serem educados cá.

ESTABILIDADE

Em maio de 1855 dá-se o falecimento do Padre Bento Ortiz da Rocha, primo em segundo grau de Anna Jacintha, sua afilhada e agora sua herdeira também, a par com Prudenciana, sua mãe.

“No século XIX, a vida de um padre era diferente de hoje em dia. Na maioria das vezes tinham propriedades, herdadas ou adquiridas e, muitas vezes, não se dedicavam exclusivamente ao pastoreio de seus paroquianos.

Tinham, aliás, atitudes muitas vezes consideradas até mundanas, como foi o caso do padre Fabiano Martins de Siqueira, que tinha várias propriedades, mulher e um filho que legitimou em 1831, quando este tinha 4 anos de idade e que também se chamou Fabiano.

Assim como seu colega de batina, padre Bento tinha terras onde plantava café no bairro do Lambari. Entre esta chácara, oito escravos, alguns animais e outros objetos, seu testamento rendeu 10:329\$92 (dez contos, trezentos e vinte e nove mil e noventa e dois réis), que foi dividido entre Anna e sua mãe Prudenciana, já descontados impostos e os “bens de alma”.¹² Entretanto, levava uma vida mais calma e mais espiritual do que seu colega Fabiano, pelo menos conforme o testemunho de Joaquim Moutinho.”¹³

11 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 147

12 Inventário do Padre Bento Ortiz da Rocha, Comarca de Jacarehy, 1855

13 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 161

Nesta altura, o património de Joaquim Moutinho dos Santos é multiplicado, somando ao que já conseguia conquistar, fruto do seu trabalho.

Três anos depois, um documento da Camara Municipal da Cidade de Jacareí atesta que Joaquim Moutinho dos Santos “não necessita de uzar da profissão medica para viver e educar a sua familia; visto que possue predios urbanos, propriedades agricolas neste municipio, e na Europa talves de noventa a cem contos de reis”, património que equivaleria a cerca de 3 milhões de euros nos dias de hoje.¹⁴ A sua vida estava estabilizada. Ele no entanto, insatisfeito, sempre em busca de novos conhecimentos, novas experiências.

Numa outra vertente da sua ânsia criativa e científica, Moutinho dos Santos dedica-se a fazer pesquisas de tratamentos médicos e a escrever as suas teses e descobertas, para tratamento de doenças que facilmente assolavam as localidades.

Ainda em 1855 escreve um guia para o tratamento da Cólera, uma das dez epidemias que ocorreram no Brasil entre 1839 e 1897. Antes deste guia, Moutinho já tinha publicado um tratado sobre as “doenças da raça escrava” e outro sobre “curar e prevenir doenças”, respetivamente nos anos de 1839 e 1846. Ainda escreveria um outro em 1859 sobre a doença hidrofobia, a que hoje chamamos de raiva, para a qual Moutinho se tornou um especialista, tanto no Brasil como em Portugal. Estes trabalhos médicos publicados, em conjunto com a sua experiência de médico prático de Jacarehy ao longo dos anos, testemunhados por vários pacientes e autoridades da cidade, ajudaram a criar as condições para a obtenção do doutoramento “in absentia”, ou seja, não presencial, concedido pela Universidade de Jena na Alemanha. Para esta empreitada foi essencial a ajuda do médico alemão Emil Muller que viu em Moutinho dos Santos todas as qualidades de um médico doutorado pela universidade e ajudou-o a preparar o processo para a obtenção do grau, que aconteceu em 1859 [Figura 5].

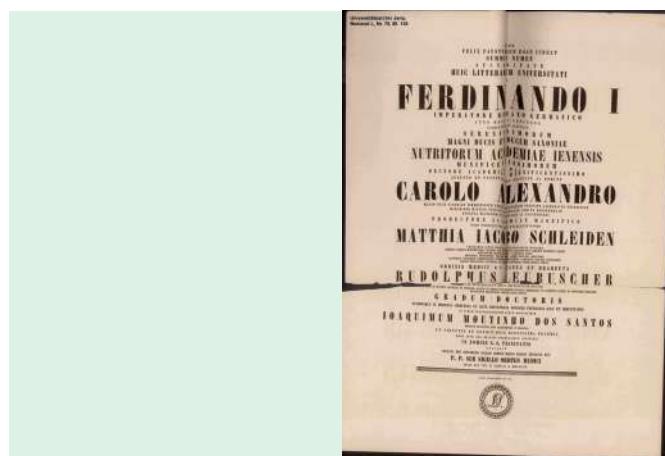


Figura 5 - Diploma de doutoramento “Gradum Doctoris Medicum Practicum Apud Jacarchenses in Brasilia”

14 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 177

INVENTOR

Outros assuntos chamavam a atenção de Joaquim Moutinho dos Santos. Sempre que um desafio se colocava, Moutinho debruçava-se sobre ele profundamente para o resolver, ainda que exigisse tempo e dedicação.

Na segunda metade do século XIX, os campos de cultivo do Brasil sofreram com uma praga de formigas que destruíam hectares por onde passavam. A formiga Saúva [Figura 6] tornou-se um pesadelo tão grande para os que tentavam que a terra produzisse, que houve até vaticínios acerca dela. Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), naturalista francês, que viveu no Brasil, escreveu em seus estudos de botânica: “*Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil*”.¹⁵

Percebendo a gravidade do problema, Moutinho dos Santos inicia um processo de observação da Saúva, que terá durado mais de um ano, a fim de conhecer o comportamento das formigas ao longo das quatro estações.

O resultado desse processo foi um estudo de 10 páginas que Moutinho publica no *Auxiliador da Indústria Nacional*, reportando os hábitos acerca da sua alimentação, reprodução, sistema social, etc., e mais importante que isso, regressa à sua veia criativa e desenvolve um aparelho que elimine a praga, um aparelho para fumigar os formigueiros diretamente. Moutinho inventa uma máquina de exterminar a Saúva [Figura 7], regista a patente e retira lucros da sua criatividade por 14 anos.



Figura 6 - Ica, fêmea da formiga Saúva¹⁶

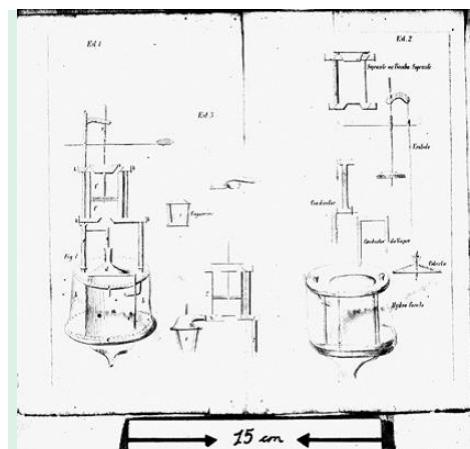


Figura 7 - Máquina de matar formigas inventada por Joaquim Moutinho dos Santos.

15 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô "Brasileiro" (2019), pág. 182

16 Foto Blog Sugestões para Cacapava/SP disponível em beer-rock-fest-cacapava.blogspot.com/p/farofa-de-ica.html

HOMEM DE CAUSAS

Através de registos documentais encontramos um Moutinho dos Santos sempre interessado em resolver causas.

Como em tudo, a sua preocupação como médico ultrapassava em muito a esfera dos seus doentes, aqueles que o chamavam e lhe pagavam. O Dr. Moutinho foi mencionado em várias situações em que cuidou dos mais carenciados que não tinham como lhe pagar.

Quando abandonou o lar e seus pais, registou: “*Ao despedir-me d'aquelle santa que me déra o sér, prometi-lhe que, lá na America, quando me visse no meio das epidemias, dedicar-me-hia ao tratamento dos enfermos, bem como á caridade, que, entre os christãos, tem só uma pátria – o mundo.*”

Sempre por caridade, por promessa à sua mãe, mas também com a preocupação do seu dever médico, que o levava a perceber o impacto destas situações nas questões de saúde pública - contexto que o levou a ter a ideia da fundação de um hospital de caridade.

Do “tio” da sua mulher, padre Bento, Joaquim Moutinho dos Santos e Anna Jacintha de Godoy herdaram, juntamente com outros bens materiais, a vida de oito seres humanos escravizados a quem, quero acreditar, terá tratado bem.

O cuidado que teve com os escravos, tratando-os de doenças; o processo judicial contra o chefe da polícia, em que Moutinho foi testemunha a favor do escravo Marcelino e contra o delegado Joaquim Paula Machado, que foi condenado por espancamento e morte do desafortunado¹⁷; o ter levado um dos escravos para Portugal, confiando-lhe os filhos e libertando-o assim do modo de vida escrava no Brasil; os comentários no seu estudo sobre as “*Doenças da raça escrava*”, denunciando as “*condições péssimas do seu viver*”; o não ter denunciado a fuga de um escravo que lhe fugiu, sendo esta denunciada apenas depois por aqueles que lhe compraram os bens quando retornou definitivamente a Portugal; todas estas situações indicam que, apesar de Joaquim Moutinho dos Santos ter seguido os costumes dos seus pares à época, respeitava a vida humana acima de tudo e cuidava de todos de forma igual.

Na carta de um amigo, o Dr. Joaquim Floriano de Godoy, em que este tenta convencer Moutinho dos Santos a aceitar a condecoração da Ordem de Cristo com que o imperador do Brasil o queria agraciar, este regista: “*Não devia recusal-a, porque não era um favor aos enormes serviços prestados ao Brazil, já levantando em Jacarehy um hospital de misericórdia quasi á sua custa, casa que hoje está prestando serviços a mais de um cento de doentes pobres; já promovendo n'aquelle município o desenvolvimento da*

17 Processo contra o delegado Joaquim Antônio de Paula Machado, Comarca de Jacarehy, 1856

instrução pública e pratica, para formar cidadãos úteis; já descobrindo meio para acabar com a peste das formigas por um processo seu, scientifico e de utilidade pratica, demonstrado por experiencias publicas perante as principaes auctoridades da provincia; já trabalhando para a canalização d'aguas potáveis para a cidade de Jacarehy, facto este heroico que demonstrou a sua sciencia hydraulica, e muitos outros actos da sua vida medica, que demonstraram nas grandes epidemias seu caracter nobre e levantadíssimo e altamente filantrópico, que ficou seu nome querido e respeitado em toda esta região do norte de S. Paulo e em toda a provincia (...)"¹⁸

É desta forma que o político progressista, antigo provedor da Santa Casa de Jacarehy, antigo senador do estado de Minas Gerais e, à época, senador vitalício pela Província de São Paulo, resume a personalidade de Joaquim Moutinho dos Santos como homem de causas.

Ao mesmo tempo, o próprio Moutinho dos Santos define-se a si próprio ao recusar a condecoração. Não o fez pelos louros ou títulos, fez porque era de facto um humanista, um filantropo.

O REGRESSO A PORTUGAL

Para despedida do Brasil, terra natal de todos os seus filhos e de sua mulher, e onde encontrou um povo e uma terra que amou, Moutinho dos Santos decide organizar uma “soirée” com apresentação de uma peça de teatro de título “Quadro Negro de um Estudante” - da sua autoria, com música de acompanhamento da autoria da sua filha mais velha, Maria Emilia - onde conta as circunstâncias dramáticas que o levaram a deixar Portugal: o drama de dois jovens, Alberto e Arlinda, que representam Moutinho e Maria Quitéria respetivamente, e o desgosto amoroso entre eles.

No final da apresentação da peça de teatro sobre a sua vida, despedindo-se assim do Brasil na noite de 6 de julho de 1862, a soirée terminaria com uma grandiosa ovação, agradecimentos e finalmente a declamação de um poema que lhe foi dedicado por improviso pelo Dr. B. Aymberé:

Adeus ao Dr. Joaquim Moutinho dos Santos

*Era pobre, o drama o disse,
Mas valente eras também;
Buscando as praias d'America,
Deixaste teu berço além.
Oh! Que martyrios não soffre
Quem de longes terras vem!*

18 MOUTINHO DOS SANTOS, Joaquim – Autobiographia, (1894), Porto, pág. 76

*Luctaste, porém venceste;
Fizeste muito, senhor;
Ganhaste pão p'ra teus filhos,
Banhado com teu suor;
E que de vidas salvaste,
Que vezes curaste a dôr!*

*No drama pintaste a vinda,
Na execução – um adeus;
Os próprios cantos ouvidos
São obra de esforços teus;
Se em outr'ora vieste triste,
Volta agora alegre aos teus.*

*Parte nobre portuguez,
Corta as aguas côn de anil;
Mas, senhor, nunca te esqueças
Das mattas do meu Brazil!
Se teu céo tem mil estrelas,
Nosso céo tem mais de mil.*

Dr. B. Aymberé, 6 de julho de 1862

Nesta altura, Joaquim e Anna já tinham tido 10 filhos e a sua vida estava estabilizada financeiramente.

Dos 10 filhos, cinco tinham sido educados em Portugal e um deles tinha falecido enquanto estudante de medicina na Escola Médico-cirúrgica do Hospital de Santo António, no Porto.

No vapor Pedro II em que fizeram a travessia do Atlântico, a filha mais velha de 21 anos, Maria Emília, registou notas de viagem que chamou “Acentos de minha viagem a Europa”.

Com ela viajaram o seu pai, a sua mãe, três irmãs (Maria Eugénia de 12, Maria Custódia de 8 e Maria Augusta de 1 ano de idade) e o irmão mais novo, Marco Aurélio de apenas 4 anos. O meu bisavô.

Depois de sair de Jacarehy no dia 27 de Julho, chegaram a Santos onde embarcaram com destino a Lisboa.

Os próximos portos de paragem foram Bahia, Pernambuco, Lazareto, São Vicente – Cabo Verde e, finalmente, Lisboa.

Talvez para que a família conhecesse o país, a viagem não continuou de barco mas por

terra: Caldas da Rainha, Alcobaça, Leiria, Pombal, Condeixa, Coimbra e finalmente Porto [Figura 8].



Figura 8 - Ribeira do Porto 1865, Carlos Relvas. A cidade do Porto na altura do regresso a Portugal

PRESIDENTE DA CÂMARA DA MAIA

Quando parte para o Brasil, aos 21 anos, o sentimento do jovem Joaquim fundamentava-se no lema que adotou no momento: “*Deus e Moutinho eram sós*”. No regresso, Moutinho definitivamente não estava só. Com uma família numerosa, e a vida estabilizada, regressava como “brasileiro” de sucesso e instalava-se na Quinta da Pícua que Arlinda (nome poético da sua prima Maria Quitéria) lhe quis deixar.

Em pouco tempo Joaquim Moutinho dos Santos se estabeleceu em Águas Santas, desenvolveu a quinta, fez investimentos e tornou-se um dos maiores proprietários da Maia, o que lhe deu um lugar especial entre os decisores da Câmara Municipal.

Em 1871 é escolhido pelos seus pares para ser presidente do município, o que lhe deu 2 anos de grandes desafios.

Joaquim Moutinho dos Santos não tinha sido talhado para a vida política. Tinha visão e interesse, mas em breve, encontrou um opositor disposto a usar de jogos de bastidores para conseguir mudar o sentido de voto dos restantes, anulando a decisão já votada para alteração da localização dos Paços do Concelho do Castelo para o Picoto, onde agora está.

Uma decisão que Moutinho considerava importante para o desenvolvimento da cidade e do território da Maia. Estes movimentos e falta de verticalidade foram

apenas o início de uma oposição feroz com acusações e até processos contra a sua pessoa, o que lhe transtornou a alma.

Moutinho já se tinha visto em meio a uma situação semelhante durante as quezílias políticas no Brasil entre Gomes Leitão e o Barão de Jacarehy, na sequência da construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

Agora, não tinha ainda terminado o mandato de 2 anos e já se afastava do cargo, deixando até de comparecer a várias das últimas reuniões de câmara.

É durante o seu mandato que escreve uma abordagem às raízes históricas, assim como uma análise demográfica e demográfica da freguesia de Águas Santas a que dá o nome de *Impressoes Historicas, Geographicas e Outras Raridades da Freguezia de Aguas Santas* e a publica sob forma de pequeno livro de 24 páginas, em março de 1871.

Ao fim dos 2 anos de mandato, em 1872, Joaquim Moutinho contava 61 anos de idade e vê o seu opositor direto, José Vitorino da Silva Ferreira, ser eleito pelos seus pares por aclamação, tal como tinham feito antes consigo.¹⁹

Em 1894 escreverá ainda a *Autobiographia de Joaquim Moutinho dos Santos, doutor em medicina*, onde não menciona sequer o exercício do cargo político para o qual foi eleito vinte e três anos antes.

Joaquim Moutinho dos Santos terá falecido e sido sepultado em 1902 no cemitério de Águas Santas, aos 92 anos de idade, não tendo sido possível confirmar isto por documentos, por alegadamente terem sido furtados da igreja os livros de registos correspondentes a este período.

O único registo acerca do facto é uma menção do seu falecimento num livro de António Arroyo²⁰, informação que lhe chegou por um coveiro do cemitério.

Até à sua morte, Moutinho dos Santos dedicou-se às questões da quinta e à vida familiar. Os casamentos dos seus filhos e filhas, o nascimento dos netos, o contínuo interesse por questões históricas, arqueológicas e medicinais.

No final da sua vida Moutinho dos Santos mostra-se um homem cansado e desiludido com algumas questões familiares que não conseguimos identificar especificamente.

Na última carta *[Figura 9]* escrita pelo seu próprio punho à sua filha Maria Augusta, Moutinho diz-se vítima de acusações de ingratidão por parte dos filhos.

19 FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 211-216

20 ARROYO, Antonio - Singularidades da Minha Terra, p. 79

“Aguas Santas 24 de Março 1897

Maria Augusta

Recebi a tua participação que te achavas convalescida.

Deves crer que um pai ainda que senta ingratidões de seus, pode ter alguma reserva; mas perdoa sempre; se algum dissabor nos ficam a dever, lá têm os seus que lhes paguem!

O que lhes desejo é felicidades.

Eu peço a Deus é que me conserve a inteligência para que não joguem comigo a seus (?)

Não inventem em mim as ingratidões que não tenho. Desejo a prosperidade a sua família.

Escrevo-te por meu punho porque será a última.

Teu pai amigo,

Joaquim Moutinho”²¹

A handwritten signature in black ink on a white background. The signature reads "Joaquim Moutinho dos Santos" in a cursive, flowing script. The "o" in "Moutinho" is underlined, and there is a small flourish or signature at the end of "Santos".

Figura 9 - Assinatura de Joaquim Moutinho dos Santos

²¹ FONSECA, Mário; PATROCÍNIO, Ana Luíza - O Trisavô “Brasileiro” (2019), pág. 233-235

De Joaquim Moutinho dos Santos (1811-1902) ficou a herança, não só de uma vida dedicada às questões públicas de saúde e de educação que tanto são necessárias em todos os tempos, como também uma vasta descendência. De entre os seus 10 filhos, 35 netos, mais de 30 bisnetos e inúmeros trinetos descenderam várias gerações de médicos (alguns de renome, como foram entre outros, Mário Moutinho e Henrique Moutinho - oftalmologistas no início do século XX em Lisboa, com toponímia relacionada na mesma cidade) e muitos outros em diversas áreas do conhecimento.

Um homem à altura do século que viveu. Um humanista.

Mais quatro momentos para a Maia

Fernando Teixeira

OLÍVIA DUARTE (1900-1959), lavadeira de Vermoim

A lavadeira que "destituiu" o Presidente da Câmara da Maia

Em Setembro de 1941, Olívia, uma respeitada lavadeira de Vermoim e o seu filho mais novo Fernando, um menino de 9 anos, viveram momentos muito difíceis.

Foram roubados pêssegos duma propriedade próxima da sua casa, uma vizinha acusou erradamente que teria sido o pequeno Fernando, mais tarde soube-se que mancebos da Freguesia tinham durante a noite feito o roubo.

Desde Janeiro de 1938 que a autoridade policial do concelho passara para o Presidente da Câmara, antes pertencera ao Administrador do Concelho cuja figura fora extinta no fim de 1937.

Apresentada queixa pela proprietária, mãe e filho foram intimados a comparecer na Câmara Municipal da Maia, o pai da criança estava ausente emigrado no Brasil.

O próprio Presidente, Dr. António Santos, os recebeu e sem atender à declaração de inocência da criança, pegou num chicote e aplicou várias chicotadas ao frágil menino.

A criança teve que receber assistência no Hospital de Santo António, a violência que sofreu foi notícia no Comércio do Porto e provocou grande revolta na família, em vizinhos e amigos.

António do "caseiro", irmão de Olívia que era conhecido por ser destemido e próximo da irmã foi reclamar e pedir satisfações ao Presidente. Aí, depois de altercação com o autarca que puxou de revólver, ficou encarcerado 17 dias na prisão anexa à Câmara.

Olívia era a lavadeira de senhores do Porto, familiares chegados do Governador Civil, era uma lavadeira honrada e respeitada à semelhança das lavadeiras da Maia que serviam as famílias ricas do Porto.

Essa família teve conhecimento da ocorrência com o pequeno Fernando, quiseram saber com rigor o que se passara, o cunhado do Governador veio à Câmara da Maia confirmado o sucedido.

O Governador Civil do Porto, Dr. António Pires de Lima, após interirar-se da veracidade da ocorrência demitiu o Presidente da Câmara da Maia, Dr. António Santos que presidia ao Município há já longos 15 anos, desde 1926.

Em reunião de Câmara de Outubro de 1941 o Dr. António Santos abriu a sessão como habitualmente, mas estranhamente não assinou a sua ata, que foi rubricada pelo seu sucessor na Presidência Sr. Augusto Simões, configurando-se um afastamento atribulado.

A lavadeira Olívia de Vermoim viu ser-lhe feita justiça numa época muito difícil. As dezenas e dezenas lavadeiras da Maia que serviam a burguesia do Porto eram muito consideradas e respeitadas por essa gente da cidade.



Fernando, o filho de Olívia

O seu filho mais novo, o menino de 9 anos, Fernando, vítima desta violência inimaginável nos tempos de hoje, é agora um respeitável e simpático ancião de 91 anos de idade, ainda cheio de alegria de viver.

JOSÉ MOREIRA DA SILVA (1879-1969)

Pedreiro, Maiato, figura de referência da Cidade do Porto e símbolo maior da sua classe.

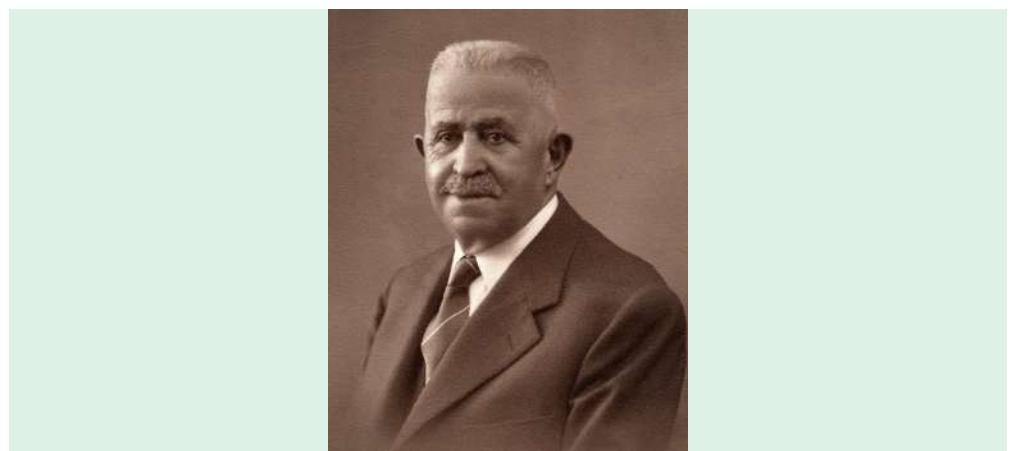
Pedreiro desde muito jovem, Maiato de Moreira da Maia, tornar-se-ia a principal personagem do Porto e do Norte, no século XX, oriunda das classes operárias.

Criado com o forte, duro e eterno granito, símbolo da Cidade Invicta, foi nesta cidade que contribuiu para erguer inúmeras obras monumentais graníticas, marcantes, que serão eternas se assim o homem deixar.

Em 1914, quando findavam a majestosa Estação de São Bento, um grupo de 10 simples pedreiros, liderados por José Moreira da Silva, decidiram criar uma Cooperativa de Pedreiros, preocupados com a precariedade de emprego que se aproximava, porque tinham ambição e acreditavam no seu valor de operários pedreiros.

A partir daí o sonho tornar-se-ia realidade e os seus nomes ficariam para sempre na história da "Mui nobre e sempre leal invicta cidade".

O edifício da Câmara Municipal do Porto com a sua obra-prima de cantaria, o Monumento à Glória dos Heróis da Guerra Peninsular na rotunda da Boavista, os edifícios do Banco de Portugal e da Seguradora Nacional na Praça da Liberdade, o Palácio do Comércio na rua Sá da Bandeira ocupando um quarteirão inteiro e o Pelourinho da Sé, é apenas um pequeno exemplo das grandes obras executadas pela Cooperativa dos Pedreiros na Cidade do Porto.



José Moreira da Silva

José Moreira da Silva nasceu no lugar da Guarda, em Moreira da Maia, terra natal de grandes mestres pedreiros que nos séculos XVIII e XIX tinham erguido obras monumentais de granito no Norte do País.

Cresceu aí num ambiente de tradições operárias e, desde jovem, enraizou na sua personalidade esse espírito operário, mas também solidariedade, defesa da sua classe e do povo simples, numa época de grandes carências, mas também de transformações sociais.

É assim que em agosto de 1908, vemos no livro de atas da Câmara M. da Maia:

"Requerimento de José Moreira da Silva, Presidente da Comissão de Melhoramentos de Classe dos Pedreiros Portuenses, pedindo que esta Câmara importe por sua conta própria o milho para abastecer a retalho nas classes pobres do Concelho"

A Câmara sobre a Presidência do Padre Luís Silva Campos, concordando, pouco tempo depois fazia a distribuição do milho pela população pobre. Vivia-se nessa época uma grande escassez de milho (base da alimentação do povo), a par de enorme especulação de preços e açambarcamentos.

Após a implantação da República em 1910, vemos José envolvido em causas políticas de defesa das classes operárias e pobres do concelho, liderando comícios

do Centro Socialista de Moreira da Maia. Ganhou a atenção e amizade de um dos maiores vultos da primeira República, Bernardino Machado, eleito duas vezes Presidente da República, que era admirador do espírito e da nobreza de caráter do povo Portuense.

Em 1925, a casa que José construiu à face da EN 107 perto do cruzamento com o Carvalhido em Moreira, estava destinada a Bernardino Machado e sua numerosa família, ficando sem efeito devido à sua segunda eleição para Presidente da República que o levou para Lisboa. O cooperativismo era a expressão dos seus ideais mais nobres.

Vemo-lo a liderar a criação da Casa do Povo de Moreira da Maia, a lançar a primeira pedra em 1 de maio de 1925, a sua Cooperativa dos Pedreiros a ajudar nas obras para que a sua inauguração fosse a tempo do 1 de maio de 1926.

Em 1933 passaria a designar-se Cooperativa Popular de Moreira da Maia. Esta Cooperativa prestaria relevantes serviços à população de Moreira e não só, durante muitas décadas. José Moreira da Silva foi gerente da Cooperativa dos Pedreiros desde a sua fundação em 1914, e conduziu-a por mais de 50 anos, quase até à sua morte aos 90 anos de idade.

A Cooperativa foi pioneira na proteção social, criando recursos financeiros próprios desde o início, de forma a poder subsidiar os seus trabalhadores cooperantes na doença (a sílica causou graves danos na saúde de muitos), suas viúvas na desgraça, reforma a quem atingia esse direito e diversas outras regalias

Em 1933, o reconhecimento do seu valor e prestígio eram notáveis. Por iniciativa do ministro Eng. Duarte Pacheco, o governo quis condecorá-lo, mas ele recusou propondo em alternativa um louvor a todos os que com ele trabalhavam.

Este merecido louvor surge em Diário de Governo em fevereiro de 1933:

"Tendo a Sociedade Cooperativa dos Operários Pedreiros Portuenses resolvido auxiliar os seus desempregados descontando 10% a quem o trabalho não faltava; tendo também, por intermédio da sua caixa de pensões e da cantina, prestado relevantes serviços à sua classe: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que sejam concedidos à referida Sociedade Cooperativa os merecidos louvores".

Em 1937, José Moreira da Silva, na sequência de uma viagem a Paris e, em acordo com a "Société Marbrière de Paris", possibilita o conhecimento e a tecnologia para a Cooperativa se lançar na produção de granitos polidos, introduzindo-os pela primeira vez em Portugal.

Esta matéria-prima, tão abundante e identitária do Norte de Portugal, agora com outra beleza, veio tornar-se um sucesso no nosso País e um pouco por todos os

cantos do mundo, podendo-se observar ainda hoje em fachadas de imponentes edifícios por toda a parte.

Em 1971, pouco depois da sua morte, a Cidade do Porto através da sua Câmara Municipal homenageou José Moreira da Silva, atribuindo o seu nome a um Largo, perto da sede da Cooperativa e do seu edifício Miradouro, com um belo jardim e um monumento em granito polido, com o seu busto fixo.

Em 8 de março de 1989, precisamente 75 anos depois da fundação da Cooperativa dos Pedreiros, o Presidente da República Mário Soares, condecora José Moreira da Silva a título póstumo com o Grau de Comendador da Ordem do Mérito da Classe Industrial.

Foi casado com Lucinda Alves da Silva, seu grande apoio na vida excepcional de grandeza humana que teve. Era um homem afável, gostava de andar de bicicleta, de ter toda a família reunida à sua volta no Natal, foi assim até os 90 anos de idade, encantava todos e era um grande contador de histórias.

Em 1970, após a sua morte, os seus quatro filhos, Maria da Conceição, David, Beatriz e Alcina, decidiram doar a sua grande casa no lugar da Guarda à Câmara da Maia.

A Câmara cedeu-a à Santa Casa da Misericórdia da Maia que mantem aí um Berçário, Infantário e Centro de Dia.

ANTÓNIO FERREIRA PINTO (1879-1946)

Figura maior da Primeira República na Maia

Foi um lutador incansável das causas nobres da República e da liberdade de Imprensa na Maia após o fim da monarquia em 1910.

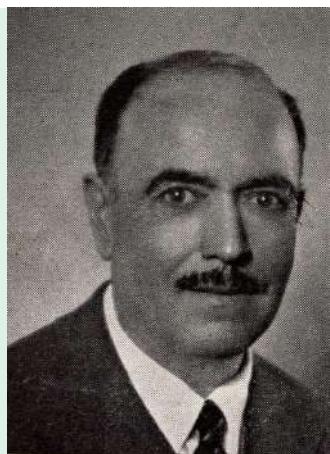
Destacado político, chefiou na Maia o Partido Republicano Liberal, foi Vice-Presidente da Câmara da Maia entre 1919 e 1925, nos mandatos de Augusto Nogueira da Silva e do Dr. Altino da Costa Maia e eleito Presidente da Câmara da Maia em 24-09-1925, dirigindo-a até ao fim de 1925.

António Ferreira Pinto foi um dos mais prestigiados e dinâmicos homens da Imprensa Maiata, muito activa e com muitos "títulos" nesse período e até o início do Estado Novo, tendo sido editor e administrador do jornal "Maia Democrática" em 1912 e diretor e proprietário do "Povo da Maia" que foi publicado entre 1926 e 1928 e jornal com mais exemplares produzidos apesar de perseguido e fechado pelas autoridades Maiatas da época, defensores da ditadura militar que na altura impunha as suas leis e que mais tarde deu lugar ao longo período do Estado Novo.

António Ferreira Pinto nasceu em Gueifães no seio de uma família simples, o pai era o carpinteiro Manuel Ferreira Pinto oriundo da Feira (Caldas de São Jorge) e a mãe a leiteira Rosa Maria de Jesus de Gueifães.

Esta família contudo tornar-se-ia a mais destacada de Gueifães.

O irmão da leiteira Rosa, Joaquim Carlos da Silva emigrante de sucesso no Brasil viria no regresso a transformar-se no Visconde de Gueifães, e o carpinteiro Manuel também foi emigrante que triunfou no Brasil obtendo fortuna.



António Ferreira Pinto

Manuel fez no regresso uma bela Quinta em Gueifães, ainda hoje conhecida como a Quinta de Manuel Ferreira Pinto e onde hoje ainda vive uma descendente de quinta geração.

António Ferreira Pinto aqui viveu, foi pai de outras duas destacadas figuras femininas, Luzia Ferreira Pinto que foi uma brilhante poetisa autora de várias obras distinguidas na década de 1950 sob o pseudónimo "Aizul" e Alzira Ferreira Pinto Oliva Teles, grande benemérita.

António F. Pinto era um defensor da liberdade de expressão, no lado esquerdo do cabeçalho do seu jornal "Povo da Maia" tinha a seguinte divisa:

"A expressão de pensamento seja qual for a sua forma é completamente livre sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar".

Esta divisa deixou de constar a partir de 26 de Março de 1927 e no seu lugar passou a escrever-se:

"Este número foi visado pela comissão de censura".

Em 1930, com o seu jornal suspenso, lemos num outro jornal também perseguido e mais tarde encerrado, "A Voz da Maia", que António Ferreira Pinto liderava o Partido Nacionalista e que juntamente com outras figuras Maiatas prestigiadas de outros Partidos se uniam na Aliança Republicana que procurava resistir e lutar contra a ditadura e defender a liberdade de Imprensa.

Os seus ideais de liberdade foram esmagados como sabemos, e na Presidência da Câmara da Maia, no dia 2 Janeiro de 1926, sucedeu a António Ferreira Pinto o Dr. António Santos que governou a Maia durante longos 16 anos, tempos de estagnação e de perseguição que silenciou toda a oposição.

Deixo aqui um poema que sua filha "Aizul" nos deixou e que nos retrata o seu pai:

*Eram jóias os minutos
E meu pai o Pai Natal ...
A surpresa
Em sua mãos
Era aberta devagar ...
Era uma nesga do céu ...
Fazia-nos delirar ...
Como recordar
Faz mal
Quando
Da infância perdida
Não se encontra o Pai Natal!*

AS FIADEIRAS DE ALGODÃO DA MAIA

Na segunda metade do século XIX as mulheres maiatas das freguesias de Gueifães, Barreiros e Moreira, trabalhavam em grande número no seu domicílio fiando algodão para os industriais têxteis do Porto.

Fiar algodão em casa para fins industriais foi a mais importante atividade laboral das mulheres maiatas das três referidas freguesias, largamente superior à atividade na lavoura em diversos períodos dessa segunda metade do século XIX.

O Inquérito Industrial de 1881 relata-nos que havia na Maia 600 fiadeiras que trabalhavam para as fábricas do Porto, vindo semanalmente à cidade buscar a matéria-prima e levando o produto fabricado, recebiam entre 35 e 50 Reis por arrátel (=459 gramas) de fio de algodão.

Este trabalho para os Industriais do Porto era também executado pelas mulheres de Matosinhos, principalmente de Leça do Balio, confirmando uma ligação estreita entre os povos de Barreiros, Gueifães e Leça do Balio, muito antiga, à volta da Estrada Romana, depois da Estrada Real (EN 14), do Rio Leça, do Couto de Leça do Balio, do Mosteiro e da Feira de Santana.

Esta vocação Industrial das mulheres destas três freguesias vem na linha das atividades masculinas, também Industrial, de Ferreiros, Pregueiros, Pedreiros e Carpinteiros, largamente superior em número aos que trabalhavam no setor agrícola.



As Fiadeiras da Maia

Tendo em conta os Registos de Batismo de 1880 nas freguesias da Maia e as profissões das mães dos bebés, verificamos que 80% das mulheres de Barreiros eram fiadeiras, 28 fiadeiras num total de 35 batismos. Em Gueifães 61%, Moreira 55% mas com um número superior de fiadeiras atendendo à sua população ser quase o triplo das outras duas freguesias. Folgosa e São Pedro de Fins eram as únicas freguesias que não tinham mães fiadeiras confirmado-se serem as freguesias de maior cariz agrícola.

O número de fiadeiras maiatas variou muito ao longo do tempo refletindo a variação da procura do fio de algodão, na sequência de crises do setor têxtil, por vezes do excesso de produção, da maior ou menor importação de tecidos.

Realce para uma fábrica da rua do Bonfim no Porto, a José Carneiro de Mello, um antigo tecelão, que importava 60 toneladas de rama de algodão que dava a fiar às

fiadeiras da Maia, e que era considerado um empresário exemplar pela distinta Comissão de Inquérito.

Com o aproximar do fim do século XIX, o número de fiadeiras maiatas foi decaindo e surge então uma nova atividade para as mulheres maiatas que cresceu muito, relacionando novamente a Maia com a Cidade do Porto, que foram as lavadeiras maiatas.

Na primeira década do século XX, o número de lavadeiras começa a ser superior ao de fiadeiras e poucos anos depois extingue-se o trabalho ao domicílio das fiadeiras da Maia por conta dos Industriais do Porto. Fábricas mais modernas, mecanizadas e com máquinas a vapor puseram termo a esse trabalho admirável das mulheres maiatas realizado durante décadas.

Nas décadas de 1940, 50 e 60, as fábricas têxteis saíram da cidade do Porto e instalaram-se grandes unidades fabris nos arredores do Porto, na Maia e Matosinhos, de novo e principalmente em Gueifães, Barreiros e Leça do Balio.

A ocupação medieval do Castro de Avioso, Castêlo da Maia, Maia

Primeira abordagem à intervenção
arqueológica realizada em 2020

André Tomé Ribeiro

Licenciado em Ciências Históricas. Técnico Superior de Arqueologia da Câmara Municipal da Maia.

RESUMO

O presente texto tem como objetivo realizar uma primeira abordagem à intervenção arqueológica de acompanhamento e de escavação realizada no Monte de Santo Ovídeo, freguesia do Castelo da Maia, concelho da Maia.

O sítio do Monte de Santo Ovídeo é desde sempre associado ao local de implantação do Castro de Avioso, citado na documentação entre os anos de 1043 a 1096.

A escavação arqueológica, realizada no ano de 2020, identificou uma estrutura em negativo do tipo fosso, parcialmente intervencionada, com enchimento diferenciado associado a diversos materiais cerâmicos enquadrados entre os séculos IX e XI.

1. Localização e enquadramento geomorfológico.

O sítio arqueológico do Monte Santo Ovídeo corresponde a um outeiro, com um substrato geológico de formações do tipo Granodiorito de Ermesinde, elevado à cota absoluta de cerca de 108 metros, delimitado a norte e a este pela ribeira do Arquinho subsidiária do rio Leça. Tem como principais acessos urbanos a sul a Praça 5 de Outubro e a norte a rua João Maia e coordenadas: 40168.481; -8.61247, EPSG:3763 - ETRS89/Portugal TM06.



Figura 1 - Extrato da Carta Geológica de Portugal, folha 9c com a localização do Castro de Avioso, Monte de Santo Ovídeo.

Hoje, o espaço do Monte de Santo Ovídeo, apresenta diversas utilizações, uma de parque urbano, com uma área de lazer comum edifício de cafeteria, zona de estacionamento para viaturas, e uma religiosa localizada no topo do batólito onde foi edificada uma capela com orago a Santo Ovídeo [Figura 1]. Esta capela, de traça setecentista, está enquadrada por um cruzeiro levantado no adro com a gravação da data de 1773 no pedestal.



Figura 2 - Monte de Santo Ovídeo nos anos sessenta do século XX. Arquivo Câmara Municipal da Maia.

2. Caraterização e âmbito da intervenção arqueológica.

Com base nas fontes epistolares medievais, na bibliografia e na morfologia local foi assinalado na Carta de Ordenamento/Património Arqueológico do Plano Diretor Municipal da Maia uma zona de proteção arqueológica com uma área de 7000 m² à qual foi atribuído o número 49. Neste sentido, e no âmbito da obra de requalificação do parque urbano com o objetivo de substituição do pavimento dos arruamentos e arranjos de espaços ajardinados, foi preconizada como medida de minimização patrimonial a realização de acompanhamento que teve como consequência a escavação arqueológica.

A intervenção arqueológica decorreu entre os meses de novembro 2019 a julho de 2020, com um interregno entre 13 março a 18 de maio de 2020, devido ao confinamento provocado pela pandemia COVID 19. A responsabilidade científica dos trabalhos foi nossa e teve a colaboração, no âmbito de um estágio profissional do I.E.F.P, da Dr^a Diana Margarido, então aluna do curso de mestrado em arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os dados e materiais resultantes da intervenção arqueológica encontram-se em depósito na Reserva de Arqueologia da Câmara Municipal da Maia.

3. Enquadramento histórico arqueológico do Monte de Santo Ovídeo.

No ano de 868 o rei Afonso III das Astúrias delega em Vimara Peres a presúria da cidade de Portucale dando início a um processo de reorganização política, militar, eclesiástica e de repovoamento da região. O clima de instabilidade militar ocorrida na orla litoral da diocese do Porto, entre os finais do século X e o XI, provocada pelas razias muçulmanas e pelas incursões normandas, fomentou a construção de estruturas militares defensivas edificadas em lugares estratégicos na proximidade da

costa, relacionados com mosteiros, aglomerados populacionais e itinerários viários¹. Estas estruturas de defesa, com uma arquitetura de recurso, privilegiavam locais com uma topografia acidentada complementada com a edificação de paliçadas, taludes, estruturas murárias frustes e neste caso com a escavação de um fosso. Os *castros* ou *mons*, assim citados na documentação, permitiam dotar a população que habitava na sua proximidade, ou com eles relacionados, de um espaço de reduto defensivo, que seria ocupado, e sempre que necessário reativado, em momentos de instabilidade militar. O Castro de Avioso, atual Monte de Santo Ovídeo, corresponde a uma estrutura militar defensiva inserida neste contexto histórico designado por *incastelamento*².

A referência documental mais antiga à região de Avioso, não ao castro, é do ano de 1014 (PMH, DC 224), momento em que o rio Avioso (*arrugio avenos*) é utilizado como referência territorial para um acistério localizado na atual freguesia de Vermoim, Maia. A única referência direta a uma figura histórica à região de *Avenoso* (Avioso) reporta o ano de 1038, momento em que foi assassinado Gonçalo Trastemires, infanção da família dos senhores da Maia³. As referências documentais avulsas ao Castro de Avioso são provenientes do cartório do Mosteiro de São Salvador de Moreira (PMH, DC 323; 363; 364; 452; 454; 456; 465; 466; 467; 475; 507; 532; 829) e encontram-se balizadas entre o ano de 1043 e de 1096.

Estes treze diplomas tem como assunto o registo de processos de doação ou compra propriedades onde o Castro é apenas citado como enquadramento geográfico dos bens transacionados.

PMH, DC	Ano	Expressão
323	1043	<i>et kastro cibidas abenoso</i>
363	1048	<i>suptus castron abenoso</i>
364	1048	<i>alfe montis abenoso</i>
452	1067	<i>suptus kastro auenoso</i>
454	1067	<i>suptus kastro auenoso</i>
456	1067	<i>suptus kastro auenoso</i>
465	1068	<i>suptus kastro auenoso</i>
466	1068	<i>suptus kastro auenoso</i>
467	1068	<i>villa avenoso subtus kastro avenoso</i>
475	1069	<i>suptus kastro auenoso</i>
507	1073	<i>villa avenoso subtus kastro avenoso</i>
532	1076	<i>subtus castro auenoso</i>
829	1096	<i>subtus castro auenoso</i>

Tabela 1 – Expressões utilizadas para descrever o castro/castelo de Avioso nos diplomas do século XI.

1 Barroca, Mário Jorge, “Prope litore maris: O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII)”. *Um poder entre poderes nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*: coord. Luís Carlos Amaral, 2017.

2 Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho. Das Origens a 1220*. Porto, 1978, p.24.

3 Ibidem. p. 34

O silêncio da documentação após 1096 indica a perda da sua função administrativa e militar em detrimento da crescente importância como cabeça da Terra da Maia do Castro da Maia (*castro amagia*)⁴, atual Monte Castelo, localizado no lugar da Maia, freguesia de Águas Santas, referido na documentação entre 1045 (PMH, DC 339) e 1115⁵.

A tradição oral da função militar do Castro de Avioso continuava ativa em 1418 conforme a referência ao *cassal do castello daveoso* presente na escritura de aforamento do Préstimo de Avioso por Gil Vasques da Cunha, Donatário do Reguengo da Maia a Álvaro Enes de Madureira seu Escudeiro e Vassalo do Rei⁶.

Nas Memória Paroquias de 1758, memória da freguesia de São Mamede do Coronado, o lugar do Castelo de Avenoso é designado de Castelejo ou Castêlo.

Por último, e num contexto de enquadramento arqueológico, aludimos à existência de dois sarcófagos monolíticos em granito e a uma tampa em estola situados no adro da Igreja Paroquial de Santa Maria de Avioso, localizada a 350 metros do Castro de Avioso, Monte de Santo Ovídeo [Figura 6].

As características formais destes arcazes permitem avançar uma cronologia entre os séculos X e XI⁷ [Figura 3 e 4]. A tampa em estola, com a utilização atual de mesa,



Figura 3 e 4 - Sarcófagos monolíticos do adro da Igreja Paroquial de Santa Maria de Avioso

4 A designação a esta fortificação como Castelo da Maia, *Castello Madiae* ou *Castellum de Madia*, surge no século XIII.

5 Barroca, Mário Jorge, “Prope litora maris: O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII)”. *Um poder entre poderes nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*: coord. Luís Carlos Amaral, 2017, p 197-198.

6 Freitas, Eugénio Cunha, “O préstimo de Avioso na terra da Maia”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol.4, nº2-3, 1941., p.210-223

7 Bencatel, Diana Ornellas, “Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol 12, nº 12, 2009. p. 209-238

encontra-se em posição invertida, apresenta uma nervura central e, na extremidade visível, dois braços divergentes, o que a enquadra numa cronologia balizada entre os séculos IX e XI/XII⁸ [Figura 5].



Figura 5 - Tampa em estola do adro da Igreja paroquial de Santa Maria de Avioso

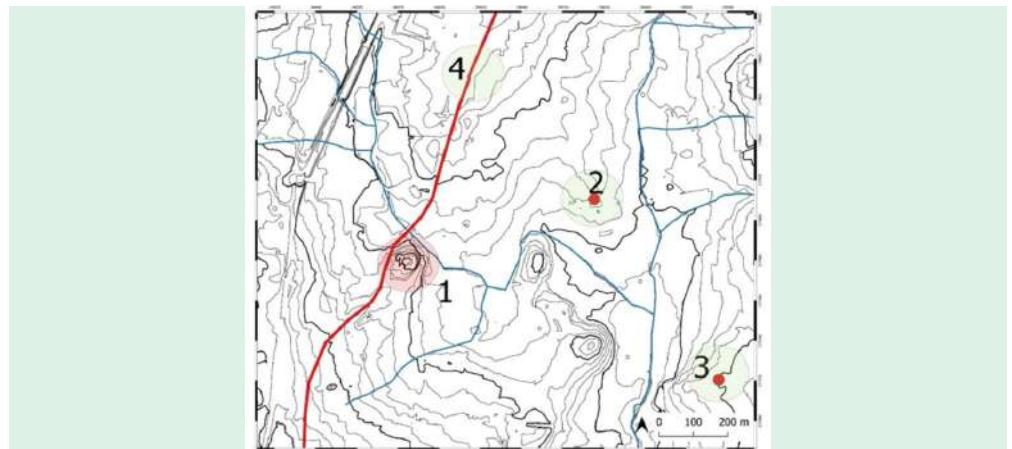


Figura 6 - 1 Castro de Avioso (Monte de Santo Ovídeo); 2 Sepulturas monolíticas do adro da Igreja de Santa Maria de Avioso. 3; Sepultura monolítica de Gondim; 4 itinerário provável da estrada romana Bracara-Cale.

4. Intervenção arqueológica realizada em 2014.

No ano de 2014, após a derrocada do muro de suporte do talude do Monte de Santo Ovídeo junto ao entroncamento da rua João Maia com a Praça 5 de Outubro, ficou

⁸ Barroca, Mário Jorge, “Sepulturas escavadas na rocha do Norte de Portugal e do Vale do Douro: primeiros resultados do projecto SER-NPVD”. *Arqueologia em Portugal 2020 - estado da questão*. Lisboa, 2020., 1601-1617.

visível um corte com cerca de 3.30 metros de altura, calculado com base na cota rua João Maia e a plataforma do jardim do Monte de Santo Ovídeo [Figura 10]. Após a avaliação da sustentabilidade do corte e a não afetação dos sedimentos pela reconstrução do novo muro de suporte não foi preconizada uma avaliação arqueológica de escavação. Foi então realizado a limpeza do corte, o registo fotográfico, o desenho à escala 1:20 e o revestimento com malha geotêxtil.

O registo permitiu a identificação de diversos níveis de aterro e três estruturas em negativo, duas do tipo fossa, uma de forme ovoide e outra retangular, e uma estrutura indeterminada. Durante a limpeza do corte foram recolhidos materiais cerâmicos de uso quotidiano e algumas telhas do tipo canudo. Materiais que, pelas suas características formais e de pasta, dever-se-ão enquadrar-se em época moderna.

A leitura do corte permitiu revelar que a plataforma do Monte de Santo Ovídeo neste local foi nivelada através de aterros sucessivos colocados sob uma camada de sedimentos humosos, com cerca de meio metro de altura, e no qual foram abertas as estruturas em negativo. Ou seja, nesta zona a topografia pristina do outeiro foi muito alterada, no sentido de a regularizar, encerrando a hipótese de formalização de uma relação direta da topografia atual com aquela que esteve na escolha do lugar para fortificação.



Figura 7 - Corte na rua João Maia



Figura 8 - Corte na Praça 5 de Outubro.

5. Intervenção arqueológica realizada em 2019.

Conforme o referido, a intervenção arqueológica teve como primeiro objeto o acompanhamento da obra de requalificação do pavimento, substituição de guias limitadoras dos espaços ajardinados e colocação de infraestruturas para alimentação de iluminação pública.

Empreitada que, devido ao aproveitamento das camadas de assentamento do pavimento existente e à pouca profundidade das valas abertas para os cabos elétricos e instalação

da iluminação, não teve qualquer impacto patrimonial, com exclusão da zona em que foi necessária a regularização do solo para redesenho de uma curva em cotovelo existente na plataforma voltada a norte.



Figura 9 - Camada de assentamento do pavimento

Nesta zona, entretanto, sinalizada como de sensibilidade arqueológica elevada, devido à existência de dois afloramentos graníticos, a remoção mecânica dos níveis superficiais permitiu identificação de uma estrutura em negativo com um enchimento, de cor preta, associado a diversos fragmentos de telhas canudo.

No sentido de minimizar o impacto arqueológico foi alterado o traçado da curva com o objetivo de salvaguarda.

5.1. A escavação arqueológica.

A área de escavação arqueológica, com 24 metros quadrados, foi dividida em seis quadrículas com 2x2 metros, à qual foi atribuído um código sequencial alfanumérico iniciado em A no sentido Norte-Sul, e final em C, o eixo longitudinal segue uma sequência numérica 1 e 2 com a orientação Este-Oeste.

Após a remoção dos níveis superficiais foram identificadas duas estruturas em negativo abertas na arena granítica, uma do tipo fosso, designada de estrutura 1, e outra indeterminada.

A estrutura 1, integrada nas quadrículas B1, B2 e C1 C2, apresenta 4 metros de comprimento com uma largura que varia entre os 4 e 1,70 metros por 1,30 metros de profundidade máxima. A orientação é norte-sul, a morfologia é de U aberto a este.

A escavação da estrutura 1 revelou uma coerência entre o processo de sedimentação, registados nos diversos planos intermédios, que se refletem na leitura do corte

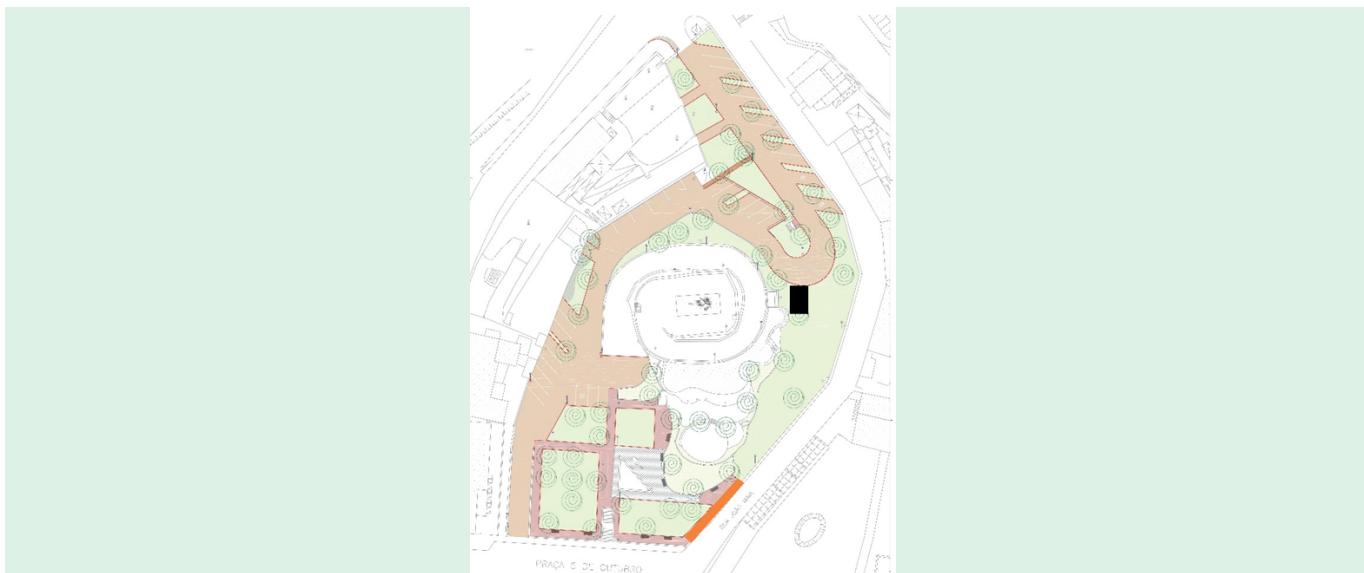


Figura 10 - Localização da intervenção de 2014 assinalada a laranja e a de 2019 a preto

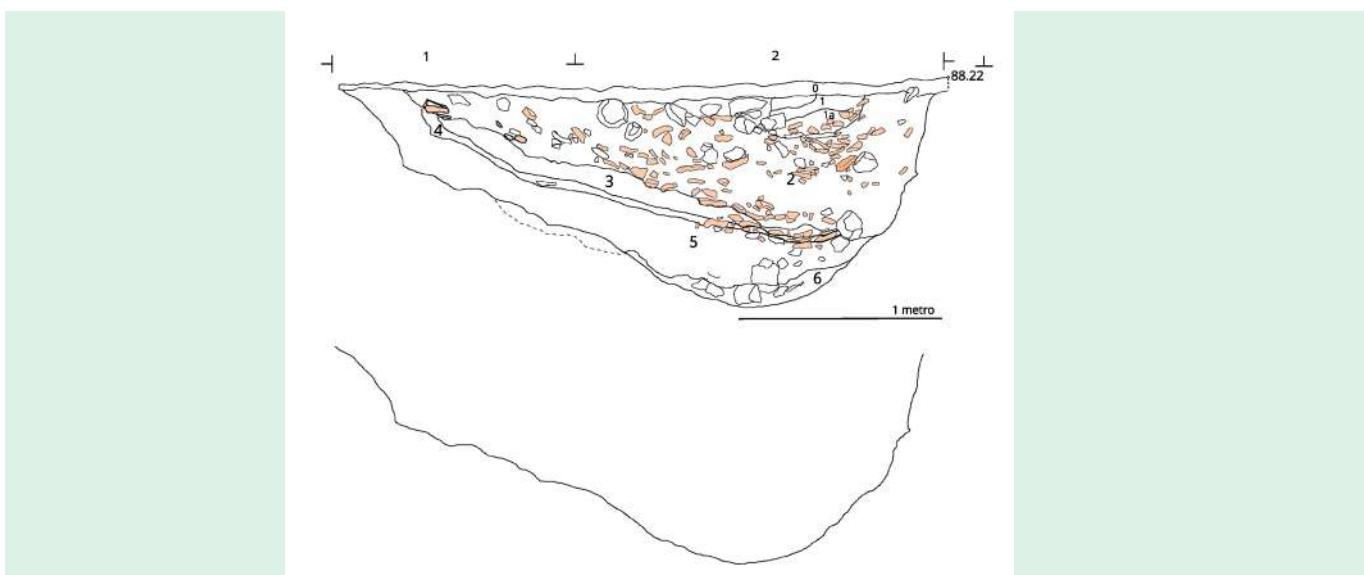


Figura 11 - Corte estratigráfico sul e perfil



Figura 12 - Corte estratigráfico sul

estratigráfico realizado na extremidade sul. O enchimento desta estrutura permitiu identificar 6 unidades estratigráficas.

- Unidade Estratigráfica 0, camada superficial com fraca expressividade.
- Unidade estratigráfica 1 e 1, estrutura em negativo do tipo covacho de pequenas dimensões aberta na U.E. 2, apenas identificados em corte.
- Unidade estratigráfica 2, sedimentos pretos, homogéneos, limosos, compactos com presença de carvões estruturados e com a inclusão de blocos graníticos de forma irregular.
- Unidade estratigráfica 3, sedimentos cinzentos, homogéneos, areno limosos com pouca compacidade com a presença na base de alguns blocos graníticos e telhas. Apenas identificada em corte.
- Unidade estratigráfica 4, sedimentos castanhos, arenosos, compactos, com a presença de telhas na base.
- Unidade estratigráfica 5, sedimentos cinzentos arenosos, homogéneos, muito compactos.
- Unidade estratigráfica 6, sedimentos pretos, com pouca compacidade, com estruturas vegetais carbonizadas e estruturadas e diversos blocos graníticos, não aparelhados, com vestígios de ação do fogo.

A leitura estratigráfica do corte poderá avançar com a hipótese que o fosso teve pelo menos cinco momentos.

O primeiro momento corresponde à abertura do fosso e à formação da U.E.6.

O segundo corresponde ao um momento em que o fosso é reaberto, cortando parte da U.E.6, permanece aberto sendo colmatado com o depósito de sedimentos e materiais que se encontravam no exterior identificados como U.E.5.

O terceiro corresponde a uma reutilização do espaço, não na sua profundidade máxima, que corta os depósitos da U.E.5, dando origem à U.E.4, de coloração mais escura que a U.E.5 mas com sedimentos arenosos, compactos.

O quarto poderá corresponder a uma nova reabertura, que corta a U.E.4, originando a U.E.3 num processo de sedimentação idêntico aquele que formou a U.E.5.

O quinto refere-se à última fase de utilização, o processo de reabertura corta os sedimentos da U.E.3. dando origem a um novo fosso menos profundo e que o original.



Figura 13 - Plano inicial

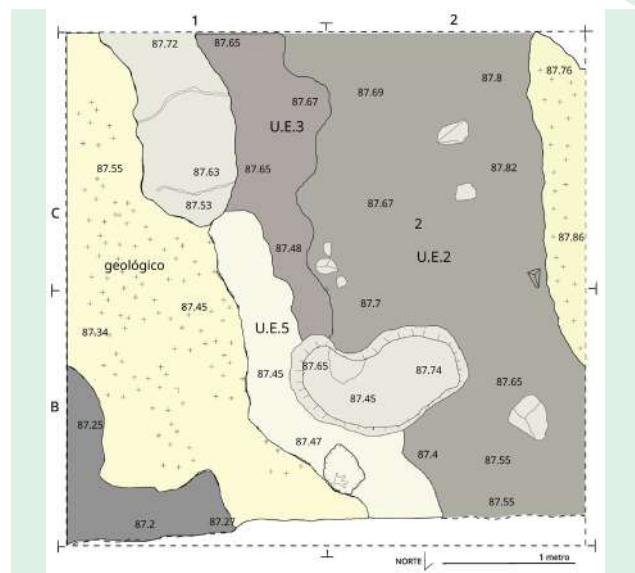


Figura 14 - Desenho plano inicial



Figura 15 - Unidade Estratigráfica 2

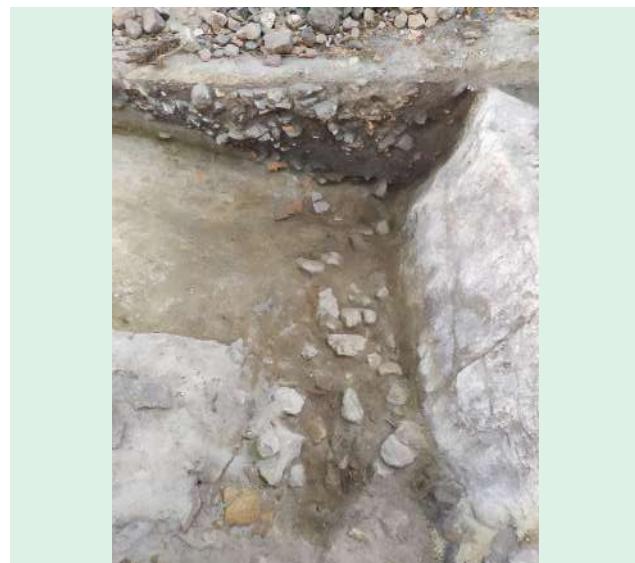


Figura 16 - Unidade Estratigráfica 5



Figura 17 - Unidade Estratigráfica 6



Figura 18 - Bloco granítico tombado sob o fosso

5.2. Materiais

Os materiais cerâmicos provenientes do fosso não apresentam variações formais e de decoração nas diversas unidades estratigráficas. As formas fechadas predominam e correspondem a panelas e potes. A decoração incisa organiza-se em linhas paralelas e onduladas em alguns casos em associação. A decoração com cordões com impressões digitadas resulta de adições plásticas e localiza-se na zona do bojo, com uma organização horizontal.

Os exemplares com decoração punctionadas surgem associados a decorações incisas. Os poucos exemplares de assas são de seção em fita e sem decoração. Os fundos são planos e simples, não foram identificados fundos em disco. No fabrico foram utilizadas na maioria dos casos cozeduras redutoras, havendo, contudo, alguns materiais com cozedura oxidante. Foram ainda identificados em alguns exemplares



Figura 19 e 20 - Materiais cerâmicos: decoração plástica, incisa ondulada e punctionada, fragmento de bordo e colo de pote.



Figura 21 - Materiais cerâmicos: decoração plástica, incisa ondulada e punctionada, fragmento de bordo e colo de pote.

cerâmicos vestígios de fuligem tanto no interior como no exterior, assim como de resíduos orgânicos.

A análise formal dos fragmentos cerâmicos, a observação macroscópica das pastas e os tipos de cozedura enquadram, nesta fase, os dados da intervenção arqueológica numa cronologia situada entre os séculos XI e XIII⁹.

Não foram identificados numismas, o único vestígio metálico corresponde a um fragmento de ferro de forma indeterminada, muito oxidado, proveniente da U.E 2.

Os materiais de construção resumem-se a telhas do tipo canudo com um ângulo de curvatura variável. As cozeduras são na maioria oxidantes, contudo, em alguns casos, devido ao tipo de argila utilizada são de cor branca. Alguns destes materiais encontram-se decorados com a digitação de linhas onduladas.

6. Considerações finais.

Os trabalhos arqueológicos realizados no Monte de Santo Ovídeo permitiram identificar uma ocupação de época medieval. A estrutura 1, alvo deste texto de análise preliminar, poderá corresponder a um fosso associado à fortificação citada na documentação como Castro de Avioso.

A alteração da topografia original do outeiro no sentido de o nivelar, a construção do muro de contenção no batólito granítico e da rampa de acesso ao topo, onde se localiza a capela de Santo Ovídeo, modificaram de forma significativa a morfologia do terreno.

A localização do fosso, próxima do batólito granítico, indica que nele estaria construída a estrutura central da fortificação e que poderia ser circundada por uma linha de defesa [*Figura 10*].

A estratigrafia e os materiais revelam que o fosso foi sujeito a diversas reutilizações em diferentes momentos com uma cronologia entre os séculos XI e XIII, dado que permite estabelecer uma correspondência direta entre os dados arqueológicos e a documentação.

A identificação de níveis de incêndio na U.E.6, com presença na base de ecofatos e blocos graníticos calcinados revelam que o fosso foi queimado, provavelmente num momento de instabilidade militar, e que poderia estar complementado com vegetação para dificultar a sua transposição [*Figura 17*].

⁹ António M. S. P; RIBEIRO, Manuel C. S., "Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica", *Portugalia*, Vol. XXVII XXVIII, Porto, 2006/07, p. 69-88

Na U.E.2, a presença de carvões estruturados e de blocos graníticos revelam um novo momento de instabilidade que terá colmatado o abandono do local. A presença de um número significativo de telhas nos sedimentos da U.E.2, muitas delas não fragmentadas e estruturadas horizontalmente, revelam a presença de um espaço coberto sob o fosso ou na sua imediação *[Figura 15]*.

Alicerçados na identificação no plano inicial das U.E. 5 e 3 no limite esta estrutura e a horizontalidade da arena granítica no limite oeste, ponderamos a hipótese que a morfologia inicial terá sido cortada nas ações de nivelamento da plataforma ou por processos de erosão *[Figura 13 e 14]*.

O Monte de Santo Ovídeo é um sítio histórico que remonta à consolidação da nacionalidade aos primórdios da história da Maia revelado pelas intervenções arqueológicas realizada em 2014 e 2020.

A sua proteção, valorização e divulgação é uma hoje uma tarefa da responsabilidade de todos nós.

Gueimaia

7 de abril de 1970

Manuel Tonel Marques

Se há datas que marcam de alguma maneira a evolução duma comunidade, seja ela local, regional ou até nacional, o dia 7 de Abril de 1970, marca formalmente em Gueifães a constituição da Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Gueimaia, Lda *[Figura 1]*.

Esta Sociedade nasce por vontade de um grupo promotor, que a si agregou um total de 28 Gueifanenses que se uniram para adquirir a Quinta Santos Lessa, cuja família proprietária, estava em negociações com uma firma de capitais Espanhóis (Matesa), firma que era possuidora de patente dum tear revolucionário há época, que se propunha fabricá-lo em Portugal e por isso pretendia para expansão da sua actividade dum espaço onde pudesse construir instalações próprias.

A Quinta da família Santos Lessa, era uma das maiores Casas Agrícolas da Maia, mas tendo falecido a Sr^a D^a Emilia Ferreira Pinto bem como seus filhos; Manuel dos Santos Lessa e António dos Santos Lessa¹ *[Figura 2 e 3]* e atendendo a que os herdeiros destes, não se dedicavam à agricultura, e em face dessa hipótese de negócio propunham-se aliená-la.

Se tal negócio se concretizasse, por certo que aqui iria nascer uma unidade Industrial em pleno coração de Gueifães, o que num futuro limitaria o desenvolvimento harmonioso dessa zona, envolvente à Igreja Paroquial e ao centro cívico se tal se concretizasse.

Para evitar que tal acontecesse um grupo liderado pelo Comendador Carlos Ferreira da Silva, associado a outros vinte e sete Gueifanenses, imbuídos de forte sentimento bairrista propõe-se constituir a Sociedade GUEIMAIA com o objectivo primeiro de adquirir a Quinta e evitar a eventual construção duma Indústria no local *[Figura 4 e 5]*.

Mas era necessário para que tal se concretizasse, convencer o Grupo Espanhol a desistir do pretenso negócio, sendo constituída para esse efeito uma comissão da qual fazia parte entre outros, o Sr. Domingos Vieira Neves da Cruz, proprietário das instalações à altura, ocupadas pelo grupo Espanhol.

1 Manuel Santos Lessa era filho de António dos Santos Lessa e de Emilia Ferreira Pinto. Foi casado com Dulce dos Anjos Novais Queirós, com quem teve cinco filhos; António, Manuel, José, Maria Emilia e Mário Augusto. Da sua ascendência Paterna foi sobrinho-neto do Dr. António dos Santos Lessa, licenciado em Direito e posteriormente ordenado presbítero, tendo sido pároco de Leça do Balio, aqui recebia o seu amigo, colega de curso e escritor Arnaldo Gama, quem este lhe dedica a sua obra "O Balio de Leça".

Do lado materno foi sobrinho-neto de Joaquim Carlos da Silva (Visconde de Gueifães) e sobrinho de António Ferreira Pinto, editor e proprietário do Jornal Voz da Maia, jornal que teve grande relevância na época.

Foi fundador do Sindicato Agrícola da Maia e em representação dessa associação foi um dos três subscritores que adquiriram um terreno com a área de 492,75 m² a Carlos Frederick Chambers destinado à construção da Sede do Sindicato. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães-Maia entre 1936 e 1944.

Quando da transformação do Sindicato Agrícola da Maia em Grémio da Lavoura, ocupou o lugar de Vice-Presidente na direcção cujo presidente foi Augusto Simões Ferreira da Silva, grande defensor da lavoura da Maia e do Norte de Portugal. Ocupou entre 1948 e 1964 a presidência do Grémio da Lavoura até à sua morte em 12 de Outubro de 1964.

Sociedad para establecer
o seu universo da "sociedad
de Experiencia" é o Instituto
histórico Potosino, de
radio é de Alcalá de Mijas, un escritor
y teórico, que elabóra de forma e no
permite laotearlo. Alcalá, un teórico
que escribe sobre la cultura, la filosofía
y la ciencia, con propósitos como entre
otros:

- 1. Poderoso. Adelante seguire Vico
y Avila, escribe, nació en la Iglesia
de la Encarnación, es concejal de Madrid +
reside en la lugar de Alcalá
2. Es teórico, es filósofo, es
un teórico, es concejal, + no desiste de
escribir, no desiste de propagar
el libro, cum laus divinitatis
3. Escribir + tener de libro
- Segundo: Alcalá tiene de
Vico, escribe, nació en la Iglesia
de la Encarnación, + reside en
Alcalá de Henares, que es, no es
nada, nacido en la Iglesia, + no desiste
de escribir, no desiste de concejal



Figura 1 - Escritura da Gueimaia



Figura 3 - Manuel Santos Lessa



Figura 4 - Os investidores e a planta do projeto de urbanização



Figura 5 - Doutor Vieira de Carvalho a apreciar o projeto da Gueimaia

Obtida a concordância da Empresa Espanhola, constitui-se a Gueimaia, é adquirida a Quinta Santos Lessa e o velho sonho das gentes de Gueifães estava perto de poder ser concretizado “a construção de uma Nova Igreja “.

Nos inícios de 1910 tinha sido iniciada a construção de uma nova Igreja, interrompida pela Revolução de 5 de Outubro do mesmo ano, tendo os bens da mesma passado para a posse do Estado, mantendo-se bem vivo o desejo da sua construção, sem contudo ter sido possível avançar mais cedo por diversas circunstâncias.

Para os promotores dessa sociedade haviam três condições essenciais; a primeira era destinar parte do terreno a urbanizar para construir uma Nova Igreja, a segunda que o número de sócios fosse o mais abrangente e agregador possível, para que a construção de uma nova Igreja fosse um desígnio coletivo, a terceira era que uma percentagem a obter em lucros fosse destinada a essa construção.

Independente do empenho que todos os sócios puseram nesse empreendimento, é também de realçar o entusiasmo e apoio recebido pelo novo Presidente da Câmara Municipal Dr. José Vieira de Carvalho, demonstrado nas diversas deslocações para apreciação do projecto e acompanhamento das obras.

A 7 de julho de 1971, o Dr. Vieira de Carvalho atribuiu o alvará para a urbanização dos terrenos onde se encontra a Igreja Nova de Gueifães *[Figura 6]*.

Em meados de 1972, lançou a ideia de no futuro, prolongar a que viria a ser denominada Av. Germano Vieira desde a Rua Manuel Ferreira Pinto até Santana, tendo esta sua ideia sido concretizada nos anos 80 do séc. XX, num dos mandatos para que foi eleito para presidir á Câmara Municipal *[Figura 7, 8, 9 e 10]*.

O capital social foi concretizado pelos sócios conforme as suas disponibilidades, com quotas diferentes, tendo-se também representado na sociedade os membros da família Santos Lessa.

O Pe. António Soares Monteiro, também participou com uma quota simbólica por exigência dos promotores, e por consenso de todos os sócios foi nomeado para gerente da Sociedade para esse modo reforçar o espírito que motivou a criação da Sociedade e a concretização da construção da Nova Igreja *[Figura 11]*.

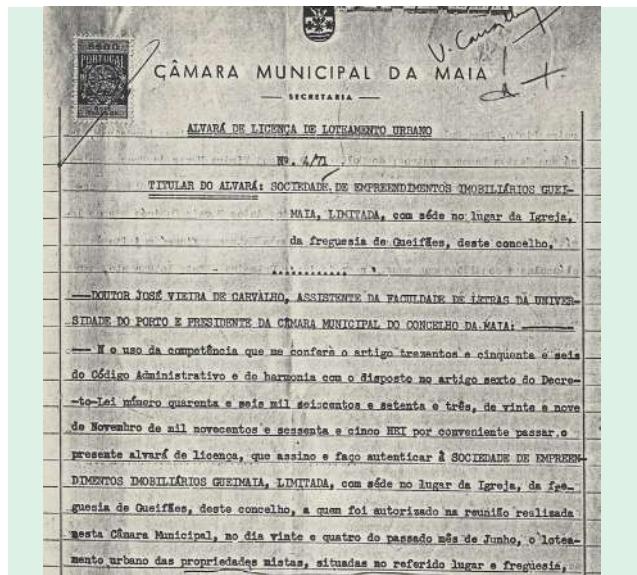


Figura 6 - Alvará de Licença de Loteamento

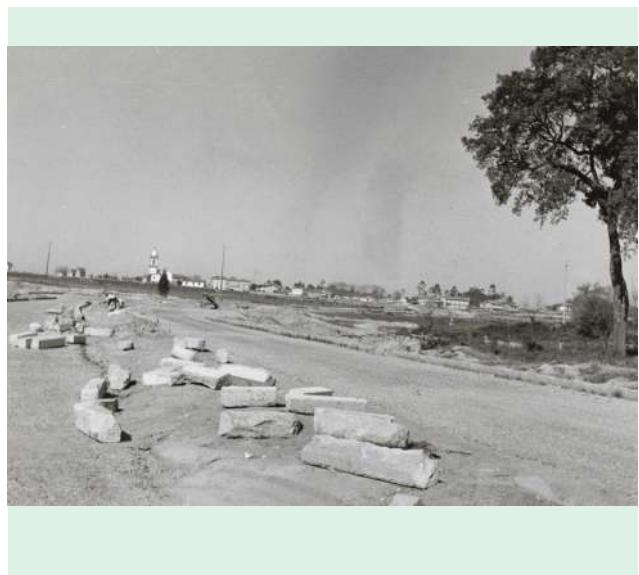


Figura 7 - Pormenor do arranque das obras



Figura 8 - Pormenor do arranque das obras



Figura 9 - Vista da Torre Sineira da Igreja velha de Gueifães

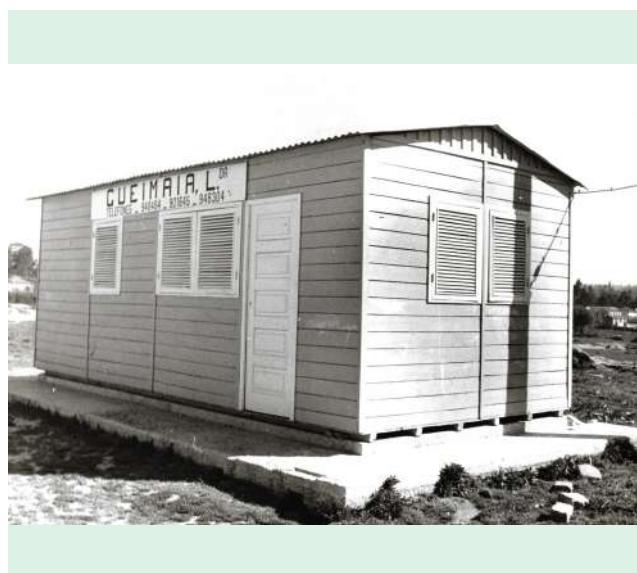


Figura 10 - Stand da Gueimaia

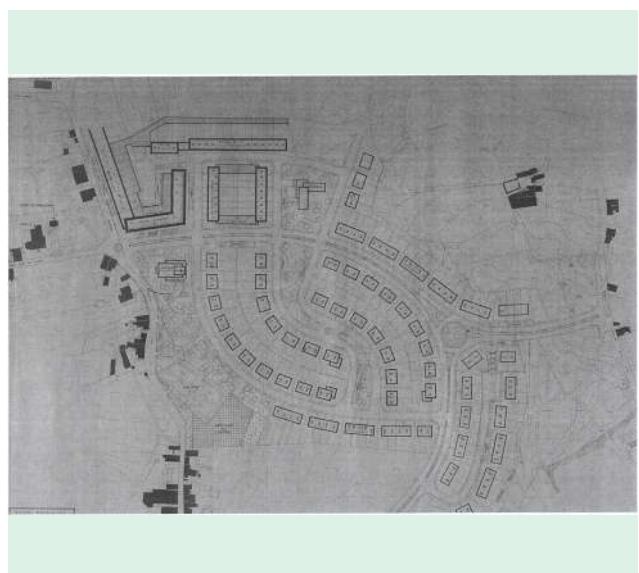


Figura 11 - O projeto

Sócios por ordem de subscritores da escritura notarial;

Adriano Augusto Vieira das Neves

Carlos Ferreira da Silva

Eduardo Pereira da Silva

Alberto Fernando Cardia Caldas

Joaquim Ribeiro Melo Caldas

Joaquim Rocha da Silva Vicente

José Maria de Carvalho Ramos

José Dias Ferreira

Manuel Espírito Santo Silva Maia

Mário Maia Araújo

Manuel Casal dos Santos Leite

Fernando António Ferreira Brás da Cunha

Manuel Ferreira Vilarinho

Virgílio de Sousa Marques

José Pereira da Silva

António Morais dos Santos Lessa

Maria Augusta Morais Santos Lessa Alves Ferreira

Maria do Carmo Morais Lessa Sousa Ferreira

Maria Emilia Queirós Santos Lessa Pereira

José Queirós dos Santos Lessa

Raul José Rodrigues Guerra

Avelino Augusto Pinto

Manuel Joaquim de Sousa Maia

José Joaquim de Sousa Maia

Agostinho Joaquim de Sousa Maia

Pe. António Soares Monteiro

José Martins Ferreira

Manuel Carlos Queirós dos Santos Lessa

Nomeados Gerentes

Pe. António Soares Monteiro

Carlos Ferreira da Silva

Eduardo Pereira da Silva

José Dias Ferreira

José Maria de Carvalho Ramos

Substitutos

Adriano Augusto Vieira Neves

Manuel Carlos Queirós dos Santos Lessa

Manuel Joaquim de Sousa Maia

Fernando António Ferreira Brás da Cunha

Manuel Casal dos Santos Leite

Conselho Fiscal

Avelino Augusto Pinto

José Pereira da Silva

José Joaquim de Sousa Maia

Portugal-Brasil, laços que não se quebram

a ligação de uma brasileira a Folgosa

Regina Paiva Ramos

Licenciada em Jornalismo. Jornalista, editora e autora de diversos livros no Brasil

Portugal e Brasil andarão sempre de mãos dadas. A nossa história cruza-se desde há mais de cinco séculos. Como tal, decidimos avançar para a publicação dos textos da “brasileira” Regina Paiva Ramos.

Qual é a ligação com a Maia? Passamos a explicar quem é.

Regina Helena de Paiva Ramos é formada pela 4^a turma da Faculdade de Jornalismo “Cásper Líbero”. É jornalista profissional activa desde 1953.

Começou a vida profissional no jornal “O Tempo” em 1953. Passou para “A Gazeta” em 1954. Trabalhou nas revistas “Casa e Jardim”, “Manchete”, “Fatos e Fotos”, “Jóia” e nas revistas técnicas “Construção em São Paulo” e “Construção no Rio de Janeiro”. Esteve ainda nos jornais “Folha da Tarde”, “Diário Popular”, “Correio da Manhã” (sucursal em São Paulo). Foi editora do jornal “O São Paulo”, da Cúria Metropolitana de São Paulo na década de 70, trabalhando com D. Paulo Evaristo Arns. Trabalhou nas tvs Excelsior e Bandeirantes. Nesta última ficou dez anos. Aposentou-se como editora de “País” da Revista Visão, onde ficou onze anos. Colaborou na extinta revista “Problemas Brasileiros”, da Associação Comercial do Estado de São Paulo.

É autora dos livros de contos “Isso é Definitivo?” (Melhoramentos 1979); “Como viver só” (Melhoramentos, 1981); “Culinária Paulista” (Melhoramentos, 1996 – 4 edições); “Culinária Mineira” (Melhoramentos, 1996); “As Duas Noras” (Musa Editora – 2000); “Mata Atlântica. Vinte Razões para Amá-la” (Musa Editora, 2005). “Cidadania Pede Passagem – A História das sociedades de amigos da Costa Sul de São Sebastião” (Callis Editora, 2004) “Mulheres Jornalistas – a Grande Invasão” (Imprensa Oficial, 2010). No prelo estará mais uma publicação, o romance “Vento Endiabrado”, que terá edição pela Editora Almedina.

Em 1956, com o artigo “Camões, esse desconhecido”, publicado em A Gazeta, recebeu o “Prêmio Infante dom Henrique”, instituído pela Casa de Portugal destinado ao melhor artigo sobre Camões publicado na imprensa brasileira [*Figura 1*].

Foi vencedora do concurso “Mulheres Entre Linhas” em 1986 da Secretaria de Estado da Cultura, vencedora em 1989 do Prêmio Mercedes Benz de Imprensa com a reportagem “Respirar é Preciso”, (Revista Visão) considerada a melhor publicada na imprensa brasileira durante o ano, dentro do tema “O controle da poluição veicular como fator de proteção ambiental e de segurança”.

Nona colocada no Concurso Unibanco de Literatura (1978) Crítica de Antônio Houaiss para o livro “Isso é Definitivo?”: “Você é uma das contistas de primeira plana no Brasil de hoje”.

Autora da peça “E agora, o que eu faço com o pernil?” montada por Rosamaria Murtinho e Cláudio Cavalcanti, conhecidos actores de novelas, de setembro de 2004

a dezembro de 2007. A peça conta a história de um casal idoso que briga constantemente. Ele morre na véspera do Domingo de Páscoa e ela acha que ele morreu para atrapalhar o almoço de Páscoa que ela estava providenciando. Ela até já tinha assado o pernil...

Continua a deliciar-nos com os seus textos aqui:
escrevinhacoedaregina.wordpress.com

Ao procurarmos dados sobre o seu tio, o Dr. Domingos Ramos Paiva, da freguesia de Folgosa, chegamos à mercearia de Elisabete Castro, que nos falou sobre a prima Regina, a «jornalista».

Uma pesquisa pelo seu nome no Dr. Google e passados poucos dias já estávamos em contacto com Regina, residente em S. Paulo, uma jovem de quase 92 anos, que melhor que ninguém, nos descreveu o seu tio.

Colocou-se uma pergunta: - Porque é que o seu nome é Paiva Ramos e não Ramos Paiva?

Regina responde que o “*meu avô, Manoel Ramos Paiva queria dar ao meu pai o mesmo nome dele e achou que Manoel Ramos Paiva Filho ia ficar muito longo... (rss) Aí resolveu inverter o nome: meu pai ficou sendo Manoel de Paiva Ramos e os irmãos Ramos Paiva....*”

“*O tio Domingos... Nunca deixo de ir visitá-lo no cemitério de Folgosa quando lá vou. Foi importante na minha vida, foi quem me introduziu na literatura portuguesa e me ensinou o prazer da leitura*”.

Através destes textos vamos conhecer o homem, o brasileiro, o folgosense, sempre imbuído de um enorme espírito de amor à sua terra e aos seus.

Como foi bom pesquisar sobre o Tio Domingos e encontrar a sobrinha jornalista que chegou a entrevistar o astronauta russo Yuri Gagarin - o primeiro ser humano a viajar pelo espaço; a americana Helen Keller; actrizes como Hebe Camargo, Cacilda Becker e Eva Wilma ou o “nosso” General Humberto Delgado.

Apresentamos quatro textos: “Um oceano não chega para nos separar”, “Portugal outra vez. Portugal, sempre”, “Meu tio Domingos” e “A noiva do meu avô”.

Deviam existir mais Reginas dos dois lados do oceano. E em todo o mundo.

UM OCEANO NÃO CHEGA PARA NOS SEPARAR

Sou muito suspeita para falar da importância das relações Brasil e Portugal. Como posso falar a sério disso se, na minha primeira viagem à Europa cai na choradeira quando a aeromoça informou que estávamos sobrevoando a fronteira entre Espanha e Portugal? Eu vinha de Madrid e era meu primeiro encontro com a terra dos meus avós.

Sei lá o que senti! Encostei a testa na janelinha para ninguém ver as lágrimas correndo como cachoeira. Eu estava voltando. Meu sangue estava voltando! Raramente me emocionei tanto em toda a minha vida.

E aí tenho que falar do relacionamento Brasil e Portugal? Difícil. Mas tentarei.

Fomos colônia, falamos a mesma língua – o sotaque não interessa! – e temos uma relação de emoção e carinho com a terra de nossos maiores. Foi um português que nos deu a independência: D. Pedro I, com seus defeitos e suas qualidades, seus ímpetos e suas paixões, nasceu português e virou brasileiro. Foi aqui que amou, pintou e bordou e também governou. E proclamou a nossa independência, seja do jeito como conta a história oficial, seja do jeito como conta a história paralela. Não importa. Era português e resolveu fundar um outro país. Nascemos disso.

Uma relação entre os dois países, além de ser interessante para reforçar laços sentimentais e sociológicos claro que é boa também para a economia. Só que ainda pode melhorar. Os maravilhosos (e bota maravilhoso nisso!) vinhos do Douro, por exemplo, são desconhecidos no Brasil. Quanta coisa que Portugal tem e o Brasil desconhece. E quanta coisa que temos aqui e que vendemos a outros países e não vedemos a Portugal. Deveria ser muito mais fácil vender boi para Portugal do que para a Rússia. Não precisaríamos de intérprete.

É só um exemplo e como não entendo nada de economia posso até estar dizendo bobagem. Mas não faz sentido?

No que diz respeito à cultura, escritores portugueses são quase desconhecidos no Brasil. A fantástica Florbela Espanca – que conheço desde os meus 17 anos – ainda é quase anônima por aqui. Acho isso um absurdo! E quantos escritores brasileiros também não são conhecidos em Portugal? No que me diz respeito não tive essa honra. Adoraria ver um livro meu exposto numa livraria portuguesa e se isso acontecesse seria até capaz de pegar um avião e ir lá só para fotografar!

Acho que os laços entre os dois países têm que ser cada vez mais apertados. De minha parte, cultivo minhas raízes. Faço questão de conviver com a família de lá. E, recentemente, levei duas sobrinhas netas para conhecerem a família: não gostaria que esses laços se partissem quando eu não estiver mais aqui. Minhas sobrinhas darão continuidade a isso *[Figura 2]*.



Figura 1 - Na sede do Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, 1957.



Figura 2 - Regina, Magá Garcia Lemos, Beatriz Lemos.



Figura 3 - Amigos da chamada "turma do sereno".



Figura 4 - Recebido pelo Orfeão Universitário de Coimbra.



Figura 5 - No Mosteiro da Batalha, 1957.



Figura 6 - Figueira da Foz, 1957.

Gostaria muito que o relacionamento Brasil Portugal fosse cada vez mais estreito. Sei que ainda há muito por fazer e espero que seja feito. O Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Estado de São Paulo é importante por isso.

Antigamente havia uma entidade – a Tertúlia Acadêmica – à qual pertenciam meu pai e meus tios, que reunia portugueses e brasileiros que tinham estudado em Portugal. Foi a Tertúlia que trouxe ao Brasil *[Figura 3]*, pela primeira vez, o Teatro Universitário de Coimbra e depois o Orfeon Acadêmico de Coimbra *[Figura 4]*. Sucesso estrondoso! Fico feliz em saber que o Conselho da Comunidade Luso-Brasileira existe e trabalha pelo estreitamento das relações entre os dois países. A Tertúlia desapareceu, mas ‘outro valor mais alto se elevanta’.

Em tempo: meus avós nasceram em Folgoza da Maia, perto do Porto, onde ainda tenho família. Mas também tenho familiares em Famalicão, Mêsão Frio, Ovar, Carcavelos e Lisboa.

Texto originalmente publicado no Conselho da Comunidade Luso Brasileira do Estado de S .Paulo

PORTUGAL OUTRA VEZ. PORTUGAL, SEMPRE.

Lembro minha primeira vez lá, princípios de dezembro de 1957. Era uma menininha tomando banho de Europa – tinha estado na Suíça, na Áustria, na Itália, na França, na Espanha e deixara por último a terra dos meus avós, que eu tanto queria conhecer. Tinha feito tudo de trem. Mas a ansiedade para chegar a Portugal era tanta que de Madri peguei um avião.

Aviões, naqueles tempos distantes, voavam baixo. Baixo para os padrões de hoje. Dava para ir vendo terra, rios, lagos, montanhas.

A certo ponto do voo a aeromoça – nem se falava em comissária de bordo, as meninas se chamavam, mesmo, aeromoças – anunciou pelo alto falante que “estávamos sobrevoando a fronteira entre Espanha e Portugal”.

Olhei pela janelinha e vi lá em baixo uma terra iluminada pelo sol do meio dia, vi um rio, vi campos e pequenas cidades e comecei a chorar. O que era aquele choro? O que era aquela emoção? Até hoje não sei explicar direito. O que sei é que fiquei de testa grudada no vidro, tentando esconder do passageiro ao lado as lágrimas que escorriam como cachoeira *[Figura 5, 6 e 7]*.

Pensei, na hora: é o sangue de meus avós, dentro do meu, voltando. É meu sangue chorando, meu sangue fervendo de emoção. E chorava. E chorava.

Vi Lisboa do alto, passei de relance por uma arena e vi até os touros dentro dela. Um casario colorido de rosas e amarelos suaves, um jardim enorme, o rio muito largo – é

o Tejo! Na beira dele o Padrão dos Descobrimentos, que eu conhecia de cartões postais. O avião deslizou pela pista e desembarquei. Sol, muito sol alegrando meu dia! O policial que examinou meu passaporte me deu um sorriso amável e perguntou se eu tinha feito boa viagem. O taxista quis saber se eu tinha hotel reservado – eu não tinha, naquele tempo não era preciso reservar hotel em nenhum país europeu, a gente chegava e ia para um hotel e pronto! – e como eu não tinha, sugeriu um ao lado do Parque Eduardo VII, acho que esse um existe até hoje. Avenida? Talvez seja.

Eu estava feliz demais, emocionada demais; E faminta! Nem quis sair do hotel, fui para o restaurante e pedi um bacalhau e vinho verde.

– Conhece o nosso vinho verde? Perguntou o garçom meio espantado com aquela meninota brasileira que pedia vinho com tanta segurança.

– Claro que sim! E gosto!

Tomei a garrafa inteira e saí para passear ao sol de Lisboa. Fui ao Castelo de São Jorge. Vi a cidade lá de cima e chorei de novo.

No dia seguinte parti para o Porto. Ia ficar hospedada na casa de meus primos Lindoca e Augusto, em Folgosa da Maia, aldeia dos meus avós. Eles estariam à minha espera na estação de São Bento. O comboio passou resfolegante e lento pela ponte de ferro, vi a Ribeira lá em baixo, chorei de novo. Era linda. Conhecia muito aquela vista, dos cartões postais que recebia do meu tio Domingos. O trem entrou, barulhento de chiado e fumaça na estação de São Bento. Desci com duas malas e uma caixa com livros e quem resfolegava que nem comboio, agora, era eu. Ansiedade. Depois de cinco meses viajando queria muito ver meus primos. Cadê os dois? Na plataforma cheia de gente, nem sinal deles. Plataforma esvaziando e nada dos dois.

Então, uma voz desconhecida me aborda:

-Você é a Regina?

Primos que eu não conhecia – Martinho e Maria Adelina – sorrindo para mim e avisando que a Lindoca estava atrasada por causa de um desafio de futebol (um jogo de futebol, ora bolas!) que congestionara o trânsito de Folgosa ao Porto.

Chegaram logo, os dois que o trânsito atrasara e fomos para Folgosa, uma caravana de primos e primas, adultos e crianças, um frio danado gelando as mãos e o coração aquecido pelo carinho da família. Era dia de São Frutuoso e havia festa na aldeia. Lá nos fomos para a festa em volta da capelinha do santo. Nós e as crianças: Rosamaria, Luiz, Manoel, Margarida (a Mides, na foto ao lado comigo, nos aquecendo na lareira), Olinda e Fatinha. Fico conhecendo o Padre Guilherme, amigo do meu tio Domingos. Apresentam-me ao advogado Souza e Silva, morador de Vilar da Luz, ali perto, que se transformou em grande amigo. Surgem primos e primas de todos os

cantos da aldeia Mostram-me a casa da minha avó *[Figura 8]*. Ás tantas chega-se para mim uma senhorinha com certa idade: – Então é a menina Regina? (Naqueles tempos todas as moças solteiras, tivessem elas 15 ou 50 anos eram chamadas de “meninas”).

– Pois, menina, toquei os sinos da igreja quando a menina nasceu.

– ?

-Sim, menina. A senhora sua avó *[Figura 9]* chamou-me e deu-me a ordem: vá tocar os sinos da igreja que nasceu em São Paulo minha primeira neta.

Chorei de novo!

Tenho vontade de chorar todas as vezes que chego em Portugal. Por quê? Sei lá! Lembranças, sangue, pessoas, amores, cidades, vinho, comidas, fotos, aldeias, castelos, becos, rios, praias, carinho, festas, costumes, pedras calçando ruas estreitas, flores, árvores, beleza. E o sangue de meus avós voltando comigo de todas as vezes.

Portugal, outra vez. Portugal, sempre!

A Câmara da Maia, em Portugal, está pesquisando a vida de meu tio Domingos, uma personalidade fora de quaisquer parâmetros. Pediu-me ajuda. Ah! Mas com que prazer juntei fotos para lhes mandar e com que alegria e saudades escrevo sobre ele. É um textão, mas acho que vocês vão gostar. Não era uma pessoa comum. Vejam se não tenho razão.

MEU TIO DOMINGOS

Ele enfiou a chave na fechadura, abriu o portãozinho verde e saiu da frente para me dar passagem. Desembestei pelo caminhãozinho que descia, não consegui parar na beira da piscina e mergulhei sem saber nadar. Deveria ter quatro anos, por aí.

Essa a lembrança mais remota que tenho do meu tio Domingos *[Figura 10]*.

A mais recente, no aeroporto, quando fui leva-lo para a última viagem a Portugal. Dessa viagem ele não voltou. Morreu por lá, aos quase 70 anos ou pouco mais.

Tio Domingos era irmão de meu pai e meu padrinho de batismo. Nossas casas ficavam em uma enorme xícara na av. Celso Garcia. Meu pai e ele fizeram um loteamento e uma ruazinha estreita – que recebeu o nome de minha tia avó, Joaquina de Paiva – separou minha casa da casa dele. Outra, mais larga, separou a propriedade de meu tio em duas partes: de um lado ficou a casa dele, do outro uma casa de caseiros e um grande parque onde ficava a piscina, abastecida por uma nascente. A água excedente corria por um canalzinho onde ele mandava plantar agrião. Folhudo, verde escuro, bonito, o agrião nascia na água. Quando, muito tempo depois, vi agrião em terreno seco quase não o reconheci.



Figura 7 - No Castelo da Feira, com o Padre Guilherme.



Figura 8 - Casa da Vovó, Folgosa da Maia.



Figura 9 - Brasilina e as irmãs.

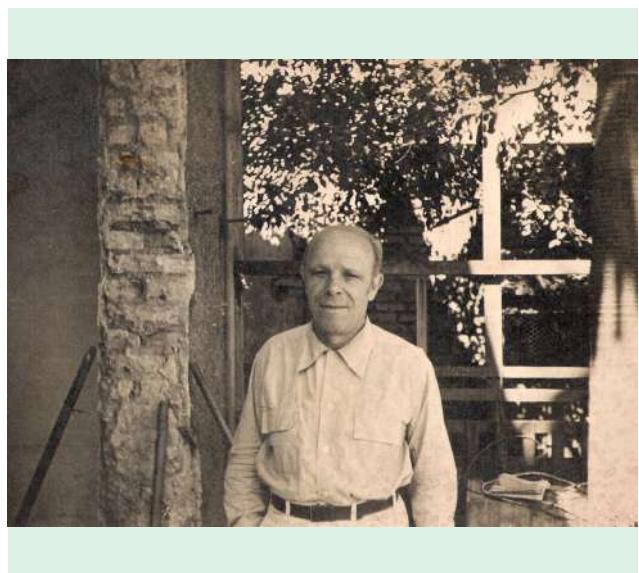


Figura 10 - Domingos na casa de S. Paulo.

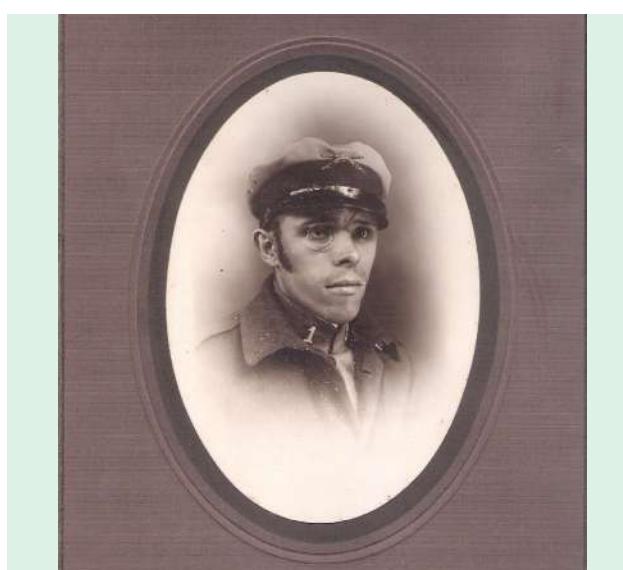


Figura 11 - A moda do monóculo.

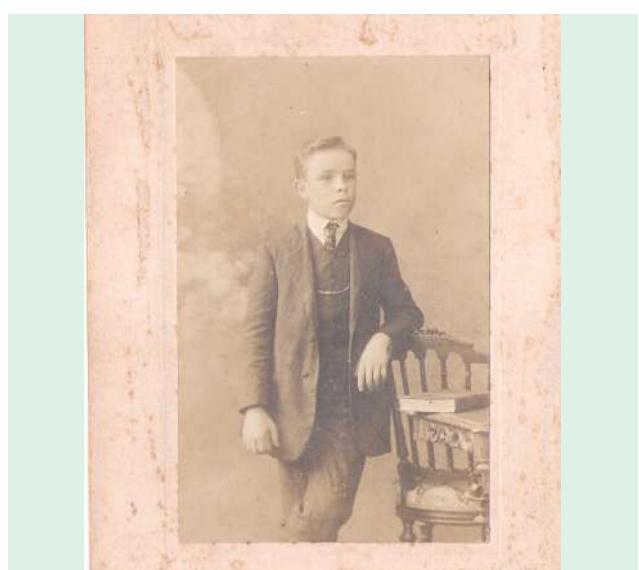


Figura 12 - Aluno do Externato dos Carvalhos.

A casa dele era uma casa engraçada. (Como na música) Meio doida. É que meu tio ia fazendo “puxadinhos”, então uma sala dava para um corredor, depois do corredor tinha outra sala, essa tinha uma porta que dava para um quarto, do quarto se saia para um novo corredor, havia um banheiro aqui e outro mais adiante, um corredor que dava na cozinha e depois da cozinha tinha o escritório e o escritório dava para um outro corredor e quando a gente via estava outra vez na primeira sala. Eu adorava me perder por ali, tinha horas que não sabia se entrava à esquerda ou à direita ou muito pelo contrário. Pequena, ele me dava lápis de cor e papéis e eu ficava desenhando no chão enquanto ele desenhava numa prancheta. Até hoje não sei o quê, pareciam plantas de casas, mas nem sei por quais motivos as fazia, já que nunca exerceu sua profissão de engenheiro *[Figura 11]*.

Nascido no Brasil, tinha estudado primeiro no Externato dos Carvalhos, perto do Porto, depois em Coimbra. Fez dois cursos, acho que para ficar mais tempo na cidade que amava. Primeiro, Matemática, depois Engenharia Civil. Voltou ao Brasil e nunca teve emprego. Aliás, nem queria *[Figura 12 e 13]*.

Era diferente em tudo. Não gostava de sapatos e andava com uns tamancos – ditos socos, em Portugal – que não eram tamancos como os conhecemos no Brasil. Pareciam mais os crocs de hoje. Solteiro, saia com amigos da idade dele – alguns um tantinho mais novos – que se auto intitulavam a “turma do sereno”. Estudante de jornalismo eu frequentava muito a “turma do sereno”, sempre a chamado dele. Gostava das conversas, das boas comidas, da pândega e do bom vinho que acompanhava essas tertúlias.

Tio Domingos foi meu introdutor na literatura. Ainda tenho o primeiro livro que me deu *[Figura 14]*, a dedicatória com sua letrinha miúda e redondinha. Sempre que nos encontrávamos me dava um livro. Li Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro e Camões por causa dele. Um dia minha avó materna me descobriu com “O crime do Pe. Amaro” e o confiscou. Abri um berreiro, mas, nada comoveu a velha piracicabana. “Não é livro para uma menina”. Queixei-me ao tio Domingos. Deu-me outro livro, sem fazer comentários...

Foi ele, também, que me apresentou a Florbela Espanca, por quem morri de amores e continuo apaixonada. Eu tinha meus 17 anos e sabia Florbela de cor e salteado. Quando, jornalista, conheci poetas como Guilherme de Almeida, Paulo Bonfim e Menotti del Picchia perguntei a eles se conheciam Florbela. Não. Nunca tinham ouvido falar. Durante muitos anos, até que a poeta ficasse conhecida no Brasil eu, Florbela e tio Domingos formávamos, no Brasil, um trio solitário.

Tio Domingos fazia questão de apregoar sua solteirice, mas, havia duas ou três senhoras que andavam atrás dele – bom partido! Ele driblava todas com maestria. Assisti a algumas cenas hilárias! Depois da morte dele, fazendo uma geral no seu

escritório, descobri uma fivelinha de madrepérola com o nome “Suzanne”. Estava jogando fora várias inutilidades – ele guardava tudo, a casa era uma bagunça só! – mas não tive coragem de jogar fora a “Suzanne”. A fivelinha está comigo até hoje [Figura 15]. Quem teria sido ela?

Continuando. Um dia a jabuticabeira ao lado da casa começou a morrer. Um dos amigos achou melhor derruba-la, poderia cair sobre nós. “Nunca!” ele disse. “Foi minha mãe que a plantou e debaixo dela enterrei meu cachorro, acham que vou derrubá-la?”

E aí? Aí podou os galhos, limpou a árvore da folhagem e construiu uma sala em torno dela. Em vez de paredes havia janelas com grades art nouveau aproveitadas da demolição de minha casa. Os galhos secos viraram cabides de chapéus, casacos, de cartazes e até do meu violão.

Foi quando o jornalista Gondin da Fonseca – seu amigo de Coimbra – veio a São Paulo (morava no Rio, escrevia no Correio da Manhã e na Folha de São Paulo) e apelidou a nova sala de “jaula”. E jaula ficou.

Levei uma vez à jaula o jornalista Ewaldo Dantas Ferreira, que não queria acreditar no que estava vendo: “Essa jaula é uma festa!” disse, depois da quarta ou quinta garrafa de vinho português consumido com um bacalhau dos deuses. Passei a levar vários dos meus amigos às reuniões da “turma do sereno” e as idades que nos separavam não eram óbice algum para nosso entendimento.

E já que falei no cachorro dele: teve vários. O último era um grandalhão desengonçado chamado “Mondego” – esse o nome do rio que atravessa Coimbra – que se refestelava numa “marquesa” de palhinha e tanto nela dormiu que fez enorme buraco no assento. Herdei a cama do “Mondego”, que jaz hoje na minha sala e é lembrança querida [Figura 16].

Gostava muito do tio Domingos [Figura 17]. Às vezes não entendia seu modo de vida, sua cama que nunca era arrumada, (não gostava que a empregada mexesse no seu quarto) seu desleixo com roupas, sua vida boêmia, seus acessos de raiva quase à toa. Mas tem uma coisa que admirei demais nele! Vejam: era salazarista roxo! E viu a sobrinha jornalista, sua afilhada, voltar da primeira viagem a Portugal anti salazarista de carteirinha. Não deve ter gostado. Mas nunca me reprimiu, nunca brigou comigo por causa disso, nunca me disse uma palavra que mostrasse seu desacordo. E poderia ter feito isso: eu tinha 26 anos e ele mais de 60. Aprendi com meu tio a respeitar o contraditório. E essa, talvez, tenha sido a sua maior lição.

Conto mais. Passei na Europa (em 1957 e 58) onze meses, dos quais seis em Portugal. Meu tio tinha doado à paroquia da aldeia a casa que pertencera à sua mãe e as pessoas de Folgosa da Maia queriam prestar-lhe homenagem. Mas ele – que não ia a

Portugal há dezessete anos – marcava e adiava. Tinha medo de avião. Em todas as outras viagens à Europa seu transporte tinha sido navio.

Até que lhe escrevi: a casa estava restaurada, tinham colocado uma placa de bronze com a foto de minha avó na entrada, a inauguração seria dia tal. Logo, ele teria que vir. Todos estavam à espera dele. Que embarcasse e pronto! Pegou um avião e foi. A recepção que lhe fizeram em Folgosa ficou na história da aldeia. Teve carreata, bandeiras, desfile, crianças cantando, fogos de artifício, palanque e discursos, jantar de gala. Nunca o tinha visto tão feliz [*Figura 18, 19 e 20*].

Logo depois chegou a Páscoa e fiquei conhecendo um costume incrível chamado “*Compasso*”. O padre da aldeia ia de porta em porta, no domingo de Pascoa, cumprimentando os paroquianos e em todas as casas era-lhe servido o que se chamava um “copo d’água”: doces, salgados, tortas, pasteis, pães, vinho, etc. Todos os acompanhantes do padre também eram recebidos e participavam da comilança. Meu tio me chamou – eu estava no Porto – e disse que acompanháramos o “*Compasso*” em Folgosa, eu e ele. Só não me disse que iríamos comer e beber em cada casa da aldeia. Às cinco da tarde eu estava mais morta que viva, tinha bebido tudo o que tinha direito e também o que não tinha direito. E ele, impávido!

À noite nós o deixamos na av. da Liberdade, no Porto, disse que ia tomar mais umas. Logo depois nos telefonaram, tinha tido um desmaio. Ficou bom logo e no dia seguinte começamos tudo de novo. Voltou mais algumas vezes a Portugal e numa das viagens faleceu em Mesão Frio, na casa da tia Claudina. Tia Claudina, irmã da minha avó, produzia o melhor vinho do Porto que já tomei na minha vida. Uma noite, na casa dela, tio Domingos e o primo Maximiano correram atrás de mim – os dois meio sapecados – querendo desencravar-me unha que me maltratava. Eles de canivete em punho e eu, em pânico, correndo em volta da grande mesa da sala de jantar...

Claro que não deixei. Coisas do passado. Tio Domingos está lá, enterrado em Folgosa, atrás da igreja de fachada de azulejos. No lugar certo. Ele amava muito aquela aldeia.

A NOIVA DO MEU AVÔ

A noiva do meu avô tinha sido tia Claudina. Minha família é de uma aldeia portuguesa chamada Folgosa da Maia, pertinho do Porto. Pertinho, agora. Quando lá estive pela primeira vez levava-se mais de uma hora para ir do Porto a Folgosa, de carro ou de trem. Comboio, como dizem por lá.

Foi pelos idos de mil oitocentos e muitos – meu pai é de 1897 – que meu avô saiu de Portugal e veio tentar a sorte no Brasil. Deixou uma noiva, Claudina de Paiva, que,

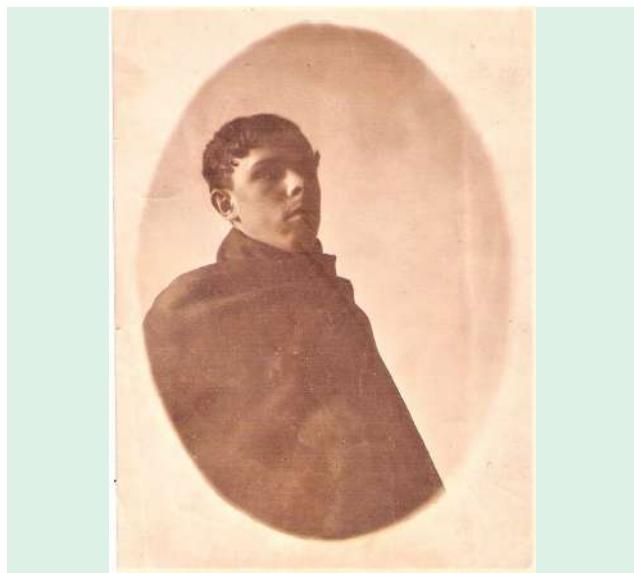


Figura 13 - Em Coimbra.

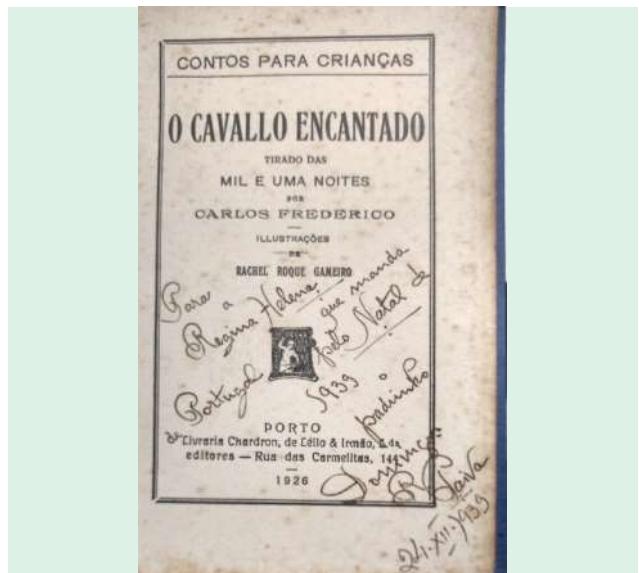


Figura 14 - O primeiro dos muitos livros que me deu.



Figura 15 - Uma recordação: a fivela da desconhecida Suzanne.



Figura 16 - Viagem ao norte de Minas, anos 60.

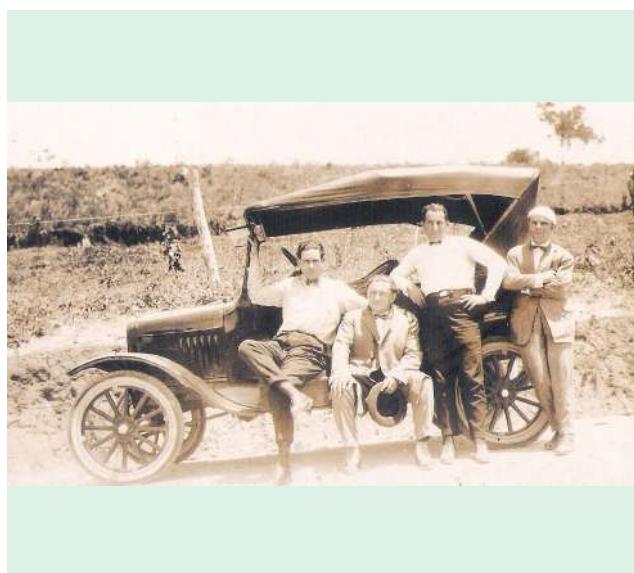


Figura 17 - O Carro que durou até fim da sua vida.



Figura 18 - Homenagem a Domingos Ramos Paiva em Folgosa.

aliás, era sua prima. Saiu-se bem, voltou, foi procurar a noiva. Queria casar e leva-la para o Brasil.

Mas, surpresa! – encontrou a jovem Claudina namorando à bicha. Calma. Namoro à bicha era como acontecia em Portugal naquelas eras, a moça ficava na janela e os pretendentes, em fila, esperando a vez de falar com ela. Era só isso: conversar. Namoro à bicha porque “fila”, em Portugal é e sempre foi “bicha”. Meu avô, furioso, nem falou com a noiva, virou-se nos cascos e numa das quelhas da aldeia deu com minha avó que vinha da missa, muito menina, olhos grandes, cabelos cacheados, 15 anos.

– Ó Brasilina, queres ir comigo para o Brasil?

– Quero, respondeu minha avó, a irmã da noiva. Cumpriu o destino que o nome já prenunciava: Brasilina. Entraram num navio e vieram para o Brasil. Meio fugidos.

Ao chegar, meu avô Manoel colocou a noiva de 15 anos na casa da irmã dele, tia Joaquina de Paiva, dona da Casa Paiva, famosa no centro de São Paulo daqueles tempos e primeira loja de departamentos – vendia de tudo, de tecidos a roupa de cama, de cortinas a tapetes, de armário a toalhas de mesa. A Casa Paiva foi a precursora do Mappin. (Na foto ao lado meu avô, à direita, com a mão no ombro de minha avó. No centro tia Joaquina. Ao lado dela Mariquinhas, que se casou com José, irmão da minha avó.)

Casaram-se, tiveram quatro filhos homens – meu pai é o segundo e viveram muito bem até a morte prematura de meu avô. Por uma dessas ironias do destino tia Claudina também se casou com um brasileiro e veio morar em São Paulo, a poucas quadras da casa da irmã. Encontravam-se na missa da Igreja de São João, no Brás, mas nunca se falavam. Um dia o marido da tia morreu e ela voltou para Portugal com as três filhas. O filho homem – Maximiano – não quis voltar. Ficou morando com minha avó.

Logo depois meu avô mandou os quatro filhos estudarem em Portugal, no Externato dos Carvalhos, perto do Porto. E os meninos, nas férias, iam para onde? Para Mesão Frio, lá em cima, no Douro, para a casa da tia Claudina. As irmãs não se davam, mas recebiam cada qual, e muito bem, os filhos da outra. A avó Brasilina *[Figura 21]* morreu quando eu tinha uns cinco ou seis anos. Maximiano voltou para Portugal um pouco antes.

E um dia lá me fui eu, louca pra conhecer Portugal, tomar muito vinho verde, comer muito bacalhau, azeitonas, broa, conhecer a família. Recomendações do meu pai, repetidas muitas e muitas vezes: – Não deixe de ir a Mesão Frio, visitar tia Claudina. Não sabia nada dessa história de tia Claudina ter sido noiva do meu avô e das irmãs não se darem. Fui saber disso muitos anos depois.



Figura 19 - O discurso emocionado do homenageado.

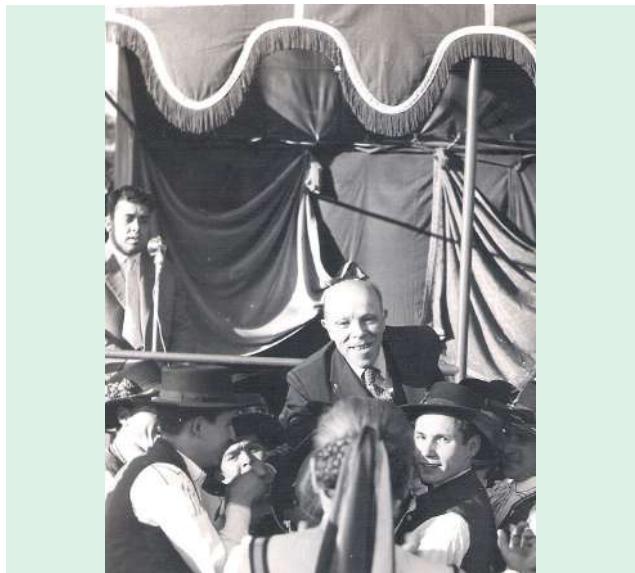


Figura 20 - As felicitações da população local.



Figura 21 - Brasilina Paiva, mãe de Domingos e avó de Regina.



Figura 22 - Augusto Ferreira Ramos, Olinda Ramos e tio Domingos, 1957.

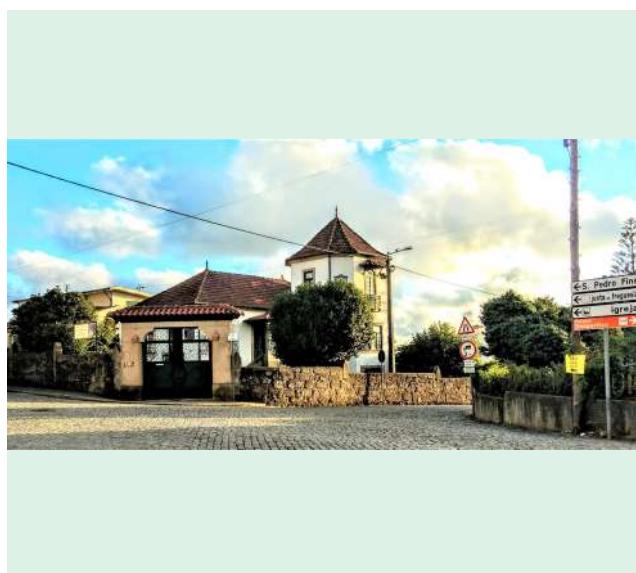


Figura 23 - A Vila Paulista em Folgosa.



Figura 24 - Placa comemorativa na fachada da Vila Paulista.

Assim, de Folgosa, num sábado, subi a Serra do Marão com meu primos Augusto Ramos – da Casa do Conde, em Folgosa – e Olinda Marques Ramos [Figura 22]. Paramos o carro em frente a uma grande casa amarela e Maximiano veio abrir o velho portão de ferro. A mãe estava na cozinha, disse, enquanto nos guiava casa adentro. Na velha cozinha, com uma lareira enorme cheia de tachos fervendo, uma figura feminina de traços fortes, toda de preto, rasgava couves ao pé do fogo – estava um frio de rachar! Era ela, a noiva do meu avô. Mais de noventa anos, lúcida, comandava a casa, as vindimas, negociava o vinho produzido e ajudava as empregadas na cozinha.

Maximiano foi-me apresentando: – É a filha do seu sobrinho Manoel. Tia Claudina (eu e ela na foto lá em cima) largou as couves, enxugou as mãos no avental também preto, olhou para mim e segurou minhas duas mãos enquanto eu a beijava.

– Olá rapariga...

Fez uma pausa longa, ficou-me olhando fixamente. E antes que dissesse mais nada vi duas lágrimas caindo dos seus olhos ainda muito vivos.

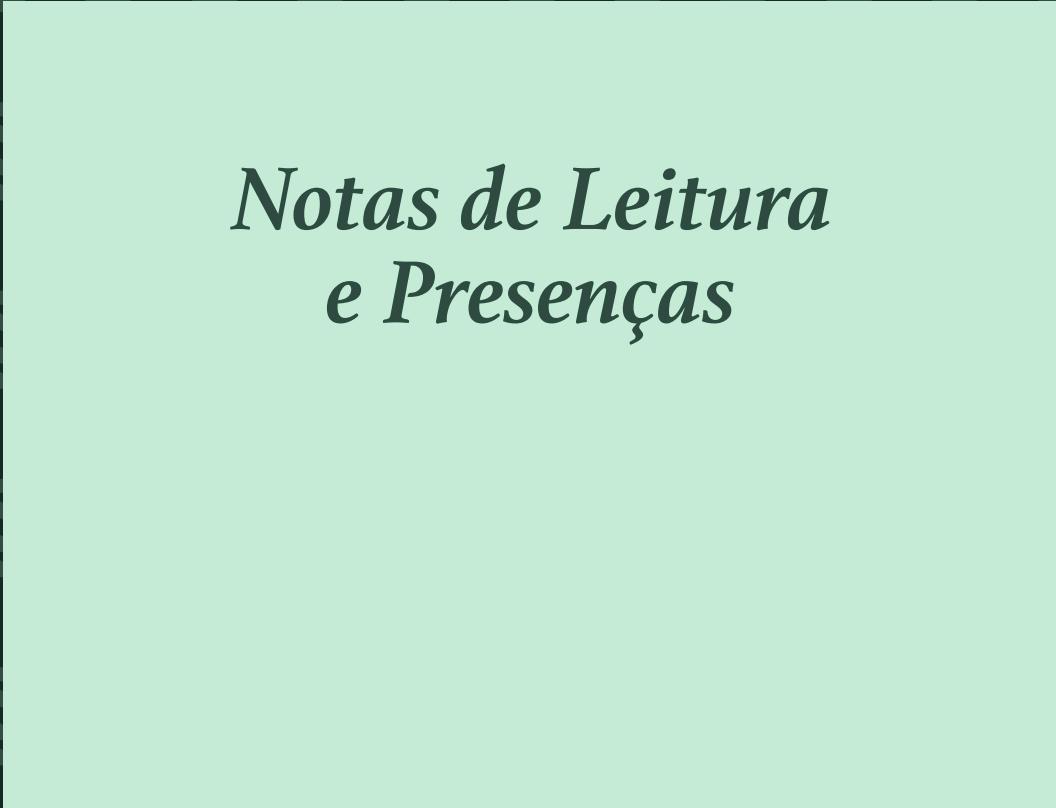
A voz saiu embargada. – És o retrato vivo da tua avó.

Passei alguns dias com ela, bebi muito vinho do Porto – que ela produzia – andei pela vilazinha encantadora, sentei no café da velha praça, escutei os sinos das igrejas, vi as vindimas e acabei amiga dos seus netos. Hoje conheço seus bisnetos e tataranetos. Faço questão de manter esses laços que unem a família lá e cá. Acho que quando eu morrer talvez esses laços se partam. Uma pena.

Muita gente, como tia Claudina já dissera, acha que sou parecida com minha avó. Tão parecida que em 1958 posei para uma escultora que estava fazendo uma placa com a foto da vovó, em baixo relevo, para colocar na casa que foi dela e que meu pai e meus tios doaram para a paróquia local. A escultora tinha um retrato da minha avó, mas quando me conheceu disse que preferia um modelo vivo. E lá fui eu para o atelier da moça, quietinha, servindo de modelo pela primeira e única vez na minha vida.

Fui outras muitas vezes a Portugal e a Folgosa, hoje uma vila progressista – tem até uma siderúrgica – mas lá está ainda a igreja de fachada recoberta de azulejos, lá estão minhas primas da Casa do Conde, lá está a velha casa dos Ramos, lá está o cemitério onde descansa meu tio e padrinho Domingos, lá está a pequena estação de São Frutuoso, o morro de São Miguel o Anjo e lá está a casa bonita que minha avó ergueu e chamou de Vila Paulista e lá está a placa com o retrato/meu/dela na fachada [Figura 23 e 24].

Estou lá, em pedra, fingindo que sou ela, ela fingindo que sou eu. Eu ou ela, a cara é a mesma, o sangue o mesmo, a diferença é que ela sabia tocar piano e eu não, que pena.

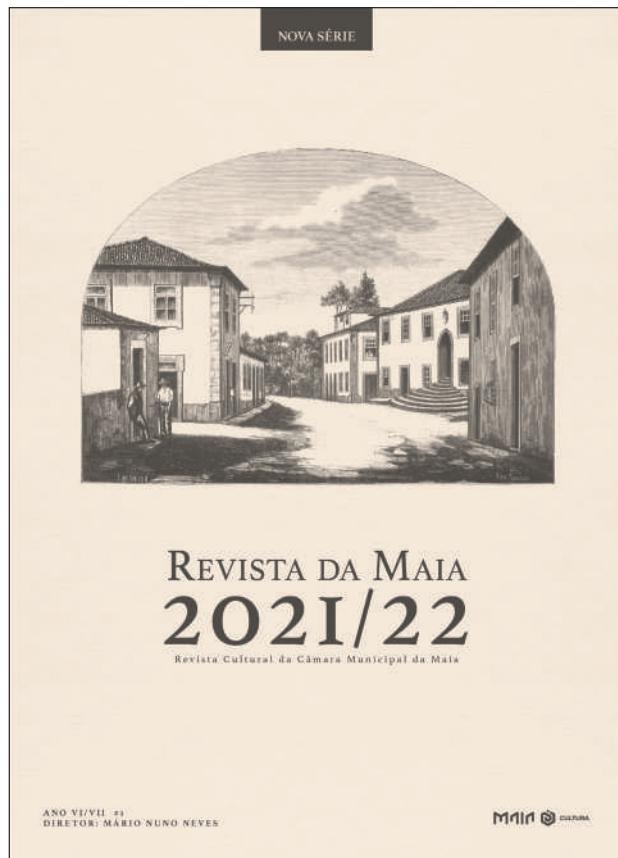


*Notas de Leitura
e Presenças*

Ao longo deste ano, vários autores deram à estampa publicações que se focaram sobre a Maia e a sua história, importantes contributos para o estudo da nossa terra.

Aqui ficam algumas sugestões de leitura assim como duas referências a momentos de partilha de interesse histórico.

“Revista da Maia 2021-22”



A 19 de janeiro de 2023, no Fórum da Maia, teve lugar a apresentação da revista da Maia 2021-22 perante uma casa bem recheada onde, além das entidades oficiais, marcaram presença muitas pessoas da área da Clio.

Por vicissitudes várias, pandémicas e não pandémicas, não foi possível publicar o número correspondente a 2021. Assim, decidiu-se agregar ao ano de 2022 vários trabalhos que foram entregues para esse número, dando assim origem a este chamado “número duplo”, dado que abarca dois anos num único volume.

Neste número encontramos artigos sobre a Maia, desde a Idade Média até à contemporaneidade. Aqui apresentamos trabalhos de investigação baseados em documentação histórica.

Revista da Maia - Nova Série Ano VI/VII, 2021/22
Câmara Municipal da Maia, 2022
ISSN: 2183-8437

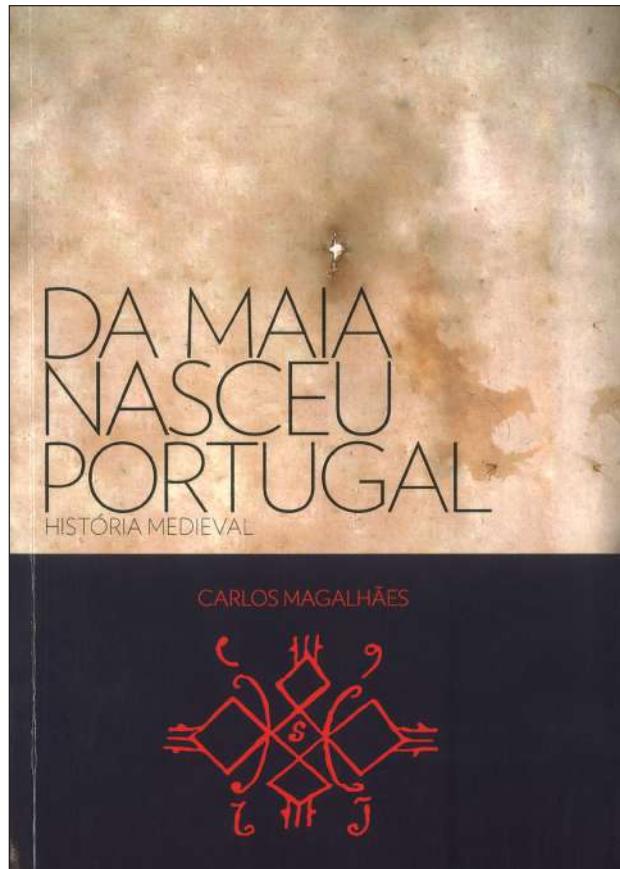
Nestas páginas abordamos aspectos da vida de maiatos ilustres, como sejam Gonçalo Mendes da Maia, o D. José Alves Correia da Silva, e o Doutor Vieira de Carvalho. Relembramos o que foi a Rua do Sol, uma das mais características das ruas da freguesia de Barreiros. As protoparóquias do séc. XI, as Inquirições de 1258 para Avioso, os 20 anos do Museu Municipal e o “Santo Preto da Maia” são os outros temas tratados neste número.

Assim, este número conta com textos de Rui Menezes, José Maia Marques, Adélio Abreu, Fernando Teixeira, Gonçalo Marques, António Pato, Joaquim Santos, Sara Lobão e Armando Tavares.

Rui Teles de Menezes

“Da Maia Nasceu Portugal - História Medieval”

Carlos Magalhães



Numa edição que contou com o apoio do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, Carlos Magalhães debruça-se sobre o papel que a Maia e os seus ilustres teve na formação do nosso país. Depois da publicação do seu Soeiro Mendes da Maia, o autor retorna ao tema da fundação da nacionalidade.

Na opinião de Carlos Magalhães, este livro «não é uma investigação ou um estudo, mas antes uma reflexão ou um ensaio, porque versa sobre um determinado tema, com prevalência opinativa».

Da Maia Nasceu Portugal
Carlos Magalhães
Aliados Editores, 2022
ISBN: 978-972-36-1974-4

Este pensamento é seguido na forma como é visto o nascimento de Portugal como reino independente, uma pretensão dos nobres portugueses, que aspiravam a uma posição de relevo e poder na velha Lusitânia, só possível com uma autonomia governativa formatada pela independência administrativa e política. Se Guimarães, para onde muitos anos antes se deslocalizara o presor Vímara Peres, o primeiro conde português, foi o marco geográfico da contenda que derrotou o conde de Trava e a rainha Dona Teresa e assinalou a data informal da independência do reino, só mais tarde ratificada com o tratado de Zamora e a bula Papal, foi na linhagem dos ricos-homens da terra da Maia que a revolução separatista se engendrou.

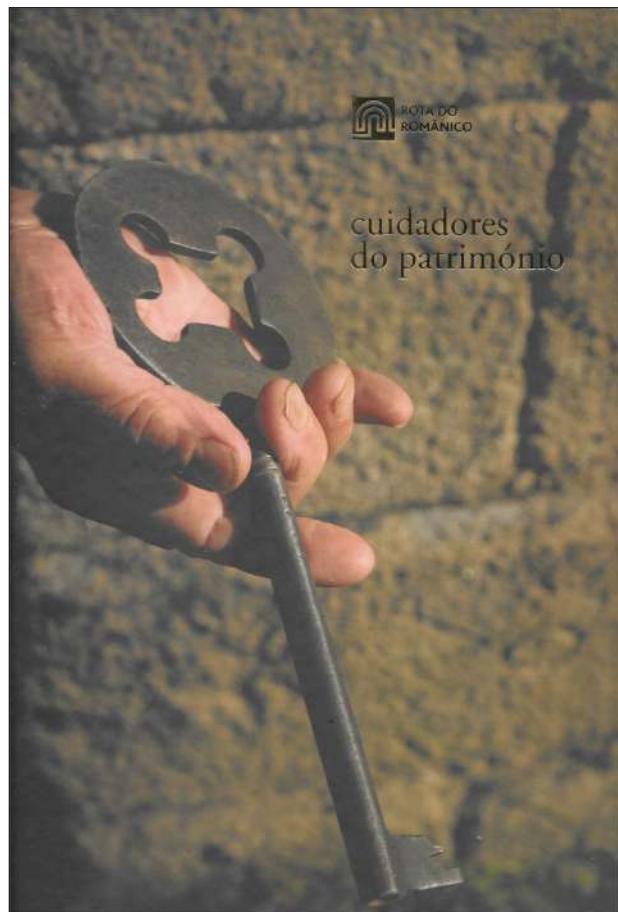
Também se, por volta de 1119, o príncipe Afonso passa a residir em Guimarães, sobre ele incide necessariamente a influência inalienável do arcebispo de Braga, D. Paio Mendes da Maia, segundo muitos o verdadeiro mentor das pretensões independentistas do nosso primeiro rei. Por todas estas incidências, nasce no autor a forte convicção que, no ocaso do século XI e no dealbar do século XII, Portugal nasceu da Maia.

A apresentação do livro decorreu lugar no café-concerto do Fórum da Maia no dia 21 de janeiro de 2023 perante uma plateia concorrida e interessada em conhecer uma realidade já bem longínqua mas que ainda hoje influencia, e de que maneira, as nossas vidas.

Rui Teles de Menezes

“Cuidadores do Património da Rota do Românico”

Luís Barbosa, coord.



Não é sobre a Maia, não é escrito por nenhum maiato, mas é um livro que nos deve interessar a todos.

De seu título “Cuidadores do Património”, fala-nos daqueles que, de um ou de outro modo, têm património ao seu cargo, e dele cuidam exemplarmente.

Estes cuidadores são frequentemente esquecidos por todos e, no entanto, são um elo fundamental não só para a preservação como para a fruição pública do bem que têm a seu cargo.

Editedo pela “Rota do Românico” é, nas suas quase duzentas páginas, um excelente repositório fotográfico de algum do vastíssimo património que a “Rota” nos permite percorrer, e de alguns daqueles que, abnegadamente, o cuidam para que dele desfrutemos.

Cuidadores do Património da Rota do Românico
Luís Barbosa, coord.
Rota do Românico, 2022
ISBN: 978-99331-9-4

Como se refere na Nota Prévia, este é um trabalho de dupla valorização. Por um lado, valoriza os Cuidadores, e por outro, valoriza o património edificado e aquele outro (pintura, escultura, etc.) que este contem.

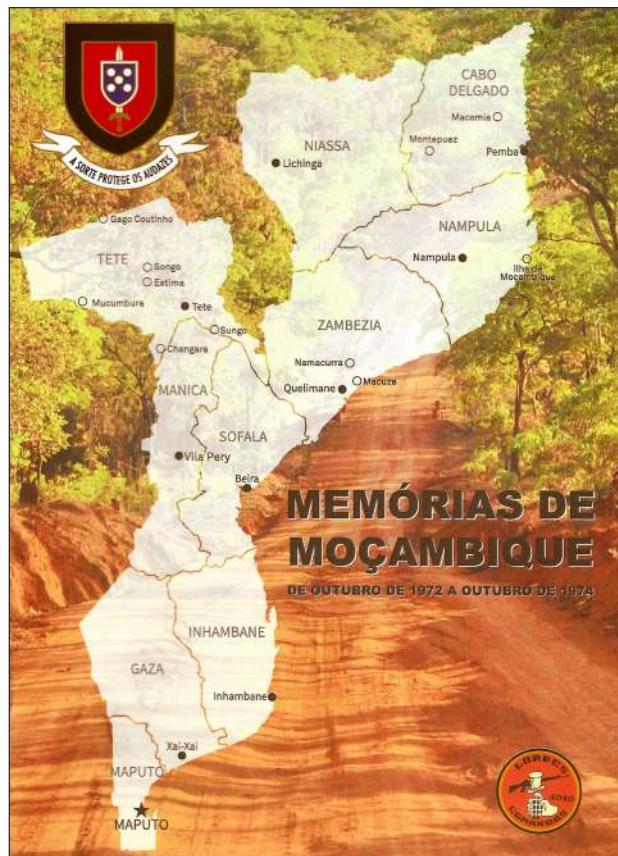
As magníficas fotos de Luís Barbosa ilustram mais de cinquenta elementos do património da Rota do Românico e vários dos seus cuidadores.

Com coordenação geral de Luís Monteiro, a cuidada seleção das imagens, a simplicidade atrativa do seu design, o útil mapa que abre o repositório fotográfico, fazem deste livro, ele mesmo, um documento histórico tanto quanto uma obra de arte.

E é também, e sobretudo, uma homenagem aos homens e mulheres que velam pelo património, o zelam e contribuem para a sua valorização. E igualmente daqueles funcionários e colaboradores da Rota do Românico que mantêm uma dinâmica extraordinária daquela que é a maior e mais ativa rota de património construído do nosso País.

José Maia Marques

“Memórias de Moçambique - de outubro de 1972 a outubro de 1974”



Um grupo de “Comandos”, sob a batuta do maiato Manuel Tonel Marques resolveu tomar em mãos a comemoração dos 50 anos da sua partida para Moçambique, para lutar na Guerra de África, formando a Companhia de Comandos 4040.

De entre essas comemorações sobressai um “caderno de memórias”. Publicado em 2022, intitulado justamente “Memórias de Moçambique”, com o subtítulo De outubro de 1972 a outubro de 1974”.

É muito importante a publicação destes “cadernos”, sobretudo nos moldes em que esta foi feita. Não sendo um “diário” de guerra, é um resumo do que foram aqueles dois anos, na vida desta Companhia, e constitui excelente fonte para memória futura.

*Memórias de Moçambique
- de outubro de 1972 a outubro de 1974
Edição de autor, 2022*

Depois de breve Introdução, aparece o elenco completo, dos comandantes aos mainatos (malta que lavava a roupa). Além da importância histórica, acaba por ser uma homenagem a todos.

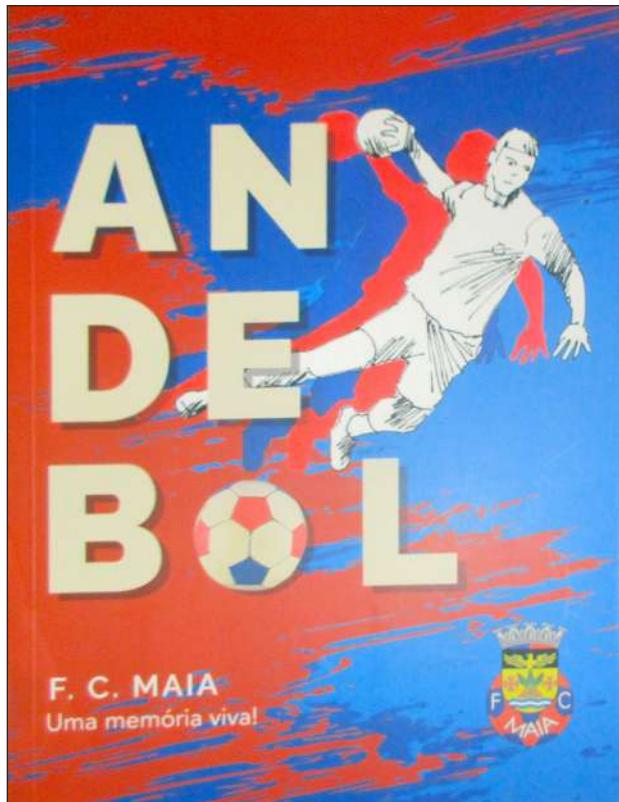
Depois vem a história e as estórias pelas quais passaram. Do Curso de Comandos em Lamego, aos teatros de guerra em Moçambique. Segue-se a referência a algumas das operações em que participaram. Uma homenagem aos mortos ou feridos em combate, precede o recordar de alguns episódios inesquecíveis. O livro termina com uma evocação dos convívios já realizados e de histórias à volta dos militares.

Rerito o que disse de início. Este livro é um serviço prestado à História. Porque relata, mostra, salva do esquecimento. E fá-lo sem preconceitos, de uma forma simples, direta, mas tocante.

Bem haja ao Amigo Manuel Tonel Marques por me ter oferecido este livro. É que eu estive em Lamego desde janeiro de 74 até ao fim do ano. Tenho, por isso, grande afinidade, grande interesse a grande apreço por este tema.

José Maia Marques

**“Andebol F.C. Maia
- Uma Memória Viva!”**



No dia 26 de maio de 2023, na Estalagem da Via Norte foi apresentado um livro sobre a secção de andebol do extinto Futebol Clube da Maia, que tão boas recordações nos deixou. Um registo para a posteridade da vida de mais de quatro décadas do andebol do Maia.

Também uma forma de justa homenagem aos que, ao longo de muitos anos, se dedicaram de alma e coração ao saudoso Futebol Clube da Maia fundado em 1954. Este trabalho surgiu em virtude de um outro que se encontrava em avançado estado mas que ficou em stand by, até que Fernando Teixeira o concluiu com mérito e espírito de dedicação.

Andebol F.C. Maia - Uma Memória Viva!
Fernando Cardoso, Fernando Teixeira, Mário Silva,
José Ilídio, Abel Fernandes, Joaquim Alberto Ferreira
2023

Neste evento marcaram presença muitos atletas, dirigentes e simpatizantes que passaram e apoaram sempre o andebol no F. C. Maia ao longo de todos esses anos. Na hora de recordar muitos dos que construíram para a história da modalidade em terras maiatas, a menção especial foi para o momento da conquista do campeonato nacional da 2º divisão de andebol.

Uma vida tão rica, de tantas amizades, de tanta união entre atletas, treinadores, dirigentes e adeptos, de tantas vitórias e títulos, de tanto orgulho Maiato, não podia morrer e ficar para sempre esquecida, será agora uma memória viva, como refere o amigo Fernando Teixeira.

Neste livro, além de ficarmos a conhecer melhor a nossa terra da Maia, poderemos reviver e revisitar alguns dos momentos mais importantes de grande glória do Futebol Clube da Maia, as equipas, os fiéis apoiantes e dirigentes.

Rui Teles de Menezes

“Sorriso Maiato”

Álvaro Aurélio do Céu Oliveira



No dia 10 de julho, feriado municipal, inserido na programação da Feira do Livro de 2023 tivemos a apresentação da reedição do livro “Sorriso Maiato” de Álvaro do Céu Oliveira.

Esta edição de autor de 1978 teve uma tiragem muito reduzida. Como forma de estar acessível a todos, a Câmara Municipal da Maia decidiu avançar para a reedição deste brilhante testemunho, pois ninguém melhor do que Álvaro do Céu Oliveira nos descreveu as vivências e transformações da Maia na segunda metade do séc. XIX, através da série de livros editados como os Temas Maiatos.

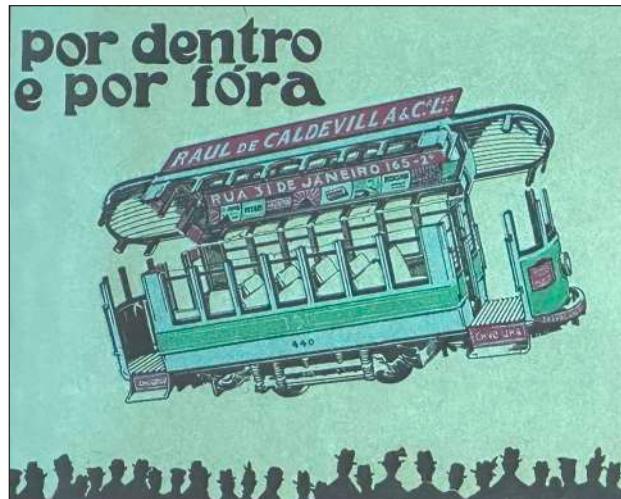
Sorriso Maiato
Álvaro do Céu Oliveira
Reedição da Câmara Municipal da Maia, 2023
ISBN: 978-972-8315-87-0

Este Sorriso Maiato descreve as peripécias, os figurões, a vida associativa, política e económica da Maia e é um excelente exemplo de como pequenas histórias que acabariam por se perder com o passar dos anos, se tornam tão reveladoras de um dia-a-dia já distante.

A publicação foi apresentada por Rui Teles de Menezes e contou também com a presença de familiares do autor homenageado, nomeadamente do neto de Álvaro do Céu Oliveira, António Gramaxo.

Rui Teles de Menezes

**“Resgate
- Raul Caldevilla, o homem
para além do publicitário”**



Decorreu no passado dia 18 de maio de 2023 na Casa do Infante, Porto, uma palestra denominada “Raul Caldevilla – o homem para além do publicitário”. Para assistir ao evento estiveram presentes os técnicos municipais Rui Menezes do Gabinete de História e Sara Lobão do Museu Municipal.

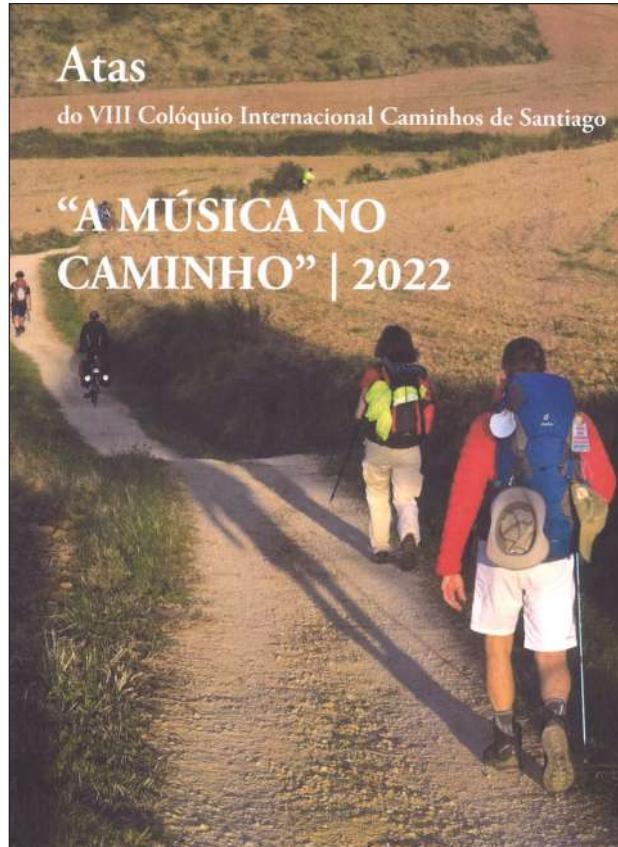
Raul de Caldevilla nasceu no Porto, em 1876. Antes de atingir os 30 anos foi vice-cônsul em Cadiz, tornando-se depois agente comercial na América Latina e Médio Oriente. Na Argentina interessou-se pela publicidade, e quando voltou ao Porto funda a Empresa Técnica Publicitária, a Caldevilla Films e por fim, a Empreza do Bolhão, considerada uma referência das artes gráficas no Portugal do séc. XX.

Mas a publicidade na vida deste portuense foi muito mais do que uma questão profissional, desde cedo percebeu a importância das longas amizades, pelo que as temporadas estivais eram imperdíveis. Em 2022 os descendentes de Raul Caldevilla doaram um conjunto de documentos e objectos visando a conservação e usufruto público no Arquivo Municipal do Porto – Casa do Infante. Esta foi uma oportunidade de consolidarmos conhecimentos e de vermos parte desse espólio, assim como foi possível escutar a voz de Caldevilla através de um disco inédito onde constam poemas por ele declamados.

No final, registamos um momento de partilha de informações com os familiares presentes de Caldevilla que muito nos enriquecem a todos, no seguimento dos contactos mantidos através da exposição que esteve patente no Museu Municipal da Maia “A Empreza do Bolhão – 100 anos de História(s)”.

Rui Teles de Menezes

IX Colóquio Internacional “Caminhos de Santiago”



Decorreu entre os dias 16 e 18 de novembro de 2023, o IX Colóquio Internacional Caminhos de Santiago, desta vez dedicado ao tema “a Saúde no Caminho”. A Vila de S. Pedro de Rates acolheu conferencistas de Portugal, Brasil, Espanha, França, Itália, República Checa e Japão. Neste evento participaram os historiadores José Maia Marques e Rui Teles de Menezes, onde apresentaram uma comunicação intitulada “Paisagens jacobeias da Maia – II, Uma interessante escultura de São Roque na igreja de S. Miguel da Maia”.

VIII Colóquio Internacional Caminhos de Santiago
“A Música no Caminho”
Município da Póvoa do Varzim, 2022
ISBN: 978-989-53927-4-2

Além de um poderoso protetor contra a peste, São Roque também foi invocado para várias outras formas de sofrimento e doença. Assim, focamo-nos em dois exemplos presentes na Maia – na Capela de S. Roque em Gemunde e na imagem da Igreja de S. Miguel da Maia.

No mesmo evento foram lançadas as actas do VIII Colóquio Internacional Caminhos de Santiago, que teve como temática “A Música no Caminho”. Nesta publicação consta a comunicação de José Maia Marques “Nota sobre a Igreja de Santiago de Lodões, Concelho de Vila Flor”.

Ficha Técnica

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO VIII 2023
#1

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Sofia Barreiros

EDITORES

José Maia Marques
Rui Teles de Menezes

DESIGN

João Roque Pinto

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados
ISSN: 2183-8437

DEPÓSITO LEGAL

??????/23

CONTACTOS

infocultura@cm-maia.pt
cm-maia.pt

